

DINÂMICAS DE GESTÃO NAS PME - O SECTOR DA RESTAURAÇÃO E BEBIDAS

por

Carlos João Coelho D'Andrade

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Estatística e Gestão de Informação

pelo

Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação
da
Universidade Nova de Lisboa

Lisboa

Novembro de 2007

Resumo

O sector da Restauração e Bebidas assume hoje uma importância relevante no contexto da oferta turística nacional, representando 83% das empresas, 79% do Emprego e 76% do volume de negócios gerado pela actividade turística em Portugal. Trata-se de uma realidade económica que gera mais de 187.000 postos de trabalho directos, repartidos por quase 61.000 empresas que facturam 6.400 milhões de euros (INE, 2004).

Algumas das lacunas deste sector residem na falta de informação e na inexistência de um cadastro dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas. Devido a esta situação, a informação produzida sobre o sector está subavaliada e é deficitária. Assim, propõe-se a elaboração de um projecto-piloto de registo dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas numa área geográfica delimitada.

Este estudo tem por base duas fontes principais de informação; uma série temporal de dados estatísticos, publicados pelo INE e pelo Eurostat, respeitantes às CAE's 553 (restaurantes), 554 (estabelecimentos de Bebidas) e 555 (catering), para o total nacional e para cada uma das sete regiões que constituem a NUTS II, (especificando-se para a região do Alentejo), analisados a partir das variáveis "Número de Empresas", "Pessoal ao Serviço" e "Volume de Negócios"; e um inquérito realizado aos estabelecimentos de Restauração e Bebidas da cidade de Évora.

Palavras-chave: Restauração; turismo; dimensão económica; número de empresas; pessoal ao serviço; volume de negócios

ABSTRACT

The Food and Beverage sector assumes, nowadays, an increasing relevance and importance in the context of national tourism offer, representing 83% of the enterprises, 79% of employees and 76% of turn-over generated by the tourist activity in Portugal. It is an economic reality that generates more than 187,000 direct jobs, distributed for almost 61,000 enterprises who earn over 6,400 million euros (INE, 2004).

Some of the sector's gaps are; the lack of information and inexistence of a unified register center. Due to this situation, the information produced about the sector is under-estimated and not reliable. Thus, it is proposed the elaboration of a pilot to register the Food and Beverage establishments in a delimited geographic area.

This study has for base two principal sources of information; a temporal series of statistical data, published by INE, referring to CAE's 553 (restaurants), 554 (Beverages) and 555 (catering), for the national total and each one of the seven regions that constitute NUTS II, (specifying for the Alentejo region), analyzed from the variables "Number of Enterprises", "Number of Employees" and "Turn-over"; and an inquiry carried through to the Food and Beverage sector in Évora city.

Key words: Restaurant; tourism; economic dimension; number of enterprises; number of employees; turn-over

Índice

| | |
|--|-----------|
| Lista de Abreviaturas | vi |
| Lista de Quadros | vii |
| Lista de Quadros em Anexo | viii |
| Lista de Figuras | ix |
| Agradecimentos | xi |
| Dedicatória..... | xii |
| Introdução | xiii |
| Parte I – Definições conceptuais | 1 |
| Capítulo I – A Realidade europeia: as PME..... | 5 |
| 1.1 A estrutura da Economia Europeia..... | 5 |
| 1.1.1 Número de empresas por sector | 7 |
| 1.1.2 Estrutura de Custos..... | 8 |
| 1.1.3 Procura por Serviços | 10 |
| 1.1.4 Relações Empresariais | 10 |
| 1.1.5 PME: Número de Empresas na UE..... | 11 |
| 1.1.6 Valor Acrescentado e Emprego na UE | 12 |
| 1.1.7 Produtividade e Media de Custos com o Pessoal nos Estados-Membros..... | 13 |
| 1.1.8 Maiores actividades não financeiras em termos de Valor Acrescentado | 14 |
| 1.1.9 Maiores actividades não financeiras em termos de Empregabilidade..... | 14 |
| 1.1.10 Custos | 15 |
| 1.1.11 Evolução do Lucro..... | 16 |
| 1.2 Medidas de Apoio e protecção às MPE | 16 |
| Capítulo II – O caso específico do sector da Restauração | 18 |
| 2.1 Enquadramento legal e administrativo | 19 |
| 2.2 Sistemas financeiros | 20 |
| 2.3 Empreendedorismo e assistência técnica | 20 |
| 2.4 Formação profissional | 20 |
| 2.5 Promoção institucional | 21 |
| Capítulo III – O tecido empresarial português | 22 |
| 3.1 Caracterização das PME em Portugal | 22 |
| 3.2 Retrato sectorial | 25 |
| 3.3 Retrato regional..... | 27 |
| Capítulo IV – Expressão na economia nacional do Sector da Restauração e Bebidas ... | 29 |
| 4.1 Análise regional por tipos de estabelecimentos..... | 31 |
| 4.2 Indicadores económico-financeiros..... | 32 |
| 4.3 Dimensão empresarial | 34 |
| 4.4 Síntese de indicadores da Restauração | 35 |
| 4.5 Gastos dos Estrangeiros não Residentes em Portugal | 35 |
| 4.6 A incidência da Restauração nas despesas dos residentes em Portugal..... | 36 |
| 4.7 A importância da Restauração na economia nacional | 37 |
| 4.7.1 Consumo do Turismo Interior..... | 38 |
| 4.7.2 Consumo do Turismo Receptor | 38 |

| | |
|---|-----------|
| 4.7.3 Produção e Oferta Turística | 39 |
| 4.8 SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats Analysis para o sector | 39 |
| Parte II – Opções metodológicas e construção de modelo | 44 |
| Capítulo I – Proposta de Modelo de Cadastro | 46 |
| 1.1 Sistema de informação associado | 46 |
| 1.2 Modelo funcional | 47 |
| 1.2.1 Aquisição de dados | 47 |
| 1.2.2 Gestão de Informação | 47 |
| 1.2.3 Detalhe funcional | 48 |
| 1.2.4 Gestão da informação | 50 |
| 1.2.5 Gestão do sistema | 52 |
| 1.3 Arquitectura da solução | 53 |
| Parte III – Caso Prático | 56 |
| Capítulo I – A Região de Évora | 57 |
| 1.1 Enquadramento Nacional | 57 |
| 1.2 Évora | 57 |
| 1.2.1 Vias de Comunicação | 59 |
| 1.2.2 Saneamento básico: água e esgotos, tratamento de lixo | 59 |
| 1.2.3 Caracterização Económica | 60 |
| 1.2.4 Evolução da População da Região Évora em 1991 e 2001 | 61 |
| 1.2.5 Análise dos Aspectos Globais da População | 62 |
| 1.2.5.1 Ritmos de Crescimento | 62 |
| 1.2.6 Qualidade dos Dados | 67 |
| 1.2.6.1 Análise da Mortalidade | 68 |
| 1.2.7 Natalidade, Fecundidade | 69 |
| 1.2.8 Análise dos Movimentos Migratórios | 70 |
| Capítulo II – Case Study: A dinâmica dos estabelecimentos de Restauração na cidade de Évora – Dados e análise do inquérito | 73 |
| Capítulo III – Considerações Finais e Recomendações | 81 |
| Referências bibliográficas | 86 |
| Anexos | 89 |
| Dados sobre as PME na Europa | 89 |
| Dados sobre o sector | 90 |
| Dados sobre os Gastos dos Turistas em Portugal | 97 |
| Dados demográficos | 98 |
| Dados apurados no inquérito realizado aos estabelecimentos de Restauração e Bebidas em Évora | 105 |
| Inquérito | 108 |

Lista de Abreviaturas

| | |
|----------|---|
| APCPC | Análise de Pontos Críticos e de Pontos de Controle |
| API's | Application Programming Interfaces |
| ASAE | Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica |
| CAE | Código de Actividade Económica |
| CERB | Cadastro dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas |
| CFPSA | Centro de Formação do Sector Alimentar |
| CMVMC | Custos das Mercadorias Vendidas e Consumidas |
| CRM | Customer Relationship Management |
| DGAE | Direcção-Geral das Actividades Económicas |
| DGT | Direcção-Geral do Turismo |
| ERP | Enterprise Relationship Management |
| UE | União Europeia |
| EUROSTAT | Statistical Office of the European Communities |
| FEADER | Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural |
| FEP | Fundo Europeu para as Pescas |
| FGUE | Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas |
| FSE | Fundo Social Europeu |
| HORECA | Hotels, Restaurants, Cafes |
| IAPMEI | Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas |
| IERS | Interenterprise relations |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| NACE | Nomenclature Statistique des Activities Economiques dans les Communitaties Europeenes |
| NUT | Nomenclatura de Unidade Territorial |
| OECD | Organization for Economic Co-operation and Development |
| PDM | Plano Director Municipal |
| PENT | Plano Estratégico Nacional de Turismo |
| PIN | Projectos de Interesse Nacional |
| PME | Pequenas e Médias Empresas |
| PP | Ponto percentuais |
| QREN | Quadro de Referencia Estratégico Nacional |
| RMN | Relação de Masculinidade dos Nascimentos |
| TBM | Taxa Bruta de Mortalidade |
| TCN | Taxa de Crescimento anual médio Natural |
| TCM | Taxa de Crescimento anual médio Migratório |
| TCT | Taxas de Crescimento anual médio Total |
| TMI | Taxa de Mortalidade Infantil |
| VOIP | Voice over Internet Protocol |

Lista de Quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Importância Relativa dos custos operacionais e investimento bruto em bens tangíveis, 2003..... | 9 |
| Quadro 2 – Produtividade da Economia (excluindo o sector financeiro) por número de trabalhadores e em milhares de euros, 2003..... | 13 |
| Quadro 3 – Indicadores divididos por classes de trabalhadores na UE-27 | 18 |
| Quadro 4 – Evolução anual do tecido empresarial nacional | 24 |
| Quadro 5 – Indicadores | 32 |
| Quadro 6 – Custos e proveitos – 2004 | 33 |
| Quadro 7 – Dados de Exploração, 2004 | 33 |
| Quadro 8 – Quantidade de empresas e pessoal ao serviço 2004 | 34 |
| Quadro 9 – Custos e proveitos por escalões de empresas – 2004..... | 34 |
| Quadro 10 – Síntese de Indicadores da Restauração, 2004 | 35 |
| Quadro 11 – Turismo Internacional em Portugal (2003)..... | 35 |
| Quadro 12 – Gastos dos visitantes estrangeiros em Portugal..... | 36 |
| Quadro 13 – Turismo interno em Portugal (2003) | 36 |
| Quadro 14 – Despesas dos agregados familiares, 2000 | 36 |
| Quadro 15 – Evolução da contribuição do turismo para o PIB..... | 37 |
| Quadro 16 – Restauração em Portugal – Análise SWOT | 41 |
| Quadro 17 – Actividades mais empregadoras (%), Évora, 2002..... | 60 |
| Quadro 18 – Índices Resumo, Évora, 1991 e 2001. | 64 |
| Quadro 19 – Relações de Masculinidade dos Nascimentos, Évora, 1991 e 2001. | 68 |
| Quadro 20 – Óbitos e População ajustada, Évora 2000/01..... | 68 |
| Quadro 21 – Taxa Mortalidade Infantil, Évora, 1990 - 2000 | 69 |
| Quadro 22 – Indicadores de natalidade e fecundidade, Évora, 1990/91 e 2000/01. | 70 |
| Quadro 23 – Nados Vivos e Óbitos, Évora, 1991 a 2001. | 71 |
| Quadro 24 – Taxas demográficas | 71 |

Lista de Quadros em Anexo

| | |
|--|-----|
| Quadro Anexo 1 – Crescimento Médio Anual de valor acrescentado a preços de Mercado, 1995-2005..... | 89 |
| Quadro Anexo 2 – Média dos custos com pessoal (sector da construção e indústria) por número de trabalhadores e em milhares de euros, 2003..... | 89 |
| Quadro Anexo 3 – Crescimento médio anual do lucro, 2000-2005 (em %) | 90 |
| Quadro Anexo 4 – Principais Indicadores da Restauração, 2004 | 90 |
| Quadro Anexo 5 – Evolução nos últimos 3 anos dos principais indicadores da Restauração | 90 |
| Quadro Anexo 6 – Evolução percentual nos últimos 3 anos dos principais indicadores da Restauração | 91 |
| Quadro Anexo 7 – Comparação entre Alojamento e Restauração | 91 |
| Quadro Anexo 8 – Distribuição por NUT II das empresas nos últimos 3 anos (dados disponíveis)..... | 93 |
| Quadro Anexo 9 – Distribuição por NUT II do pessoal ao serviço nos últimos 3 anos (dados disponíveis)..... | 95 |
| Quadro Anexo 10 – Distribuição por NUT II do volume de negócios nos últimos 3 anos (dados disponíveis) | 96 |
| Quadro Anexo 11 – Evolução dos principais indicadores..... | 97 |
| Quadro Anexo 12 – Despesas dos agregados familiares, por faixa etária..... | 97 |
| Quadro Anexo 13 – Despesas dos agregados familiares, por tipologia de rendimento auferido | 97 |
| Quadro Anexo 14 – Ritmo de Crescimento Geométrico (%), Évora..... | 98 |
| Quadro Anexo 15 – Grupos Funcionais, Évora, 1991 e 2001 | 98 |
| Quadro Anexo 16 – Relações de Masculinidade, Évora, 1991 e 2001. | 99 |
| Quadro Anexo 17 – População estrangeira residente em Portugal | 100 |
| Quadro Anexo 18 – População estrangeira residente em Portugal (cont.)..... | 101 |
| Quadro Anexo 19 – População estrangeira residente em Portugal (cont.)..... | 102 |
| Quadro Anexo 20 – População estrangeira residente em Portugal (cont.)..... | 103 |
| Quadro Anexo 21 – População estrangeira residente em Portugal (cont.)..... | 104 |
| Quadro Anexo 22 – Média de n.º de lugares por tipologia | 105 |
| Quadro Anexo 23 – Dia de encerramento semanal | 105 |
| Quadro Anexo 24 – Sistemas de qualidade implementados..... | 105 |
| Quadro Anexo 25 – Factores que influenciam o negócio..... | 105 |
| Quadro Anexo 26 – Factores que influenciam o sector | 105 |
| Quadro Anexo 27 – Perspectivas futuras | 106 |
| Quadro Anexo 28 – Distribuição dos clientes..... | 107 |

Lista de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Distribuição do valor bruto acrescentado na UE, 2005 | 6 |
| Figura 2 – Distribuição do valor bruto acrescentado na UE, 2005 | 6 |
| Figura 3 – Densidade de empresas por 1000 habitantes na UE, 2003 | 7 |
| Figura 4 – Médias de Constituição de empresa, 2003 e Cessão de Actividade, 2002 (Eurostat, 2007). Excluindo Bélgica, Alemanha, Grécia, França, Irlanda, Chipre, Malta, Áustria e Polónia..... | 8 |
| Figura 5 – Densidade das pequenas empresas (10 a 49 trabalhadores) por 1000 habitantes | 10 |
| Figura 6 – Proporção de empresas que realizam IERs na sua actividade principal | 11 |
| Figura 7 – Quantidade de empresas na UE – 25, desagregado por quantidade de empregados, 2003 (%). | 12 |
| Figura 8 – Valor Acrescentado e Empregabilidade (média em percentagem) na UE – 25, por dimensão de empresa. | 13 |
| Figura 9 – Valor Acrescentado das Actividades Não Financeiras, UE – 25, 2003 | 14 |
| Figura 10 – Emprego das Actividades Não Financeiras (em %), UE – 25, 2003..... | 15 |
| Figura 11 – Emprego das Actividades Não Financeiras (em %), UE – 25, 2003..... | 16 |
| Figura 12 – Volume de Negócios e Emprego no sector da Hotelaria e Restauração em 2004, (% do total do sector dos serviços em cada país)..... | 18 |
| Figura 13 – Volume de Negócios e Emprego no sector da Restauração por Estado Membro, em 2004 em % do total do sector HORECA..... | 19 |
| Figura 14 e Figura 15 – Quantidade de empresas e emprego por classe dimensional empresarial..... | 22 |
| Figura 16 – Volume de negócios, por classe dimensional de empresas | 23 |
| Figura 17 – Evolução do tecido empresarial português | 23 |
| Figura 18 – Distribuição sectorial das empresas (quantidade de empresas, emprego e volume de negócios), 2004..... | 25 |
| Figura 19 – Distribuição sectorial das PME (quantidade de empresas, emprego e volume de negócios), 2004..... | 26 |
| Figura 20 – Peso das PME em cada sector de actividade, 2004 | 27 |
| Figura 21 – Evolução da estrutura empresarial nas regiões NUTS II, 2000/2004 | 28 |
| Figura 22 – Peso da Restauração no Total das Empresas Portuguesas | 29 |
| Figura 23 – Distribuição Regional dos principais indicadores da Restauração, 2004..... | 30 |
| Figura 24 e Figura 25 – Representação gráfica dos dados, 2004 | 30 |
| Figura 26 – Representação gráfica dos dados, 2004 | 31 |
| Figura 27 – Volume de Negócios, 2003 | 32 |
| Figura 28 – Volume de Negócios, 2004 | 32 |
| Figura 29 – Consumo do Turismo Receptor turistas (2004) | 51 |
| Figura 30 – Consumo do Turismo Receptor excursionistas (2004) | 38 |
| Figura 31 – Produção Turística por tipo de Actividade Característica..... | 39 |
| Figura 32 – Diagrama do Registo de Cadastro da Restauração e Bebidas | 47 |
| Figura 33 – Modelo de Gestão da Informação | 51 |
| Figura 34 – Modelo do Broker de Dados | 53 |
| Figura 35 – Arquitectura Lógica do Sistema | 54 |
| Figura 36 – Distribuição dos produtos turísticos por regiões de interesse estratégico | 56 |
| Figura 38 – Evolução da População Portuguesa | 57 |
| Figura 39 – Distribuição por area geográfica de Évora por freguesias..... | 58 |
| Figura 40 – Ligações viárias, ferroviárias e aeroportuárias | 59 |
| Figura 41 – Evolução da população em Évora | 74 |
| Figura 42 – Evolução da população, segundo o sexo, em Évora | 61 |
| Figura 43 – Evolução da população nas freguesias de Évora | 61 |

| | |
|---|----|
| Figura 44 – Distribuição da população, por freguesias | 62 |
| Figura 45 – Evolução do Crescimento..... | 63 |
| Figura 46 – Evolução dos Grupos Funcionais – 1991-2001 | 63 |
| Figura 47 – Evolução do Índice de Juventude e de Envelhecimento, 1991, 2001..... | 64 |
| Figura 48 – Evolução dos índices de dependência | 65 |
| Figura 49 – Evolução do Índice de Longevidade | 78 |
| Figura 50 – Evolução do Índice de Maternidade | 65 |
| Figura 51 – Evolução da Relação de Masculinidade | 66 |
| Figura 52 – Pirâmide Etária, Évora, 1991..... | 67 |
| Figura 53 – Pirâmide Etária, Évora, 2001..... | 67 |
| Figura 54 – Evolução dos nados vivos 1990-2005 | 70 |
| Figura 55 – Distribuição dos estabelecimentos – Universo..... | 73 |
| Figura 56 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com a tipologia do estabelecimento | 73 |
| Figura 57 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo o dia de encerramento semanal..... | 74 |
| Figura 58 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com a quantidade de lugares e tipologia do estabelecimento | 74 |
| Figura 59 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com a proximidade do estabelecimento de zonas de interesse cultural | 75 |
| Figura 60 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com a implementação de Sistemas de Qualidade | 75 |
| Figura 61 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com aspectos que influenciam o funcionamento de estabelecimento..... | 76 |
| Figura 62 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com os aspectos mais importantes para o sector | 76 |
| Figura 63 – Visão do empresário sobre a sua situação económica futura | 77 |
| Figura 64 – Estimativa da Distribuição de Clientes..... | 77 |
| Figura 65 – Representação geográfica de alguns estabelecimentos de Restauração e Bebidas da cidade de Évora | 78 |
| Figura 66 – Representação geográfica dos estabelecimentos inquiridos, perspectiva das freguesias da cidade de Évora | 79 |
| Figura 67 – Representação Geográfica dos estabelecimentos inquiridos..... | 79 |
| Figura 68 – Representação Geográfica de alguns estabelecimentos | 80 |

Agradecimentos

Terminar uma Tese de Mestrado é sempre um momento de felicidade que gostaria de partilhar com todos que a tornaram possível.

Agradeço à instituição que sempre me apoiou e tornou possível a realização do meu mestrado e desta dissertação, ARESP (Associação de Restauração e Similares de Portugal).

O agradecimento estende-se aos seus líderes e todos os colaboradores que sempre me apoiaram na vida profissional e académica.

Agradeço aos meus orientadores pela sua dedicação e ajuda na elaboração desta dissertação, Professora Doutora Teresa Rodrigues e Professor Sancho Silva.

Uma palavra de agradecimento aos empresários da Restauração e Bebidas da cidade de Évora que me facultaram os dados necessários para a prossecução deste trabalho de investigação.

Agradeço à ADRAL (Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.) pela sua colaboração.

Neste momento tão especial, quero agradecer aos meus Pais, Martinho e à Ninete, todo o tempo que me deram. Sem o vosso apoio este projecto não teria sido possível.

Ao amor da minha vida Carla, pela tua compreensão, paciência e ajuda. Sem o teu apoio não teria conseguido terminar este projecto.

Por fim, desejo agradecer a todas as pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização desta Tese de Mestrado.

Dedicatória

Aos meus pais, Martinho e Ninete.

Ao amor da minha vida, Carla.

Introdução

A presente dissertação, subordinada ao tema “Dinâmicas de Gestão nas PME”, evidencia as potencialidades do sector da Restauração e Bebidas, em termos da economia nacional e do turismo em particular. Trata-se de um sector composto maioritariamente por micro e pequenas empresas, pelo que é particularmente pertinente reflectir sobre aspectos ligados à gestão dos respectivos negócios. Esta dissertação, que seguirá o seguinte esquema/lógica apresentado na ilustração em baixo, caracteriza este sector e apresenta uma proposta de resolução para uma das suas graves lacunas, ou seja, a falta de cadastro (registo dos estabelecimentos em actividade) e a conseqüente ineficiência na apresentação de informação trabalhada.

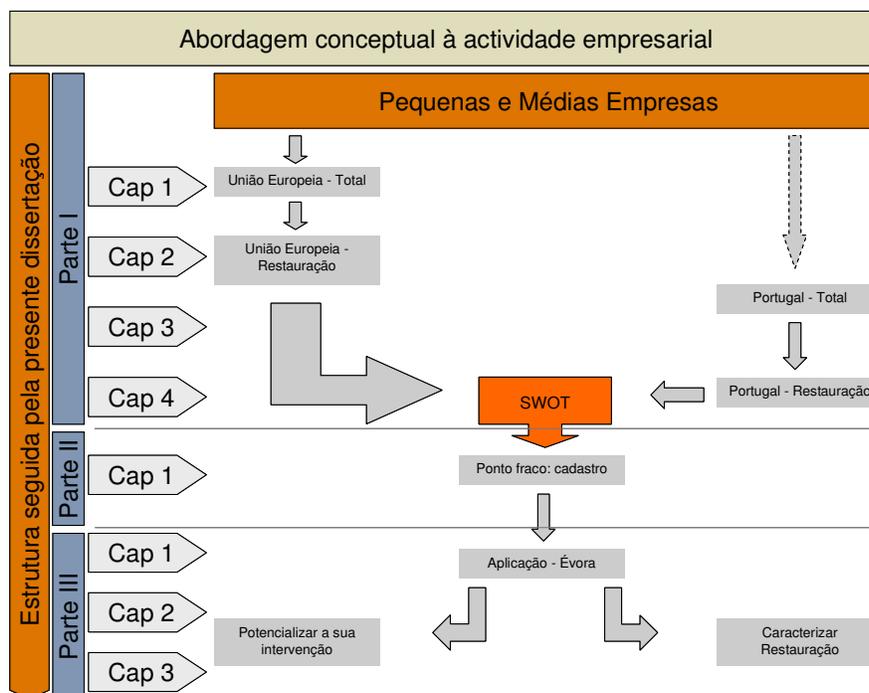


Ilustração 1 – Representação esquemática da estrutura seguida pela presente dissertação

A dissertação inicia-se com uma caracterização económica das PME, primeiro a nível europeu, em termos globais, e, posteriormente, com orientação para o sector da Restauração e Bebidas. Seguidamente, realiza-se uma abordagem semelhante em Portugal, a qual contemplará desagregações sectoriais e regionais, culminando com a apresentação da matriz SWOT (Strength, Weakness, Opportunities and Threats).

Desta análise ressaltam as vulnerabilidades do sector, entre as quais se destaca a falta de cadastro dos estabelecimentos em funcionamento. Para colmatar esta lacuna, apresenta-se uma proposta de modelo de cadastro, para seguidamente e, após um enquadramento sócio-demográfico da cidade de Évora, proceder-se à aplicação de um inquérito/registo aos estabelecimentos desta localidade. Através da realização deste inquérito tornou-se possível caracterizar os estabelecimentos de Restauração e Bebidas da cidade de Évora, o que viabilizou a apresentação de propostas que permitem potenciar a utilização da informação recolhida.

Parte I – Definições conceptuais

“A estrutura da Economia evolui com o tempo, do mesmo modo que algumas actividades económicas lideram essa evolução. Elas não são sempre as mesmas.” (European Communities. 2006).

A Economia tornou-se um tema de debate na discussão contemporânea teórica e conceptual. A arte e a ciência da gestão económica desenvolveram e evoluíram com o passar dos anos, assim como as definições de Economia e Gestão. Alguns teóricos, inicialmente, definiram a gestão como a habilidade de trabalhar através dos outros. (Courtland, et al. 1993). *“Hoje em dia a Gestão é vista como um processo para atingir objectivos organizacionais através do planeamento, organização, liderança e, controle dos recursos humanos, físicos, financeiros e informação de uma maneira eficiente e eficaz.”* (Courtland, et al. 1993).

“A economia é frequentemente descrita como um corpo do conhecimento ou o estudo que discute como uma sociedade tenta resolver os problemas humanos e os recursos escassos. Porque a economia é associada com o comportamento humano, o estudo da economia é classificado como uma ciência social. Porque a economia trata dos problemas humanos, não pode ser uma ciência exacta que facilmente se podem encontrar vários pontos de vistas e descrições da economia. Nesta introdução, o foco é uma vista geral dos elementos que constituem o estudo da economia, isto é, as necessidades, a escassez dos recursos, bens e serviços, escolha económica, e as leis da oferta e da procura.” (Dolan, et al.1991)

Todas as pessoas tomam decisões económicas todos os dias das suas vidas. Isto ocorre quando se decide cozinhar uma refeição em casa ou ir a um restaurante comer, ou quando se decide entre comprar um carro luxuoso novo ou uma carrinha em segunda mão. As pessoas tomam decisões económicas quando decidem alugar ou comprar a sua casa ou onde devem frequentar a universidade.

“Um recurso é escasso quando este não existe em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades do ser humano. Por causa de necessidades ilimitadas e recursos limitados para os satisfazer, decisões económicas devem ser tomadas. Este problema de escassez (recursos limitados) deve ser atendido, pelo que, conduz à economia e aos problemas económicos.” (Montani, G. 1987).

Os recursos económicos, chamados frequentemente factores da produção, são divididos em quatro categorias gerais: Terra, Trabalho (por alguns autores chamado de recursos humanos), Capital, e Empreendimento.

Terra

“A terra descreve o local que pode ser usada para construir uma estrutura, tal como uma fábrica, uma escola, um repouso, ou uma igreja, mas significa muito mais do que isso. A terra é um termo usado para os recursos que vêm da terra. As árvores são produzidas pela terra e usadas para a madeira serrada, o papel, e numerosos produtos, que também são referidos como terra. Os minerais que vêm da terra, tal como o óleo que é usado fazer a gasolina ou lubrificar os motores de automóvel, ou o ouro que é usado para fazer as jóias, ou o trigo que é cultivado na terra e usado na produção do pão e outros produtos, ou os carneiros que são tosquiados pela lã, todos são descritos como terra.” (Fisher, A.C. 1987)

Trabalho (Recursos Humanos)

“O trabalho é a categoria geral do esforço humano que é usado para a produção dos bens e dos serviços. Isto inclui o trabalho físico, tal como cortar árvores para a madeira serrada, perfurar o solo para o óleo ou minar o ouro, o cultivo do trigo para o pão, ou a tosquia dos carneiros que produzem lãs para uma camisola. Além ao trabalho físico, existe o trabalho mental, que é necessário para actividades como planear as melhores maneiras de serrar as

árvores e tomar as decisões sobre quais as árvores a cortar. O trabalho está envolvido também quando um médico ou cirurgião analisam e diagnosticam (trabalho mental) antes de executar um procedimento médico, executando então o procedimento (trabalho físico).” (Blanchard, O. J. 1987)

Capital

“O capital que é frequentemente visto de duas maneiras, assim como o trabalho. O capital pôde ser visto como o conhecimento, habilidades, e as atitudes que permite aos seres humanos produzirem bens e serviços. O outro tipo de capital é o capital físico, que inclui edifícios, maquinaria, ferramentas, e outros artigos que são usados para produzir bens e serviço. Tradicionalmente, o capital físico foi um pré-requisito para o capital humano; entretanto, por causa das rápidas mudanças na tecnologia, hoje o capital humano é mais menos dependente do capital físico.” (Hennings, K. H. 1987)

Empreendedorismo

“O empreendedorismo é uma forma especial do capital humano que é importante num ajuste económico (frequentemente chamado como o quarto factor da produção). O empreendedorismo é necessário para melhorar o que temos e para criar novos bens e serviços. Um empreendedor é quem congrega todos os recursos da terra, do trabalho, e do capital que são necessários para produzir um produto ou um serviço melhor. Neste processo, o empreendedor é assume o risco do sucesso ou da falha. Existem algumas definições que associam o empreendedorismo com o criar ou possuir um negócio novo. Essa é uma definição do empreendimento mas não a única. Um empreendedor pôde criar um novo mercado para algo que já existe ou usar um recurso natural acima dos limites impostos com o fim de maximizar a eficiência e minimizar o consumo.” (Murray, M. 1987)

Bens e Serviços

“A Terra, o Trabalho, e o Capital são usados por um empreendedor para produzir os bens e os serviços que serão usados satisfazer as nossas necessidades. Os bens são tangíveis, significando que são algo que podem ser vistos ou tocados. A produção dos bens requer o uso de recursos limitados para produzir algo com o fim de satisfazer necessidades. Um exemplo pode ser um agricultor que cultiva o grão. O agricultor usa equipamento fabricado através de recursos; a terra é um recurso natural utilizado no cultivo do grão; e porque o crescimento do grão esgota os nutrientes no solo, o agricultor deve usar fertilizantes para os restaurar. Os recursos limitados são usados para produzir fertilizantes naturais ou químicos, mas são necessários para a colheita. A água pôde ser usada para irrigar a colheita e melhorar a produção. Quando a colheita está pronta, o agricultor usa recursos adicionais para terminar o processo, para que finalmente possa ser usado ou vendido para o uso de outros.” (Binks, et al. 1990)

Os serviços são fornecidos de diversas maneiras, constituindo uma actividade intangível. Não há nenhuma dúvida que se pode frequentemente ver alguém a fornecer um serviço, mas o serviço não é algo que alguém possa levar para casa e fazer uso do mesmo. Um exemplo de um serviço é a utilização de um táxi através de uma cidade aglomerada. Quando se chega ao destino e o taxista é pago, o passageiro não tem nada tangível para segurar excepto o recibo. Entretanto, os recursos foram usados para fornecer o serviço. O automóvel usado como táxi, o combustível usado para operar o táxi, e o trabalho do motorista são todos exemplos dos recursos que foram usados para fornecer um serviço que satisfaça uma necessidade. (Binks, et al. 1990)

“É importante compreender que os bens e serviços utilizam os recursos que são limitados, ou seja, os bens e serviços são também escassos. A escassez resulta quando a procura para um bem ou serviço é mais grande do que sua oferta. A escassez, é então, o que faz com que os

consumidores tenham que fazer escolhas. Se os indivíduos não puderem ter tudo o que necessitam, devem decidir-se quais os bens e serviços que são os mais importantes e com os quais não podem passar". (Heilbroner, et al.1987)

Em Economia, um agente é um actor num modelo em que (geralmente) resolve algum problema de optimização. Neste sentido, é equivalente ao termo jogador (*player*) que também é usada na Economia, mas mais comum na teoria de jogos. Em anos mais recentes, o conceito de agente económico tem sido interpretado de uma maneira mais lata, como um indivíduo com características sociais, biológicas ou físicas que interage com outras entidades num contexto dinâmico de um sistema económico. Por exemplo, os compradores e os vendedores são dois tipos bastante comuns de agentes económicos que interagem num modelo de equilíbrio de mercado. Modelos macroeconómicos, especialmente os modelos estocásticos dinâmicos de equilíbrio geral que são baseados em micro fundações, distinguem outros tipos de agentes, como as entidades privadas, o estado, os bancos centrais, etc. Cada um destes agentes terá vários papéis na economia, como consumidores, produtores, intermediários, etc. Existem alguns modelos macroeconómicos que distinguem ainda mais tipos de agentes económicos como compradores ou banca comercial (Junior & Stokey. 1987) (Fuerst. 1992).

"As dinâmicas individuais dos agentes económicos são influenciadas por múltiplas ligações dinâmicas, designadamente ligações entre agentes com características similares, que são mais estáveis do que as ligações entre agentes com características diferentes. Uma simples lei de escala descreve a quantidade de características distintas como função da quantidade de agentes e a quantidade de realizações dessas características " (Stauffer, et al. 2006).

Não obstante, o paradigma da economia tem vindo a alterar-se ao longo dos anos. O conceito tem vindo a tornar-se cada vez mais abrangente, derivado do processo de globalização crescente. A sociedade de informação tornou este conceito ainda mais lato. Palavras como, *e-commerce*, *data mining*, CRM (*Costumer Relationship Managment*), ERP (*Enterpsise Relationship Management*), *e-mail*, VOIP (*Voice Over Internet Protocol*), entre muitas outras, não existiam há algumas décadas atrás e só se tornaram vulgares com o advento da sociedade de informação. Esta evolução foi acompanhada pela Economia, originando alterações diversas. Talvez se tenha tornado diferenciada com todas as suas aplicações. Existe uma definição lata, mas cada vez mais o específico se torna em si uma necessidade. Se conceitos derivados de economia surgiram no passado, como, Economia Monetária, Economia Regional, Economia Urbana, Integração Económica, Economia Europeia, entre muitas outras, também agora a sociedade de informação gerou novos conceitos económicos: Economia da Internet, Economia de Informação, entre muitos outros.

Enquanto o processo de globalização prossegue e evolui, os mercados cada vez mais abertos, a concorrência e a liberalização das trocas de bens e serviços, novas tecnologias, o capital e o conhecimento criam uma *Nova Economia*, em que o intensificar das transacções e a informação comunicada pelo Mundo, exigem a procura de novas práticas de negócios, novas formas de organização e novas relações laborais. O comércio e o investimento em serviços e informação aumentou na realidade da economia-mundo, a par do incremento no tráfego de bens de e para os mercados em expansão. Tal é possível pela (des)regulamentação internacional dos mercados financeiros. Enquanto a descentralização e a globalização aumentaram de importância, as especificidades locais também tiveram de ser tomadas em conta. Assim que as transacções de bens e serviços aumentaram, a procura por emprego com novas competências, para além daquelas utilizadas na Economia tradicional, também aumentou. Adicionalmente, verificou-se uma alteração nos moldes como o próprio negócio é conduzido, levando a uma nova dinâmica de gestão laboral. Formação especializada, requisitos educacionais, falta de acesso a empregados com os novos conhecimentos, contribuíram para acentuar problemas antigos e novos com que as empresas são actualmente confrontadas.

"Novas tecnologias de informação e comunicação melhoraram a eficiência dos mercados, expandiram o alcance das empresas e permitiram ao consumidor obter uma maior diversidade de produtos e serviços. O aumento da concorrência global permitiu passar os benefícios das

inovações para os consumidores de uma maneira eficiente, através da diminuição dos preços, e para os trabalhadores através do aumento dos salários. A desregulamentação dos mercados, o incremento da globalização e a reestruturação das empresas transformaram o ambiente económico e a sociedade.” (Matovac. 2003).

A Economia desenvolve-se através da interacção de diversas forças (agregados económicos). Os agentes económicos podem ser agregados de diversas formas; pelo sector de actividade onde estão inseridos, pela dimensão da empresa (quantidade de trabalhadores, volume de negócios gerado, volume de transacções efectuadas, entre outras), pelo CAE (Código de Actividade Económica), pelo associativismo empresarial, públicas, privadas, recomendações da Comunidade Europeia, entre muitas outras formas de integração.

Estes agregados económicos representam forças motrizes de avanço (e às vezes de recuo) da própria Economia, pelo que faz sentido perceber o papel empresarial destes no desenvolvimento económico.

Capítulo I – A Realidade europeia: as PME.

Nas empresas há que distinguir várias realidades, de modo a poder integrá-las em grupos mais ou menos homogéneos. *“Entende-se por empresa qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma actividade económica. São, nomeadamente, consideradas como tal as entidades que exercem uma actividade artesanal ou outras actividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma actividade económica.”* (Comissão Europeia. 2003)

À luz da Comunidade Europeia, e relativamente à dimensão de uma empresa, podemos ter: Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas. O critério do número de pessoas empregadas mantém-se como um dos mais importantes e deve ser considerado como critério principal, mas a introdução de um critério financeiro é um complemento necessário para que se possa compreender a importância real e o desempenho de uma empresa, bem como a sua posição em relação às suas concorrentes. Para o efeito, não é contudo desejável adoptar o volume de negócios como único critério financeiro, nomeadamente porque o volume de negócios das empresas do comércio e da distribuição é, por natureza, mais elevado que o do sector transformador. O critério do volume de negócios deve, portanto, ser combinado com o do balanço total, que reflecte o património global de uma empresa, podendo um dos dois critérios ser ultrapassado. (Comissão Europeia, 2003)

O artigo 2.º do Título I do Anexo I da Recomendação da Comissão Europeia, 2003, define o enquadramento das empresas:

1. A categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros.
2. Na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros.
3. Na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.
4. As restantes por exclusão serão consideradas grandes empresas.

1.1 A estrutura da Economia Europeia

Em 2005, as actividades económicas na UE (União Europeia) geraram um total de 9.653 mil milhões de euros de valor acrescentado bruto. A Figura 1 apresenta-nos a contribuição de cada actividade económica para o total do valor acrescentado bruto. A economia de negócios, contribuiu com cerca de $\frac{3}{4}$ do total (75.6%). A economia de negócios é constituída pela soma da indústria (NACE¹ secções C a E), construção (NACE - Nomenclature Statistique des Activités Economiques dans les Communautés Europeennes - secção F) e serviços (NACE secções G a K). Os Serviços são compostos pelo Comércio a Retalho, Hotéis e Restaurantes, Comunicações e Transportes (NACE secções G, H e I), assim como os serviços financeiros e imobiliários, aluguer e actividades de negócio (NACE secções J e K).

¹ Classificação Estatística das Actividades Económicas na União Europeia

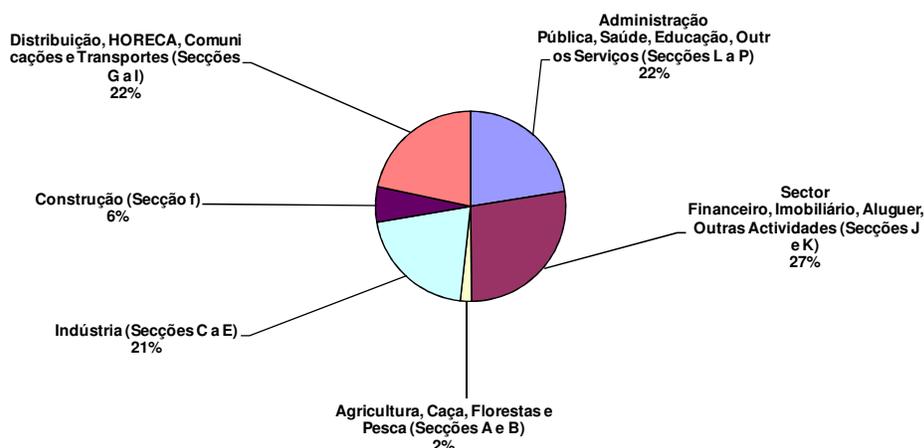
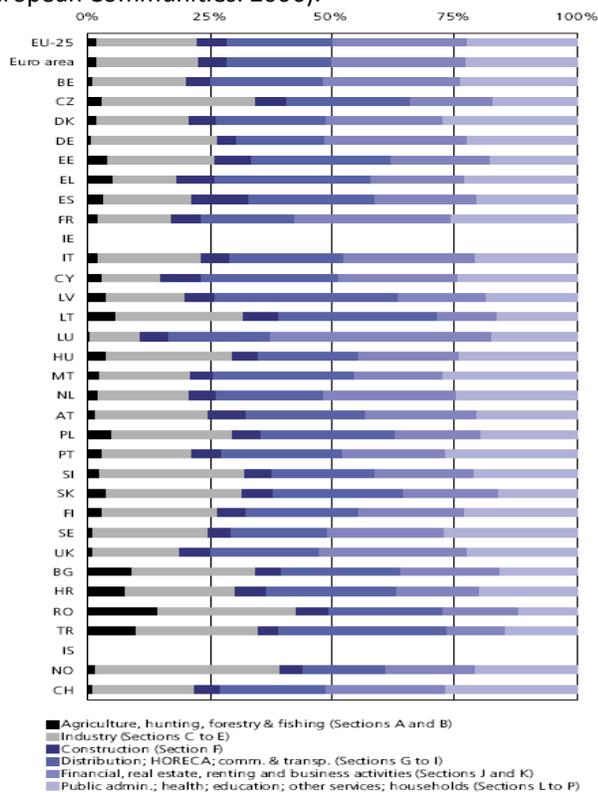


Figura 1 – Distribuição do valor bruto acrescentado na UE, 2005
 Fonte: Eurostat

Para a UE, a contribuição dos serviços é mais do dobro da indústria. Como pode ser verificado pela Figura 2, a estrutura da economia é bastante diferente entre os Estados-membros: a importância da indústria é particularmente alta em países como a República Checa, a Eslováquia, Lituânia, Alemanha e Polónia; outros estão mais focalizados nos serviços, como o Luxemburgo, Lituânia, Chipre, Reino Unido, França e Grécia. A importância do sector da construção é particularmente importante para a Espanha e Chipre, sendo particularmente baixa na Alemanha (European Communities. 2006).



(1) Ireland and Iceland, not available; Hungary, Slovenia, the United Kingdom, Croatia and Romania, 2004.
 Source: Eurostat (National accounts)

Figura 2 – Distribuição do valor bruto acrescentado na UE, 2005
 Fonte: Eurostat

Cerca de um terço dos Estados-Membros apresenta uma queda nos sectores da Agricultura, Caça, Florestas e Pesca durante este período. Enquanto vários Estados-membros

apresentaram um franco crescimento em quase todos os sectores, alguns mostraram um crescimento forte em sectores específicos, indicando a reestruturação da sua Economia (como se poderá verificar, em anexo, pela leitura do Quadro Anexo 1). Como exemplo, dos que aumentaram significativamente o sector dos serviços, temos os Países Baixos, a Dinamarca e a Bélgica; relativamente ao sector da indústria destaca-se a Suíça como exemplo. (European Communities. 2006).

1.1.1 Número de empresas por sector

Em 2003, na UE, existiam mais empresas no sector da construção do que no da indústria e, a distribuição a retalho tinha mais empresas que a indústria e a construção em conjunto. O total de empresas, excluindo as de serviços financeiros, ascendia a 18 milhões. Salienta-se que a dimensão das empresas, quer em termos de volume de negócios ou pessoal ao serviço, varia de acordo com o sector. A contribuição de cada sector para o crescimento económico e para a empregabilidade também varia de acordo com a densidade empresarial, ou seja, a quantidade de empresas por 1000 habitantes, conforme figura 3 (European Communities. 2006).

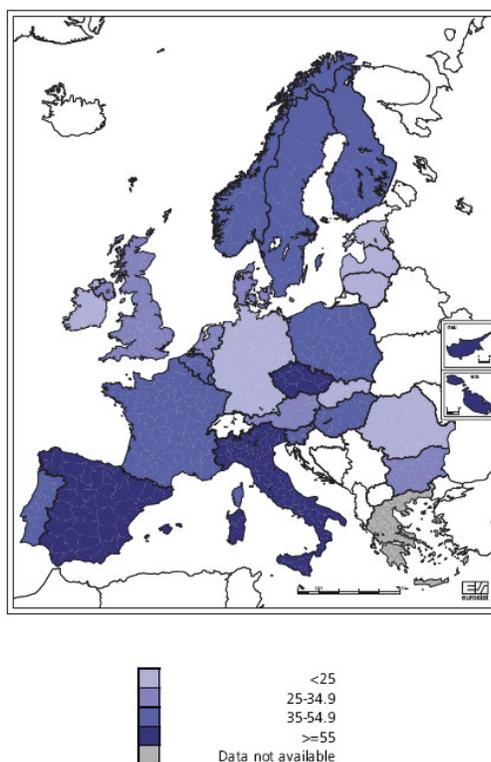
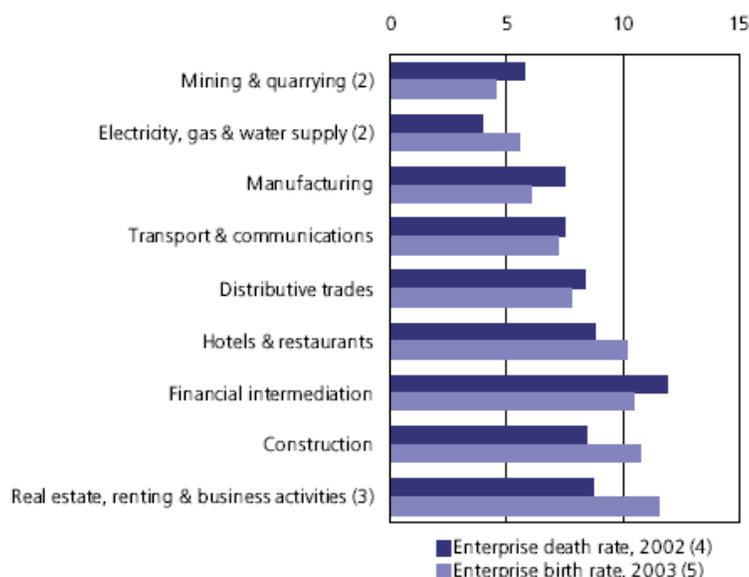


Figura 3 – Densidade de empresas por 1000 habitantes na UE, 2003

Fonte: Eurostat

A estatística demográfica das empresas apresenta informações sobre a constituição, cessão e nível de sobrevivência das empresas. A Figura 4 apresenta-nos a média de constituição de novas empresas em 2003 e a cessão de actividades de empresas em 2002 nos Estados-Membros. As empresas dos sectores: imobiliário, aluguer e outras, assim como a construção tiveram o maior número de constituições, mas também tiveram a maior amplitude (em percentagem) entre constituições e cessão de actividade. A Restauração e Hotelaria, fornecedores de água, gás e electricidade foram os únicos sectores que apresentaram um número de constituições superiores às cessões de actividade. A intermediação financeira e a indústria apresentaram um número de cessão de actividade 1,5% acima das constituições. Uma análise mais detalhada da demografia das empresas conclui que apesar do baixo número

de constituições no sector da indústria, as novas empresas são de uma maior dimensão em comparação com a indústria e serviços (Eurostat. 2005). Isto sugere que as barreiras à entrada de novas empresas no sector da indústria são bastante elevadas, porque as necessidades regulamentares e investimento inicial em factores de produção também são bastante elevados. Na maioria dos Estados-Membros a grande fatia de constituições de empresas deu-se no sector dos serviços. No entanto, é possível detectar-se algumas diferenças: Luxemburgo, Noruega, Países Baixos e Espanha apresentam uma baixa proporção (menos de 6%) de constituições de empresas do sector da indústria, enquanto em outros países como, Lituânia, Portugal, República Checa e Eslováquia, o sector da indústria contribuiu com mais de 15%. Em três Estados-Membros do sul da UE-15, Espanha, Itália e Portugal, a proporção de constituições de empresas no sector da construção foi próximo de 20%, vários pontos percentuais acima do Estado-Membro seguinte com a maior percentagem, a Finlândia (European Communities. 2006).



(1) EU-25 excluding Belgium, Germany, Greece, France, Ireland, Cyprus, Malta, Austria and Poland. (2) Also excluding the United Kingdom. (3) Also excluding management activities of holding companies. (4) Also excluding Denmark. (5) Denmark, 2001; Portugal, provisional.

Source: Eurostat (SBS)

Figura 4 – Médias de Constituição de empresa, 2003 e Cessão de Actividade, 2002 (Eurostat, 2007). Excluindo Bélgica, Alemanha, Grécia, França, Irlanda, Chipre, Malta, Áustria e Polónia.

Fonte: Eurostat

1.1.2 Estrutura de Custos

Os gastos originados pelas empresas revestem-se sob as formas de investimento ou custos operacionais. Estes últimos podem ser divididos em custos com pessoal e custos das matérias-primas (bens e serviços) e mercadorias consumidas, incluindo a compra de matérias-primas, consumíveis (como a energia) e compra de serviços (como limpeza, contabilidade, publicidade e transportes). Em todos os sectores de actividade o investimento em bens tangíveis apenas reporta uma pequena percentagem do total dos gastos. Em termos relativos, o investimento foi mais alto no sector imobiliário, aluguer e outras actividades, na extracção mineira e pedreira (cerca de 13% dos custos totais), seguidos pelo transporte e comunicações, fornecedores de electricidade, gás e água (cerca de 10%). A percentagem de custos com matérias-primas e mercadorias consumidas foi particularmente alta em duas actividades de retalho (compra e revenda), nomeadamente na distribuição a retalho (aproximadamente 90%) e nos fornecedores de electricidade, gás e água (cerca de 80%), sendo que os custos com pessoal ao serviço são mais altos nas actividades de trabalho mais intensivas como, a hotelaria

e Restauração (cerca de 30%). O Quadro 1 apresenta três tipos de custos (em percentagem), distribuídos por dois vértices (Indústria e Construção e, Serviços não financeiros), dos vários Estados-Membros.

| | Investimento Bruto em Bens Tangíveis | | Compra de Bens e Serviços | | Custos com Pessoal | |
|----------------|--------------------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| | Indústria e Construção | Serviços não financeiros | Indústria e Construção | Serviços não financeiros | Indústria e Construção | Serviços não financeiros |
| UE - Média (1) | 4,7 | 5,2 | 76,0 | 79,6 | 19,2 | 15,2 |
| BE | | 4,1 | | 84,1 | | 11,8 |
| CZ | 6,1 | 5,0 | 80,6 | 85,5 | 13,3 | 9,5 |
| DK | 6,3 | 7,6 | 69,8 | 76,9 | 23,9 | 15,5 |
| DE | 3,7 | 4,4 | 73,7 | 78,5 | 22,6 | 17,1 |
| EE | 8,6 | 7,0 | 76,3 | 84,3 | 15,1 | 8,7 |
| EL | | | | | | |
| ES | 4,8 | 5,8 | 76,5 | 80,6 | 18,8 | 13,5 |
| FR (2) | 3,4 | 5,6 | 78,3 | 77,0 | 18,3 | 17,4 |
| IE | | 4,8 | | 81,1 | | 14,1 |
| IT | 5,0 | 4,9 | 79,3 | 83,9 | 15,6 | 11,2 |
| CY | 7,3 | | 65,5 | | 27,2 | |
| LV | 11,4 | 9,0 | 74,5 | 82,8 | 14,1 | 8,2 |
| LT (3) | 8,7 | 7,0 | 76,6 | 84,3 | 14,7 | 8,7 |
| LU | 3,7 | 2,6 | 81,0 | 82,5 | 15,2 | 14,9 |
| HU | 6,4 | 7,0 | 82,4 | 84,1 | 11,1 | 8,9 |
| MT (4) | 5,6 | 6,7 | 75,9 | 80,4 | 18,5 | 12,9 |
| NL | 3,6 | 4,1 | 79,6 | 80,5 | 16,8 | 15,4 |
| AT | 5,1 | 7,8 | 71,4 | 76,0 | 23,5 | 16,2 |
| PL | 6,1 | 2,6 | 80,1 | 91,5 | 13,8 | 5,9 |
| PT | 6,8 | 8,1 | 77,4 | 80,4 | 15,8 | 11,5 |
| SI | 7,0 | 5,0 | 73,3 | 82,1 | 19,6 | 12,9 |
| SK | 6,1 | 6,5 | 83,0 | 84,3 | 11,0 | 9,2 |
| FI | 4,2 | 5,6 | 78,8 | 79,6 | 17,0 | 14,8 |
| SE (2) | 5,1 | 6,5 | 74,2 | 75,7 | 20,7 | 17,8 |
| UK | 5,4 | 5,1 | 74,2 | 77,3 | 20,4 | 17,6 |

(1) Baseados em dados para os Estados-Membros, 2003.

(2) Indústria e Construção, 2002.

(3) Serviços não financeiros, 2002.

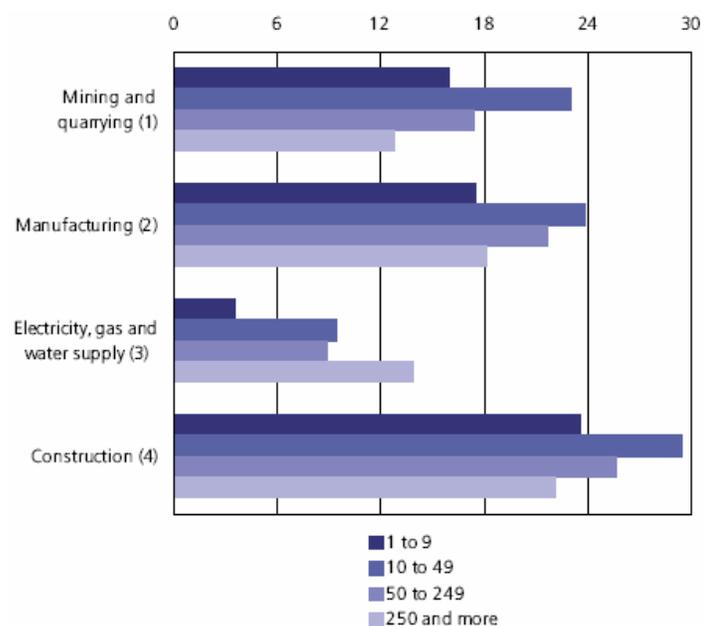
(4) 2002.

Fonte: Eurostat (SBS)

Quadro 1 – Importância Relativa dos custos operacionais e investimento bruto em bens tangíveis, 2003

Fonte: Eurostat

Além dos custos com pessoal, os custos operacionais incluem o total das compras de bens e serviços, que compreendem bens, matérias, consumíveis (como a energia), serviços industriais e não industriais. A Figura 5 mostra a parcela dos custos com pessoal no total dos custos operacionais, por 4 actividades (extração mineira e pedreira; produção industrial; fornecimento de electricidade, gás, água; construção), sendo que as micro empresas, apresentam o menor valor (menor ainda que as PME). Isto pode ser explicado, em parte, porque na maioria das vezes as micro empresas têm poucos trabalhadores a auferirem salários elevados. É bastante comum encontrarmos proprietários e trabalhadores pertencentes à própria família que não são assalariados pelo que os custos com pessoal apenas reflectem os trabalhadores pagos. Existe um padrão de baixos custos com pessoal entre as empresas de média e grande dimensão, este facto pode ser explicado por estas empresas utilizarem cada vez mais o *outsourcing*.



(1) Excluding Belgium, Denmark, Estonia, Ireland, Cyprus, Austria, Portugal, Slovenia and Finland; Italy, medium-sized and large enterprises, 2002.

(2) Excluding Greece, Luxembourg, Malta, Poland, and Sweden.

(3) Excluding Greece, Ireland, Cyprus, Luxembourg, Malta, the Netherlands, Austria, Poland, Slovenia and Sweden.

(4) Excluding Greece, Ireland, Luxembourg, Malta, Poland and Sweden.

Figura 5 – Densidade das pequenas empresas (10 a 49 trabalhadores) por 1000 habitantes

Fonte: Eurostat

1.1.3 Procura por Serviços

O sector dos Serviços é uma área importante e em crescimento na economia da UE. Nos anos mais recentes gerou um interesse crescente por parte dos governos dos Estados-Membros, aumentando as políticas económicas neste sector, uma vez que se trata do principal motor de crescimento da economia. Uma das razões pelas quais o sector dos Serviços tem manifestado uma importância crescente, deve-se ao fenómeno do *outsourcing*, que ampliou a procura destes serviços, uma vez que muitas empresas utilizam estes fornecedores de serviços para satisfazer as suas necessidades de actividades não principais ao seu negócio (como serviços de transporte, limpeza e marketing), ou então como parte da sua actividade principal, de modo a aumentar a sua flexibilidade (por exemplo pela contratação de empresas de trabalho temporário).

1.1.4 Relações Empresariais

A globalização força a que todos os tipos de empresas percebam quais as suas necessidades em deslocalizar (*outsourcing* de algumas das suas actividades) certos aspectos do seus negócios e terem que portanto relacionarem-se com outras empresas, *IERs* (*Interenterprise relations*). A extensão, natureza e razão para essa deslocalização, e as tendências desses relacionamentos são, no entanto, desconhecidos. Sob a liderança do Eurostat (*Statistical Office of the European Communities*), sete Estados-Membros realizaram um estudo sobre este fenómeno em 2003. A figura 6 apresenta um panorama geral sobre a tipologia das IERs que foram abordadas no estudo do Eurostat. Claramente as tipologias mais comuns de relacionamentos encontrados foram o *outsourcing* e a subcontratação. A proporção de empresas que tendem a possuir IERs aumenta com a dimensão das mesmas. Esta característica foi particularmente verificada na Dinamarca, mas foi aparente em cinco outros Estados-Membros, sendo a Finlândia a única excepção. A principal razão para se realizarem IERs foi a redução de custos e/ou obterem economias de escala, seguidos pelo

aumento da flexibilidade e desenvolvimento de novos produtos ou processos, conforme se pode verificar pela leitura da Figura 6.

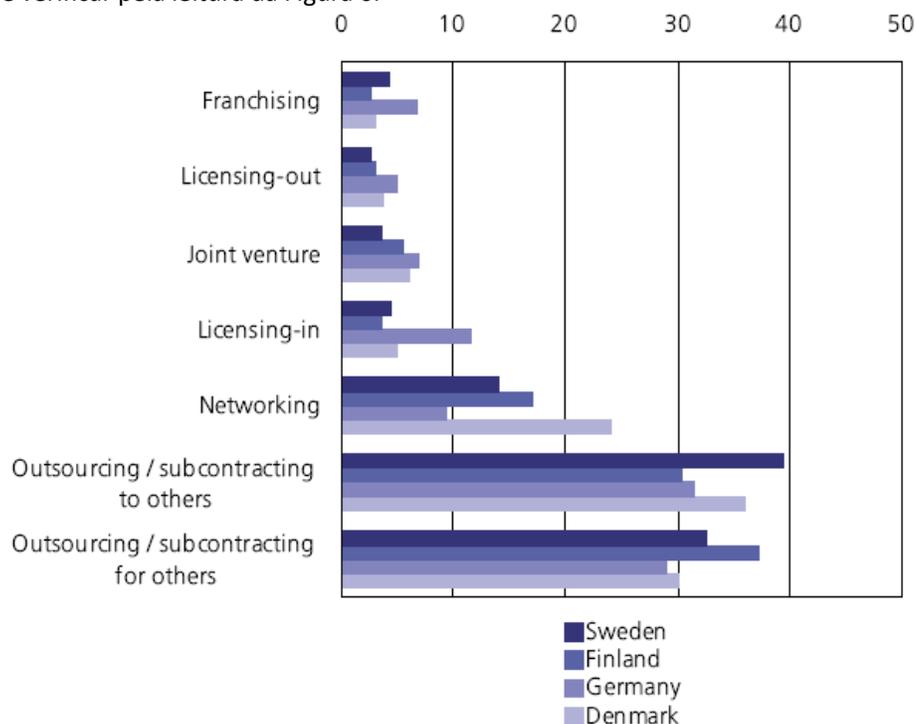
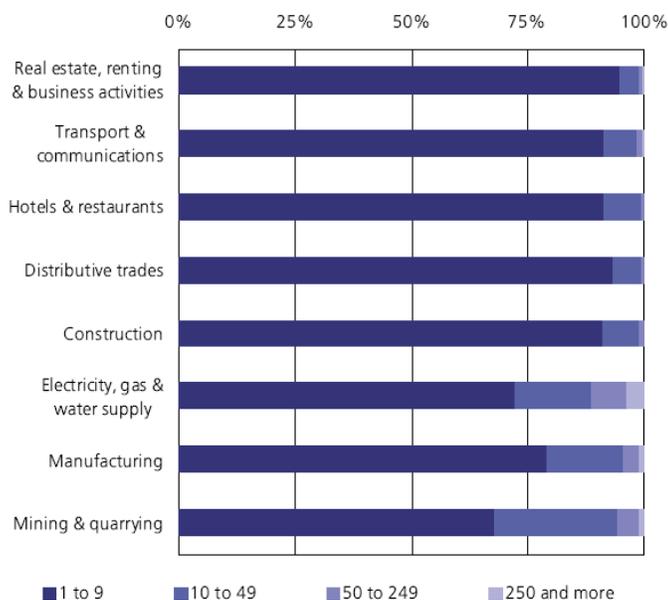


Figura 6 – Proporção de empresas que realizam IERs na sua actividade principal

Fonte: Eurostat

1.1.5 PME: Número de Empresas na UE

A dimensão das empresas varia conforme o sector e o país onde estão inseridas. A Figura 7 apresenta-nos uma divisão na UE em 2003, distinguindo entre micro empresas (com menos de 10 empregados), pequenas empresas (com mais de 10 e menos de 49 empregados), médias empresas (com mais de 50 e menos de 249 empregados) e grandes empresas (com mais de 250 empregados). Como pode ser constatado pela figura 7, o sector dos serviços (divisão pelo NACE) e construção são dominados pelas micro empresas, em particular actividades de distribuição, imobiliário e aluguer. Dentro do sector dos serviços a dimensão varia bastante; por exemplo, os serviços de transportes aéreos e ferroviários são dominados por grandes empresas, enquanto que os transportes rodoviários são dominados pelas micro empresas. O sector da indústria apresenta uma estrutura diferente, de grandes (4% da população) e médias empresas (8% da população) como os fornecedores de electricidade, gás e água. A estrutura das empresas é diferente de Estado-Membro para Estado-Membro. Enquanto os Estados do Sul são dominados na sua grande maioria por PME (empresas com menos de 250 empregados) e a importância das micro empresas é bastante elevada, existindo claro algumas excepções como é o caso da Polónia que apresenta o maior número de pequenas empresas.



(1) Partly including rounded EU estimates based on non-confidential data.

Figura 7 – Quantidade de empresas na UE – 25, desagregado por quantidade de empregados, 2003 (%).

Fonte: Eurostat

1.1.6 Valor Acrescentado e Emprego na UE

As grandes empresas são responsáveis por apenas 0,2% do total de empresas do sector não-financeiro da economia, mas contribuem fortemente para o valor acrescentado e para a empregabilidade, contribuindo em mais de 30% para o emprego e 40% do valor acrescentado. Em contraste, as micro empresas representam mais de 90% do total da população das empresas não-financeiras, gerando cerca de 20% de valor acrescentado e 30% do emprego. Conforme mencionado anteriormente, a dimensão da empresa varia de acordo com a sua actividade, a sua contribuição para o valor acrescentado e para o emprego. A Figura 8 apresenta-nos o Valor Acrescentado e a Empregabilidade (média em percentagem) na UE – 25, por dimensão de empresa. A empregabilidade, no sector da indústria, está maioritariamente concentrada nas grandes empresas, no entanto as pequenas e médias empresas também contribuem para a empregabilidade na indústria transformadora. No sector dos serviços existe uma maior diversidade, sendo o subsector imobiliário a contribuir maioritariamente para a empregabilidade das PME, sendo que os subsectores dos transportes aéreos e comunicações os que menos contribuem. A dimensão da estrutura empresarial do sector da construção está mais próxima da maioria do sector dos serviços do que do sector industrial, sendo que a maioria da empregabilidade do sector da construção é atribuído às PME.

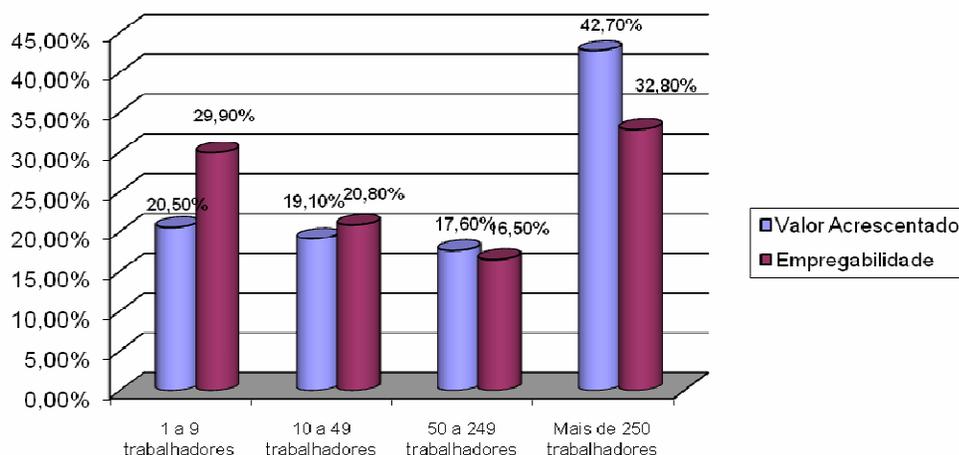


Figura 8 – Valor Acrescentado e Empregabilidade (média em percentagem) na UE – 25, por dimensão de empresa.
Fonte: Eurostat

1.1.7 Produtividade e Media de Custos com o Pessoal nos Estados-Membros

Em todos os Estados-Membros, excepto na Dinamarca e no Reino Unido, as grandes empresas registaram a maior produtividade laboral, como se pode verificar pela leitura do Quadro 2.

| | 1 a 9 trabalhadores | 10 a 49 trabalhadores | 50 a 249 trabalhadores | Mais de 250 trabalhadores | Total |
|-----------|------------------------|--------------------------|---------------------------|------------------------------|-------|
| EU-25 (1) | 28,3 | 37,8 | 43,9 | 53,6 | 40,8 |
| BE (2) | 37,3 | 53,2 | 67,0 | 69,2 | 56,1 |
| CZ | 8,4 | 12,3 | 14,5 | 18,7 | 13,4 |
| DK (2) | 60,7 | 49,7 | 56,6 | 58,8 | 56,5 |
| DE | 40,3 | 42,4 | 50,4 | 60,6 | 50,7 |
| EE (3) | 10,0 | 10,5 | 13,2 | 14,1 | 11,9 |
| EL | | | | | |
| ES | 24,0 | 32,9 | 40,0 | 52,3 | 34,6 |
| FR | 41,1 | 42,9 | 46,5 | 57,5 | 48,8 |
| IE (4) | 38,6 | 40,4 | 70,2 | 140,5 | 78,6 |
| IT | 24,9 | 37,6 | 48,5 | 59,3 | 37,0 |
| CY (5) | 20,6 | 25,2 | 31,1 | 40,8 | 26,9 |
| LV (6) | 6,4 | 8,8 | 9,5 | 11,3 | 9,2 |
| LT (7) | 3,9 | 6,2 | 7,0 | 10,1 | 7,1 |
| LU | | | | | |
| HU | 6,3 | 11,5 | 14,8 | 21,7 | 13,2 |
| MT | | | | | |
| NL (5) | 31,9 | 53,3 | 56,4 | 59,1 | 49,5 |
| AT (5) | 38,0 | 44,8 | 56,3 | 58,9 | 49,7 |
| PL | 4,8 | 11,7 | 14,3 | 21,4 | 12,3 |
| PT (2) | 12,0 | 18,7 | 26,1 | 38,2 | 21,1 |
| SI | 15,2 | 22,9 | 20,8 | 26,1 | 21,9 |
| SK | 11,6 | 10,4 | 9,8 | 14,1 | 12,3 |
| FI | 47,0 | 50,3 | 59,5 | 66,2 | 57,8 |
| SE | | | | | |
| UK | 42,1 | 44,9 | 55,5 | 53,3 | 49,7 |

(1) Parcialmente incluindo estimativas arredondadas não confidenciais da UE

(2) Excluindo Secção C.

(3) Excluindo Secções C e H.

(4) Excluindo Secções C, E e F.

(5) Excluindo Secções C, E e K.

(6) Excluindo Secção H.

(7) Excluindo Secção I.

Fonte: Eurostat (SBS)

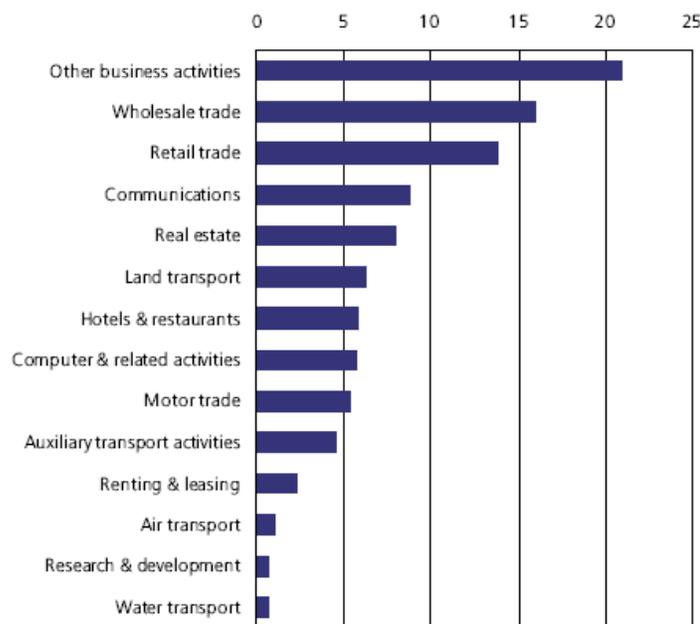
Quadro 2 – Produtividade da Economia (excluindo o sector financeiro) por número de trabalhadores e em milhares de euros, 2003

Fonte: Eurostat

De uma maneira semelhante, o Quadro Anexo 2 (que se encontra no anexo Dados sobre as PME na Europa) mostra-nos que todos os Estados-Membros, excepto a Estónia, são as grandes empresas que apresentam os maiores custos com pessoal.

1.1.8 Maiores actividades não financeiras em termos de Valor Acrescentado

A Figura 9 apresenta-nos a importância relativa de 14 actividades de serviços não financeiros do NACE. As três maiores destas actividades; Outras Actividades (como recrutamento laboral e limpeza industrial), Distribuição de Retalho e Venda por Retalho, geraram mais de metade do valor acrescentado, em 2003, do sector não financeiro na UE. Em 23 dos 24 Estados-Membros (com dados disponíveis), a Venda por Retalho esteve nos três primeiros lugares (em termos de maiores actividades), sendo a maior actividade em 15 destes Estados-Membros. Malta foi o único Estado-Membro em que esta actividade não foi a maior, estando os serviços relacionados com o Turismo em primeiro lugar. A Venda a Retalho e Outras Actividades, também aparecem com frequência no Top 3 das maiores actividades. Chipre e Malta são os únicos Estados-Membros que apresentam excepções, dado que em ambas as ilhas o sector da Hotelaria e Restauração foram os que geraram o maior valor acrescentado.



(1) Partly including rounded EU estimates based on non-confidential data.

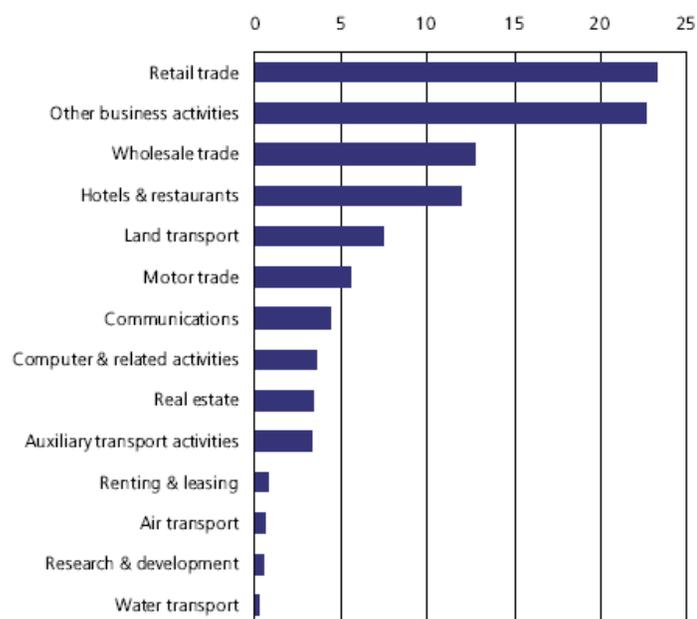
Source: Eurostat (SBS)

Figura 9 – Valor Acrescentado das Actividades Não Financeiras, UE – 25, 2003

Fonte: Eurostat

1.1.9 Maiores actividades não financeiras em termos de Empregabilidade

A Figura 10 apresenta-nos uma análise semelhante à anterior, só que referente à empregabilidade. As mesmas actividades que dominam a produção de Valor Acrescentado, também o fazem no que diz respeito à empregabilidade, mas num grau superior, dado que são responsáveis por cerca de 3/5 do total de emprego em 2003. A Distribuição a Retalho é responsável por cerca de 23,2% do emprego, seguidos pela Hotelaria e Restauração, que registam valores superiores na empregabilidade do que no valor acrescentado. Deve-se salientar que tanto a Distribuição a Retalho como a Hotelaria e Restauração empregam muitos trabalhadores em *part-time*, o que em parte explica as suas grandes contribuições para a empregabilidade. O “*ranking*” das maiores actividades na UE, no que diz respeito à empregabilidade, segue a mesma tendência do Valor Acrescentado. Apenas de referir que em termos de Valor Acrescentado, a Distribuição a Retalho nunca teve a primazia mas em termos de emprego ela destaca-se como a primeira em mais de metade dos Estados-Membros.



(1) Partly including rounded EU estimates based on non-confidential data.

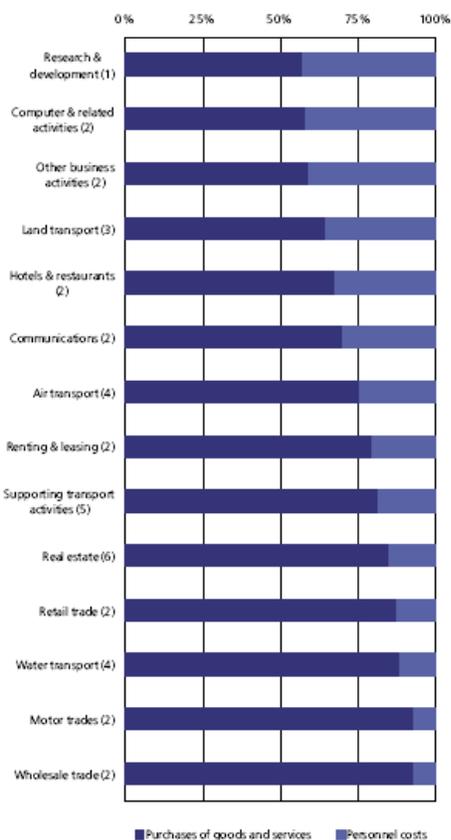
Source: Eurostat (SBS)

Figura 10 – Emprego das Actividades Não Financeiras (em %), UE – 25, 2003

Fonte: Eurostat

1.1.10 Custos

As duas actividades com a maior percentagem de empregabilidade estão no final do “*ranking*”, nomeadamente a Hotelaria e Restauração e a distribuição a retalho, sendo que a alta percentagem de emprego em *part-time* explica os baixos custos com pessoal, uma vez que estes são calculados *per capita*. A importância relativa dos custos com pessoal, comparada com as compras, é apresentada na Figura 11. A parcela dos custos com pessoal no total dos custos operacionais varia entre 7% e 42% dependendo da actividade em causa. Mais uma vez, as mesmas três actividades, apresentam custos com pessoal reduzidos, reflectindo a importância das compras nas suas actividades de revenda.



(1) Luxembourg and Malta, 2002; excluding Greece.
 (2) Malta, 2002; excluding Greece.
 (3) Lithuania and Malta, 2002; excluding Greece.
 (4) Malta, 2002; excluding Greece, Ireland and Poland.
 (5) Malta, 2002; excluding Greece and Ireland.
 (6) Luxembourg and Malta, 2002; excluding Greece and Cyprus.
 Source: Eurostat (SBS)

Figura 11 – Emprego das Actividades Não Financeiras (em %), UE – 25, 2003

Fonte: Eurostat

1.1.11 Evolução do Lucro

O Quadro Anexo 3 (que se encontra no anexo Dados sobre as PME na Europa) reflecte o crescimento médio anual entre 2000 e 2005 de alguns serviços seleccionados. De referir que o Comércio Motorizado é aquele que apresenta crescimentos fortes, em alguns Estados-Membros. A Alemanha e a Eslováquia foram os únicos Estados-Membros a apresentar valores negativos para o sector da Hotelaria e Restauração no período observado.

1.2 Medidas de Apoio e protecção às MPE

O processo inovador representa um papel fundamental na Economia de Conhecimento, uma vez que possuem o Conhecimento e a aplicação comercial do mesmo. A evolução da Economia baseada no conhecimento esta relacionada com as alterações na cultura empresarial, especialmente nas economia em vias de desenvolvimento. Experiências de novos e antigos Estados-Membros mostraram que as alterações são mais graduais do que radicais em natureza de evolução. No entanto, o desenvolvimento sustentável da economia requer a redução de desequilíbrios e as Sociedades baseadas no Conhecimento necessitam de oportunidades para beneficiar de uma Economia baseada no Conhecimento para todos os membros. Logo, existe necessidade de existirem instrumentos ou mecanismos que promovam a inovação como factor-chave de desenvolvimento das Economias de Conhecimento. Devido à natureza das instituições financeiras em canalizar recursos para diferentes agentes económicos no mercado e como instituições que representam um papel importante na

economia social através da promoção do empreendedorismo, contribuem de forma importante para a evolução e alteração da Economia. A problemática da promoção da inovação via instituições financeiras e instrumentos como fundos de capital de risco e banca comercial, já foi amplamente discutida na literatura mais recente (ver, por exemplo Christensen. 1997, Strazdas, et al. 2003, Rivaud-Danset. 2002). Mas a acção cooperativa das instituições financeiras (por exemplo, através de fundos de garantia mutua), também representa um papel importante, uma vez que encoraja o desenvolvimento da inovação nas PME (Levišauskaitė et al).

Neste capítulo é apresentada informação, relativamente à realidade da economia europeia, no que se refere às PME e à sua importância. A descrição das suas componentes mais importantes (como por exemplo, o pessoal ao serviço, o número de empresas e o volume de negócios) foi abordada, assim como algumas considerações de enquadramento. Neste capítulo ficou demonstrada a importância que as PME possuem no tecido económico europeu. As PME que se inserem na rede global têm de estar ligadas para que sejam compatíveis e eficientes globalmente. É essencial que as PME portuguesas e europeias estejam na primeira linha da competitividade mundial. Sendo o sector da Restauração e Bebidas composto maioritariamente por micro e pequenas empresas e, por ser este o âmbito desta dissertação, importa, agora, convergir a análise mais especificamente para este sector, mas ainda em termos de análise a nível da UE.

Capítulo II – O caso específico do sector da Restauração

De seguida, apresenta-se o quadro 3 relativo à repartição percentual de alguns indicadores, desagregados por empresas seccionadas de acordo com o número de trabalhadores, verificando-se uma esmagadora preponderância das PME no conjunto da Hotelaria e Restauração, ascendendo a sua incidência a cerca de 83% do emprego total e a cerca de 78% do Volume de Negócios total.

| Sector | | Nº de Trabalhadores | | | |
|-------------------------|--------------------|---------------------|---------|----------|--------|
| | | 0 – 9 | 10 – 49 | 50 – 249 | 250+ |
| Hotelaria e Restauração | Empresas | 91,25% | 8,06% | 0,61% | 0,08% |
| | Emprego | 45,53% | 26,33% | 10,40% | 17,74% |
| | Volume de Negócios | 40,85% | 25,10% | 11,64% | 22,41% |
| Total Geral (1) | Empresas | 91,76% | 6,92% | 1,10% | 0,21% |
| | Emprego | 29,47% | 20,77% | 16,77% | 32,99% |
| | Volume de Negócios | 18,90% | 19,37% | 19,37% | 42,36% |

Fonte: Eurostat 2004

(1) Excluindo Serviços Financeiros

Quadro 3 – Indicadores divididos por classes de trabalhadores na UE-27

Fonte: Eurostat

Em termos de sectores de actividade económica, em que é autonomizado o sector da Hotelaria e Restauração, denominado por HORECA, relativo à NACE 55, destaca-se a existência de mais de 1,6 milhões de empresas neste sector, ou seja, cerca de 8% do total de empresas da União Europeia, empregando 8,6 milhões de trabalhadores, cerca de 7% do total de emprego. O Volume de Negócios atinge quase 386 mil milhões de Euros, cerca de 2% do total.

Em conformidade, importa reter que a Restauração constitui um sector de serviços importante na economia europeia, cobrindo uma parte significativa da oferta turística; de facto, o turismo, em geral, e a Restauração, em particular, assumem-se como actividades económicas e sociais de grande dinamismo, embora vulneráveis a flutuações conjunturais na economia.

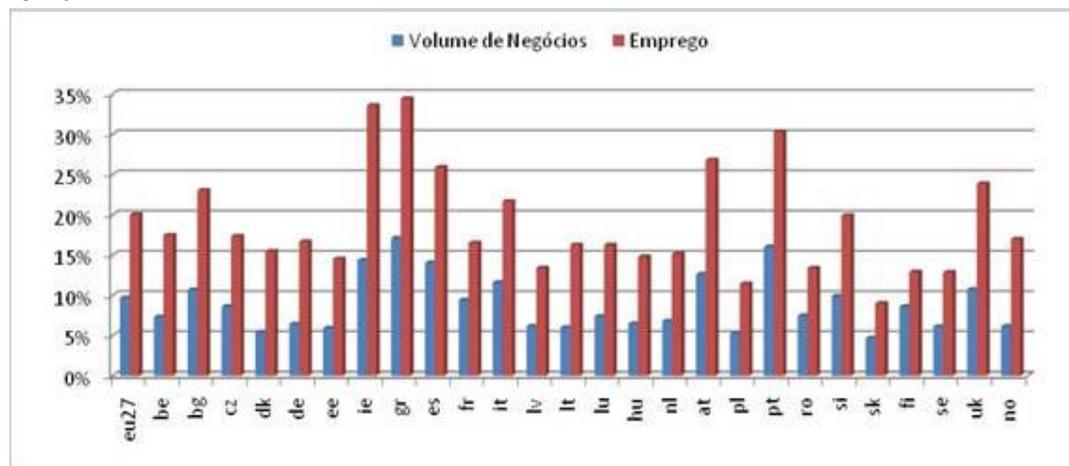


Figura 12 – Volume de Negócios e Emprego no sector da Hotelaria e Restauração em 2004, (% do total do sector dos serviços em cada país)

Fonte: EUROSTAT

Da leitura da figura 12 verifica-se que em termos de emprego, a Irlanda e a Grécia registam um peso significativo do alojamento e Restauração no sector dos serviços, com, 34%, seguidos por Portugal, Áustria, Espanha, Reino Unido e Eslovénia respectivamente com 30%,

27%, 26%, 24% e 20%, constituindo estes países o grupo que detém valores superiores aos das médias da UE-27 (na ordem dos 20%). Em termos de volume de negócios, o peso no sector HORECA é inferior ao registado para o emprego, mantendo-se a Grécia (17%) e Portugal (16%) nas posições cimeiras, seguidos pela Irlanda, Espanha, Áustria, Itália, Reino Unido, Bulgária e Eslovénia, com valores de 14%, 14%, 13%, 12%, 11%, 11% e 10% respectivamente. São também estes os países que apresentam valores superiores à média da UE-27, de 10%. Desagregando o sector HORECA e analisando apenas a Restauração apresenta-se a seguinte figura.

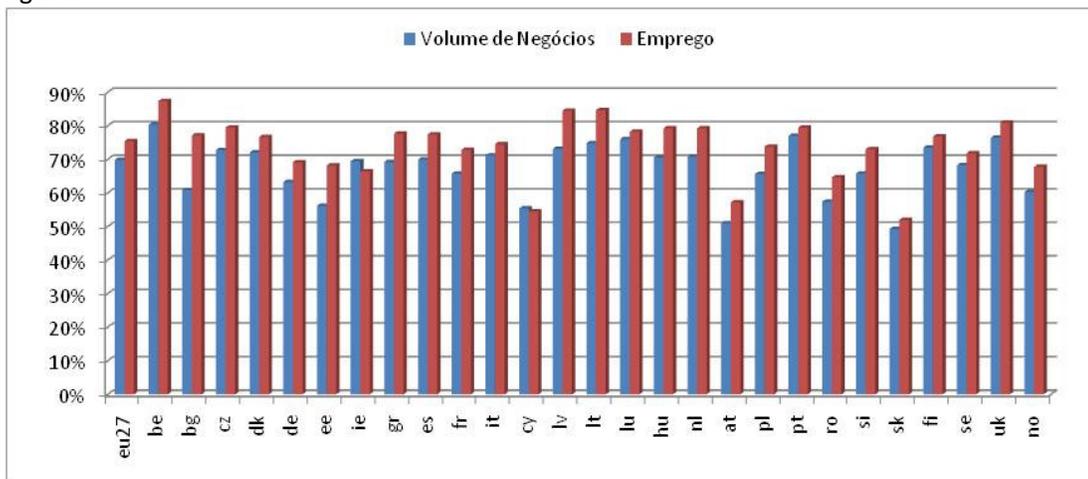


Figura 13 – Volume de Negócios e Emprego no sector da Restauração por Estado Membro, em 2004 em % do total do sector HORECA

Fonte: EUROSTAT

Da leitura da figura 13, constata-se o forte peso da Restauração no sector HORECA, na generalidade dos países, e em termos de média comunitária, com valores de aproximadamente 75% ao nível do emprego e de 70% ao nível do volume de negócios no âmbito da UE-27. Em termos de países, e relativamente ao emprego, a Bélgica e a Letónia registam um peso significativo da Restauração, com, respectivamente, 87% e 84%, seguidos pela República Checa, Lituânia e Reino Unido, com valores ligeiramente acima dos 80%; a Espanha evidencia uma participação de cerca de 77%, percentagem sensivelmente idêntica à de Portugal com 79% e acima da média comunitária de 75%.

Em termos de volume de negócios, pode-se inferir que é na Bélgica e em Portugal, onde o sector da Restauração apresenta o peso mais significativo no sector HORECA, com valores próximos dos 80%, bem superiores à média da UE-27 de 70%. Neste aspecto particular, com um registo inferior a 70%, a Espanha denota um peso relativo do sector da Restauração inferior ao apurado para Portugal, sendo que, no entanto, os valores apresentam-se como consentâneos com a média comunitária de 70%.

No desempenho das PME existem variáveis não controláveis e que possuem influência absoluta na criação de um meio envolvente mais ou menos favorável às actividades empresariais. Seguidamente, e de uma forma sintética, abordam-se algumas dessas.

2.1 Enquadramento legal e administrativo

A malha legislativa e regulamentar que suporta as actividades de qualquer sector pode assumir-se como um factor de estímulo (ou contracção) da competitividade. Um quadro legal, administrativo e institucional que seja ágil, consequente, justo e que defenda a transparência e a livre concorrência, poderá constituir um vector susceptível de criar um ambiente favorável ao desempenho das empresas. Ao invés, a existência de procedimentos administrativos pesados e burocratizados, constituirá sempre um factor de constrangimento para as empresas do sector da Restauração e Bebidas, não só pela morosidade dos processos, mas também

pelos custos fixos associados. O Plano Tecnológico do governo, preconizado no SIMPLEX, prevê a desburocratização e agilização dos processos administrativos, de forma a aumentar a competitividade de Portugal.

Desta forma, as micro e pequenas empresas devem estar unidas em torno de organizações associativas com capacidade para negociarem as alterações desejáveis no quadro legislativo, bem como a formulação das políticas económicas favoráveis à sua actividade.

2.2 Sistemas financeiros

É reconhecida a maior dificuldade de acesso ao crédito por parte das empresas de Restauração e Bebidas; de facto, existem assimetrias no mercado que discriminam negativamente as empresas de menor dimensão, sobretudo atendendo à propensão das instituições financeiras para, perante estas, concederem normalmente taxas de juro mais elevadas e períodos de reembolso mais curtos, a par de exigirem garantias mais penalizantes do que as negociadas com as empresas de maior dimensão. Apesar destas dificuldades, os estabelecimentos de Restauração e Bebidas tendem a fundir a actividade da empresa com a sua vida privada e, muitas vezes, o recurso ao crédito é encarado como um investimento pessoal e não um investimento empresarial, passando-se o mesmo pela parte das entidades financeiras que analisam o crédito, encarando este com uma vertente mais pessoal do que empresarial.

2.3 Empreendedorismo e assistência técnica

Além da facilitação administrativa, importa que a envolvente proporcione a renovação do tecido empresarial e a dinamização do empreendedorismo. A existência de programas e de instituições de apoio ao nascimento e consolidação de empresas inovadoras, poderá funcionar como uma oportunidade não desprezível, sobretudo no tocante à constituição das empresas de Restauração e Bebida, à elaboração de planos de negócios e ao arranque das actividades.

Por outro lado, num contexto de globalização e perante a ocorrência de situações de complexidade crescente, as empresas de Restauração e Bebidas podem não dispor da “massa crítica” que lhes permita facultar competências internas para responderem individualmente aos desafios existentes. Assim, é indispensável que surjam entidades que promovam a prestação de serviços às micro e pequenas empresas nas áreas técnicas e de gestão, assumindo neste domínio as estruturas associativas empresariais um papel nevrálgico.

2.4 Formação profissional

Comete claramente ao sector público, num quadro de parceria com as organizações associativas empresariais, delinear um sistema de formação que favoreça a competitividade das empresas de Restauração e Bebidas na óptica dos recursos humanos empregues. Nesta perspectiva, as soluções existentes devem não só contemplar a qualificação dos trabalhadores, através do desenvolvimento de programas adequados face à especificidade dos serviços de Restauração, mas também a promoção das práticas adequadas de gestão. No momento actual, para os estabelecimentos de Restauração e Bebidas, constitui uma necessidade evidente a existência de competências na área da gestão empresarial, não se restringindo unicamente o sucesso do negócio à boa prestação dos trabalhadores contratados ao nível dos diferentes departamentos. Esta é fundamental, mas não um elemento exclusivo; a gestão correcta e estratégica é também um factor indispensável para uma dinâmica competitiva.

2.5 Promoção institucional

No plano do turismo também é reconhecida a importância do sector público ao nível do desenvolvimento da denominada promoção institucional. De facto, num clima de parceria com os agentes privados e com as estruturas regionais, compete ao sector público assegurar a concretização das acções que potenciem a imagem geral do país e o conhecimento dos seus principais recursos turísticos. Trata-se de intervenções num quadro macro, mas cujo alcance é importante para enquadrar convenientemente os esforços individualizados que competem a cada empresário. A promoção institucional do país, dos seus recursos e das suas regiões, não dispensa a intervenção complementar que compete aos agentes privados, sendo que a interdependência também se verifica no sentido contrário, ou seja, os esforços empresariais beneficiam igualmente do efeito de uma notoriedade ampliada em relação ao país ou ao destino onde actuam.

A força das novas tecnologias de informação e de comunicação tornou imparável a globalização. Neste contexto, é essencial que as empresas de Restauração e Bebidas assumam uma postura pró-activa, com reflexos internos nas próprias empresas, mas também através da procura do aprofundamento das parcerias estratégicas com as suas associações de classe, com as entidades públicas e, nalguns casos específicos, inclusive com outras empresas.

Há que reconhecer sem rodeios que as empresas de Restauração e Bebidas podem constituir organizações com viabilidade técnica, económica e financeira, importando para tal que a envolvente, os apoios e os estímulos que lhe são proporcionados, facilitem a sua renovação e eficácia.

Em Portugal, as empresas de Restauração e Bebidas em geral, apresentam alguns constrangimentos, os quais decorrem do contexto envolvente ou do próprio empresário. Ao nível do primeiro bloco, podemos incluir aspectos como a falta de valorização do papel do empresário, as insuficiências no plano regulamentar das próprias actividades e no sistema de formação profissional, as dificuldades no acesso ao crédito, a inexistência de informação tratada e qualificada e a ausência de espírito cooperativo. Por parte dos empresários, algumas fragilidades decorrem amiúde da existência de uma cultura empresarial pouco esclarecida, de lacunas na área dos conhecimentos específicos da gestão, da menor familiaridade com alguns procedimentos administrativos e, por vezes, da própria resistência à formação.

Por outro lado, cada vez se reconhece com maior clareza que ao sector público deve competir o já aludido papel regulamentador e de exigência, mas devidamente ponderado como factor supletivo em relação às acções que podem ser desenvolvidas, com vantagens acrescidas pelas associações empresariais regionais junto das empresas. A contratualização poderá ser um caminho válido para o futuro, assentando sempre numa base de partilha de responsabilidades.

A pressão competitiva resultante da globalização e da própria internacionalização crescente da economia portuguesa irá provocar alterações nas estratégias empresariais. A propensão será provavelmente no sentido de não se concentrar tanto a atenção na competitividade através do preço, mas sim na formulação de estratégias horizontais, onde, a par do preço, se privilegiem factores como a diferenciação de produtos, a inovação, a qualidade, o investimento na formação e os métodos modernos de organização e de gestão.

Neste capítulo foi apresentada informação relativamente à realidade económica do sector da Restauração e Bebidas na UE, assim como um enquadramento da envolvente deste sector, em termos políticos, financeiros (sistemas de incentivos) burocráticos, empreendedorismo, entre outros aspectos. Uma vez efectuada a análise em termos europeus, quer das PME em geral, quer do sector específico da Restauração e Bebidas, iremos abordar, de seguida, a realidade portuguesa e o seu tecido empresarial, numa lógica similar de apreciação, isto é, primeiro uma visão mais global da economia e das PME, com uma inflexão sectorial e regional, para de seguida focalizar a análise no sector da Restauração e Bebidas.

Capítulo III – O tecido empresarial português

3.1 Caracterização das PME em Portugal

Neste capítulo pretende-se proceder a uma caracterização geral da estrutura empresarial nacional, dando especial atenção ao papel que as PME desempenham na mesma. Para o efeito são usados como dados de base os constantes do FGUE (Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas) do INE (Instituto Nacional de Estatística), ou seja, informação relativa às empresas constituídas sob a forma de sociedade, classificadas nas secções C, D, E, F, G, H, I, K, L, M, N e O da CAE Rev. 2.1. Trata-se de 294 031 empresas registadas no final de 2004, cerca de três quartos das sociedades a exercer actividade em Portugal nesse ano. De notar que os dados sobre o emprego constantes no trabalho respeitam exclusivamente aos postos de trabalho gerados por estas unidades empresariais. Para a classificação das diferentes classes dimensionais de empresas é utilizada a chamada definição europeia de PME², nomeadamente os critérios relativos ao número de trabalhadores e ao volume de negócios. Isto significa que são classificadas como PME as empresas com menos de 250 trabalhadores cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros. De entre estas, e de forma mais detalhada, classificam-se como microempresas as unidades com menos de 10 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 2 milhões de euros; como pequenas empresas aquelas que têm menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 10 milhões de euros; e as restantes como médias empresas (IAPMEI/Unidade de Estudos e Planeamento. 2007).

Em Portugal, e tal como acontece globalmente com as restantes economias europeias, as PME desempenham um papel da maior relevância na estrutura empresarial. Constituindo a quase totalidade das sociedades com sede em território nacional (99,6%), as 292 865 PME a operar no final de 2004 eram geradoras de mais de 2 milhões de empregos (3/4 do emprego privado), sendo responsáveis por mais de metade (56,8%) do volume de negócios realizado no país (aproximadamente 163,5 mil milhões de euros). De entre estas, destaque especial para as empresas de menor dimensão, designadamente para micro e pequenas empresas, as quais representam 97,3% das unidades empresariais e asseguram, por essa via, mais de metade dos postos de trabalho privados (55,1%) e mais de 1/3 do volume de negócios nacional (35,5%) , como se pode verificar nas Figuras 14, 15 e 16 (IAPMEI/Unidade de Estudos e Planeamento. 2007).

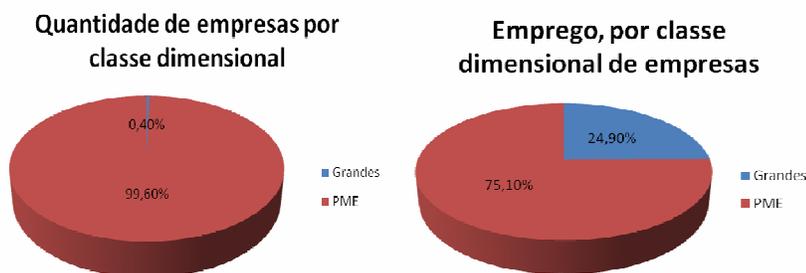


Figura 14 e Figura 15 – Quantidade de empresas e emprego por classe dimensional empresarial
Fonte: INE

² Recomendação da Comissão n.º 2003/361/CE, em vigor desde 1 de Janeiro de 2005.

Volume de negócios, por classe dimensional de empresas

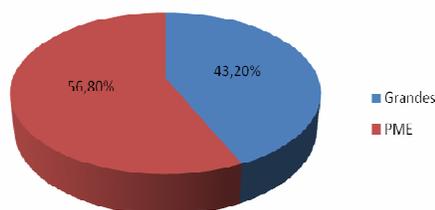


Figura 16 – Volume de negócios, por classe dimensional de empresas

Fonte: INE

É interessante verificar que as PME têm, inclusivamente, vindo a reforçar a sua enorme importância na estrutura empresarial nacional, crescendo, quer em termos de número de unidades empresariais quer enquanto empregadoras e geradoras de volume de negócios, a ritmos superiores aos das empresas de grande dimensão. Considerando o período 2000-2004, constata-se, de facto, que as PME foram o principal motor do crescimento da estrutura empresarial, ao aumentarem a uma taxa média anual de 8,5% e com isso proporcionando incrementos no emprego da ordem dos 5,1% ao ano e acréscimos anuais reais do volume de negócios de 2,3%.

Em termos absolutos, tal significa que as PME foram responsáveis, em 2004, por mais de 372 mil postos de trabalho do que em 2000, enquanto as grandes empresas empregavam mais 62 mil pessoas. Por seu turno, o aumento da facturação conseguido pelas PME no período mais do que duplica o alcançado pelas grandes empresas (14,5 e 6,2 mil milhões de euros, em termos reais, respectivamente), como se pode observar na Figura 17 (IAPMEI/Unidade de Estudos e Planeamento. 2007).

Evolução do tecido empresarial nacional

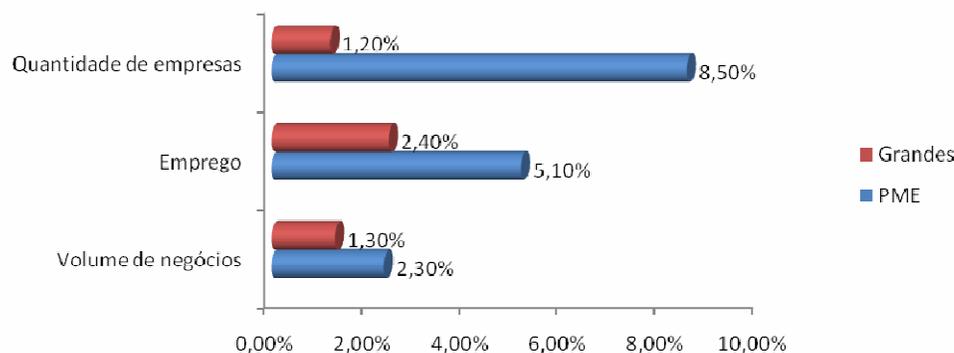


Figura 17 – Evolução do tecido empresarial português

Fonte: INE

As maiores dinâmicas de crescimento registam-se nas micro e pequenas empresas. O número de microempresas aumentou em média 9% ao ano entre 2000 e 2004, o que teve como consequência um acréscimo médio anual do emprego nestas unidades de cerca de 8,3% (mais de 50 mil postos de trabalho, em média, por ano), o crescimento mais significativo registado no período. Por seu turno, o número de pequenas empresas aumentou 7,3% ao ano, em média, o que resultou num incremento dos postos de trabalho gerados por esta classe dimensional da ordem dos 5,5% (perto de 37 mil postos de trabalho por ano). Foram também, as pequenas empresas, as grandes responsáveis pelo incremento do volume de negócios registado no período, ao aumentarem em média a sua facturação em 8,6% ao ano em termos reais (4,2 mil milhões de euros, em média, por ano). Neste caso, as microempresas não

revelaram idêntico desempenho, tendo mesmo sofrido uma pequena redução do seu volume de negócios real no período (1%/ano, ou seja, cerca de 430 mil euros, em termos reais) (IAPMEI/Unidade de Estudos e Planeamento. 2007).

A evolução da estrutura empresarial nacional nos últimos anos, como podemos verificar pela leitura do Quadro 4, tem vindo continuamente a aumentar. Em 2001 registou-se o crescimento mais significativo do período compreendido entre 2000 e 2004, com um crescimento de 16,2% face ao ano anterior, enquanto que 2003 foi o ano em que esse incremento ocorreu de forma mais moderada (4%), da quantidade de empresas. Em 2004 recuperaram-se os níveis de crescimento de 2002, na casa dos 7,5%. De forma análoga, também o emprego gerado por estas empresas cresceu de forma continuada entre 2000 e 2004, seguindo, inclusivamente, a mesma tendência registada pelas empresas. 2001 foi, assim, o ano de maior crescimento do emprego privado (9,5%); 2003 o ano de maior moderação, sendo que, neste caso, houve praticamente uma estagnação; e em 2004 consegue-se a recuperação para os níveis de 2002 (4,2%).

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|---------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Quantidade de Empresas | 2.323.130 | 2.544.192 | 2.646.848 | 2.647.066 | 2.757.016 |
| Emprego | 212.488 | 246.710 | 265.832 | 273.496 | 294.031 |
| Volume de Negócios (milhões de euros) | 267.112 € | 255.303 € | 266.933 € | 274.381 € | 287.834 € |

Fonte: INE

Quadro 4 – Evolução anual do tecido empresarial nacional

O volume de negócios realizado por estas empresas mostrou uma evolução ligeiramente diferente. Em termos globais, neste período, ocorre um aumento dos negócios, em termos reais, como já referido, mas esta tendência de crescimento só se fez sentir a partir de 2002. Em 2001 regista-se uma diminuição da facturação das empresas da ordem dos 4,4%, em termos reais, mas em 2002 quase se voltam a atingir os níveis de facturação de 2000, após um crescimento de 4,6%. Em 2003 e 2004 ocorrem novos acréscimos dos negócios, mais moderados em 2003 e já mais intensos em 2004 (2,8% e 4,2%, respectivamente) (IAPMEI/Unidade de Estudos e Planeamento. 2007).

Constata-se também que, à semelhança do que aconteceu com o emprego, a quantidade de empresas aumentou a um ritmo superior ao dos negócios realizados. As PME apresentaram tendências de evolução análogas, com pequenas excepções. No caso do emprego, em que se regista uma estagnação em termos globais em 2003, verifica-se que, entre as PME, ocorreu mesmo uma muito ligeira contracção dos postos de trabalho gerados (0,3%). Também nas pequenas empresas se sentiu uma ligeira contracção do emprego mas, em contrapartida, as microempresas criaram mais empregos. Contudo, este dinamismo das empresas de menor dimensão, que se traduziu num crescimento do emprego de 2,6%, não foi suficiente para compensar as perdas geradas pelas restantes PME.

Uma consequência da evolução registada entre 2000 e 2004 foi o reforço do peso das PME, e muito em especial, das micro e pequenas empresas, na estrutura empresarial nacional. O peso das PME, enquanto unidades empresariais, aumentou 0,1 pontos percentuais (p.p.) (99,5% das empresas em 2000 e 99,6% em 2004), sendo que o seu contributo para o emprego privado nacional cresceu cerca de 2 p.p. (de 73,1% para 75,1%) e para os negócios 1 p.p. (de 55,8% para 56,8%). As grandes responsáveis por este reforço de importância foram, efectivamente, as empresas de menor dimensão. Em conjunto, micro e pequenas empresas aumentaram o seu peso no tecido empresarial em 1 p.p. (de 96,3% das empresas em 2000 para 97,3% em 2004), reforçando o seu papel enquanto empregadoras nacionais na ordem dos 4,9 p.p. (de 50,2% dos postos de trabalho privados passaram a gerar 55,1%) e a sua fatia de negócios perto de 3 p.p. (de 32,5% para 35,5%). De notar que, em matéria de emprego, o maior reforço de peso ocorreu entre as microempresas (3,7 p.p.) enquanto que, em termos de volume de negócios, o maior (e único) acréscimo de importância se verificou entre as pequenas empresas (4,7 p.p.). Aliás, fruto da redução da facturação das microempresas, em

termos reais, no período, estas perderam mesmo algum peso neste domínio ao nível da estrutura empresarial nacional (IAPMEI/Unidade de Estudos e Planeamento. 2007).

Outro dos reflexos destas dinâmicas de crescimento é a tendencial redução da dimensão média do tecido empresarial português. Na verdade, quer o número de trabalhadores por empresa quer o volume de negócios médio realizado pelas empresas com sede em território nacional tem tendido a diminuir nos últimos anos.

Em 2000, cada empresa empregava em média 10,9 trabalhadores, número que caiu para 10 em 2002 e para 9,4 em 2004. Por sua vez, o volume de negócios médio, a preços de 2004, que em 2000 era de 1,3 milhões de euros, contraiu-se para 1 milhão de euros em 2002 e para os 979 mil euros em 2004. Ou seja, reduziu-se em cerca de 22% em termos reais, no período. Esta tendência tem feito sentir-se, em particular, ao nível das PME. Efectivamente, o número de trabalhadores das PME que, em 2000, era, em termos médios, de 8, desceu para 7,6 em 2002 e para 7,1 em 2004, enquanto a sua facturação média, a preços de 2004, se foi reduzindo progressivamente, de 705 mil euros em 2000 para 577 mil euros em 2002 e depois para 558 mil euros em 2004, o que representa uma quebra, em termos reais, de aproximadamente 21% no período (IAPMEI/Unidade de Estudos e Planeamento. 2007).

3.2 Retrato sectorial

À semelhança do que acontece em qualquer economia desenvolvida, a estrutura empresarial nacional é uma estrutura terciarizada, onde as empresas a exercer actividade nos sectores do comércio, serviços e turismo representam aproximadamente 3/4 (71%) das unidades empresariais com sede em Portugal, geram mais de metade dos postos de trabalho privados (56,6%) e realizam perto de 2/3 do volume de negócios do país, conforme Figura 18.

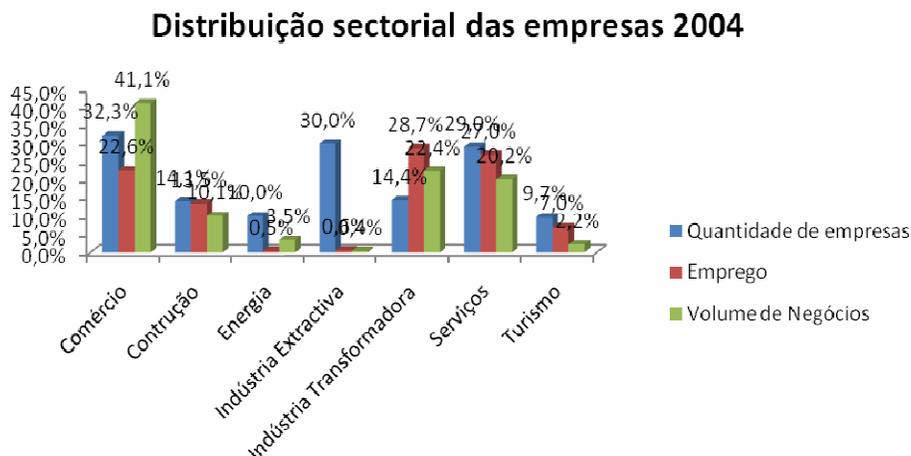


Figura 18 – Distribuição sectorial das empresas (quantidade de empresas, emprego e volume de negócios), 2004

Fonte: INE

O sector do comércio, onde operam cerca de 95 mil empresas, ou seja, aproximadamente 1/3 das unidades empresariais, é também aquele que mais negócio realiza em valor (41,1%). Contudo, dada a sua reduzida dimensão média no que respeita a postos de trabalho, cabe-lhe apenas o papel de terceiro empregador nacional, sendo, ainda assim, responsável por 22,6% do emprego privado. De notar que esse papel de principal empregador nacional (cerca de 790 mil empregos, ou seja, 28,7% do emprego privado) cabe ainda à indústria transformadora, sector em que exercem actividade cerca de 42 500 empresas (14,4%) e que realiza 22,4% da facturação do país. Isto, apesar de este sector tender claramente a perder peso nesta matéria de há uns anos para cá. Em contrapartida, são as empresas a operar nos serviços que maior dinamismo tem vindo a revelar nos últimos anos e que, em consequência, maior importância tem vindo a adquirir enquanto geradoras de

emprego. Aliás, em 2004 elas já eram responsáveis por 27% do emprego privado, dando um contributo para o emprego nacional muito próximo daquele que era dado pela indústria transformadora. A construção, por seu turno, agrega 14,1% das empresas, gerando com isso 13,5% do emprego e 10,1% do volume de negócios nacional (IAPMEI/Unidade de Estudos e Planeamento. 2007).

Tendo em conta o período analisado entre 2000 e 2004 pode constatar-se que em todos os grandes sectores de actividade ocorreram crescimentos da quantidade de unidades empresariais em exercício, os quais foram acompanhados de incrementos reais (ainda que de menor ritmo) nos postos de trabalho criados e também no volume de negócios realizado.

Em termos de quantidade de unidades empresariais, as PME são claramente dominantes em qualquer dos grandes sectores de actividade, representando mais de 99% das empresas em qualquer deles. A única excepção é o sector energético onde, ainda assim, as PME constituem 94,4% das empresas que aí operam. Em consequência, as PME geram mais de metade dos postos de trabalho e do volume de negócios de cada um destes grandes sectores de actividade, conforme Figura 19.

Distribuição sectorial das PME 2004

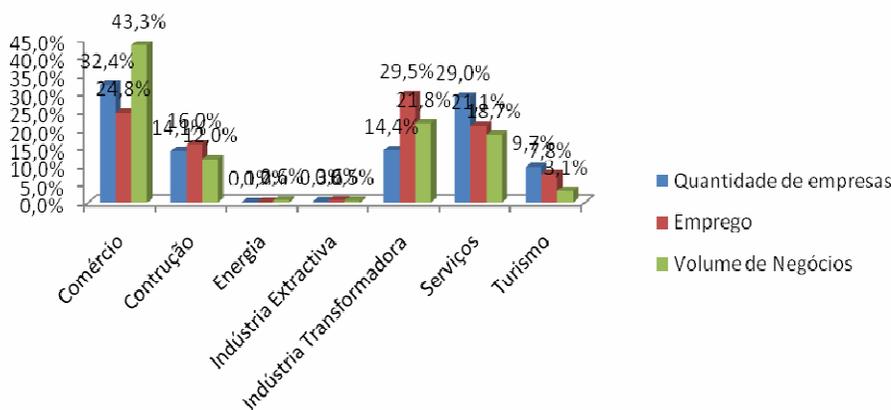


Figura 19 – Distribuição sectorial das PME (quantidade de empresas, emprego e volume de negócios), 2004
Fonte: INE

Construção, turismo e comércio são, por outro lado, os sectores onde o contributo das PME é mais significativo, tanto em termos de criação de emprego como de realização de negócios. Em qualquer um destes sectores mais de 82% dos postos de trabalho existentes (88,9%, 83,8% e 82,2%, respectivamente) e mais de 60% do volume de negócios realizado (mais de 80%, no caso específico do turismo; 68,9% e 61,2%, na construção e comércio, respectivamente) são gerados por PME (IAPMEI/Unidade de Estudos e Planeamento. 2007). Genericamente são as microempresas que possuem os maiores acréscimos relativos em termos de postos de trabalho. Isto acontece na construção, nos serviços e, muito especialmente, na indústria, sendo que no comércio e também no turismo o contributo relativo para o crescimento do emprego é muito semelhante entre as micro e as pequenas empresas, se bem que estas últimas se tenham revelado um pouco mais dinâmicas nesta matéria, como se pode observar pela Figura 20.

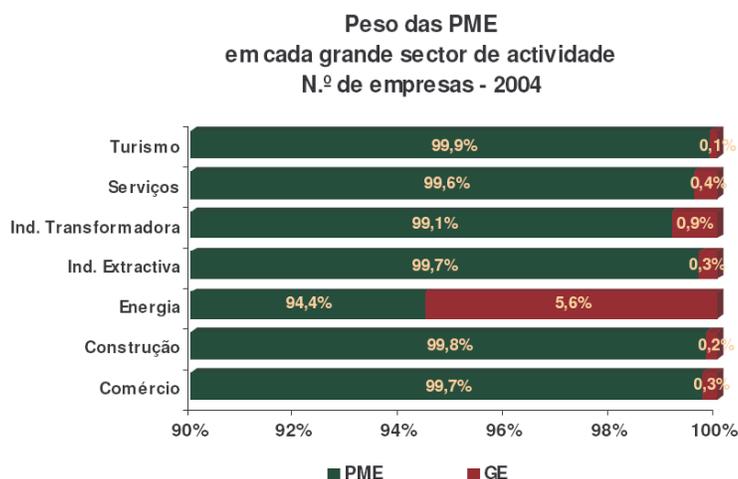


Figura 20 – Peso das PME em cada sector de actividade, 2004

Fonte: INE

3.3 Retrato regional

Ainda que este seja um fenómeno que tem vindo gradualmente a atenuar-se ao longo dos últimos anos, certo é que a estrutura empresarial nacional ainda se encontra relativamente concentrada em duas regiões. Efectivamente, em Lisboa e no Norte existem cerca de 2/3 das empresas (65,9%), sendo que estas duas regiões geram, em consequência disso, mais de 70% dos empregos (70,8%) e dos negócios (73,2%) nacionais.

A quantidade de empresas com sede em cada uma das regiões é muito semelhante – cerca de 98 000 em Lisboa e de 96 000 no Norte. 36,9% dos postos de trabalho são criados pelas empresas com sede na região de Lisboa, ao passo que 33,9% o são pelas empresas sediadas no Norte (cerca de 1,17 milhões de empregos e de 944 mil, respectivamente), sendo que a diferença de contributos das duas regiões em matéria de volume de negócios é bastante mais acentuada – as empresas com sede em Lisboa têm uma facturação da ordem dos 135,6 mil milhões de euros, ou seja, pouco menos de metade dos negócios nacionais (47,1%), enquanto que o Norte é responsável por 75 mil milhões de euros, isto é, por 26,1% da facturação nacional. (IAPMEI/Unidade de Estudos e Planeamento – Fevereiro 2007). Nas regiões do Alentejo e do Algarve, por seu turno, estão sediadas menos de 10% das empresas nacionais (5,3% e 4,6%, respectivamente), sendo que cada uma delas gera menos de 5% do emprego e dos negócios nacionais – as empresas sediadas no Alentejo geram 4,2% dos postos de trabalho e 3,4% da facturação e as sediadas no Algarve criam 4,1% dos empregos e 2,3% dos negócios, conforme se pode verificar pela leitura da Figura 21.

Evolução da estrutura empresarial nacional nas regiões
NUTS II
t.c.m.a. real 2000/2004

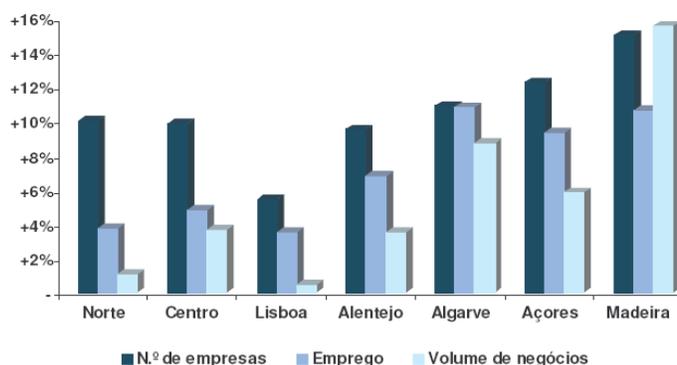


Figura 21 – Evolução da estrutura empresarial nas regiões NUTS II, 2000/2004
Fonte: INE

As PME são perfeitamente dominantes em todas as regiões do país, representando mais de 99% do tecido empresarial em qualquer delas. No Centro, Alentejo e Algarve constituem mesmo 99,8% das unidades empresariais com sede na região. Em consequência disso, são sempre geradoras de mais de três quartos dos postos de trabalho, à excepção de Lisboa, onde, ainda assim, criam 60,6% dos empregos privados. É, em geral, no continente que as PME dão um maior contributo para o emprego, em especial no Algarve e no Centro – nestas duas regiões as PME são responsáveis por 89,1% e por 87,1% dos postos de trabalho, respectivamente. Mesmo no Alentejo e no Norte estas empresas geram mais de 80% dos empregos privados (83,2% e 81,8%, respectivamente).

Também em termos de facturação se pode confirmar a importância das PME nas várias regiões do país, sendo que estas empresas realizam mais de 2/3 dos negócios de qualquer das regiões, à excepção de Lisboa e da Madeira. Nestas duas regiões as PME são responsáveis por um pouco menos de metade do volume de negócios realizado (42,7% e 41,9%, respectivamente). É no Algarve que as PME mais se destacam em termos do contributo que dão para os negócios – 87,3% da facturação privada da região é realizada por estas unidades empresariais –, mas a sua quota é também particularmente elevada (superior a 75%) nos Açores e no Centro. Por seu turno, no Norte e no Alentejo as PME realizam 69,1% e 66,7% dos negócios, respectivamente. Os maiores incrementos do emprego na maioria das regiões são originados pelas microempresas (apenas em Lisboa o crescimento do emprego gerado pelas pequenas empresas é um pouco mais expressivo, em termos relativos, do que o criado pelas microempresas – muito idêntico, em termos absolutos; e nos Açores é idêntico em termos relativos, mas superior nas pequenas empresas, em termos absolutos), enquanto os maiores acréscimos dos negócios são da responsabilidade das pequenas empresas em todas as regiões. (IAPMEI/Unidade de Estudos e Planeamento – Fevereiro 2007).

Neste capítulo foi apresentada informação relativamente à realidade económica das PME em Portugal. A descrição das suas componentes mais importantes como, pessoal ao serviço, número de empresas e volume de negócios, foi sintetizado. Evidenciaram-se formalmente mais algumas considerações de enquadramento, sendo apresentada uma visão sectorial e regional das mesmas. Esta visão regional e sectorial é nos particularmente importante, pois permite-nos enquadrar o sector da Restauração e Bebidas dentro do sector do turismo, assim como perceber a organização territorial das PME. A visão regional, também, é bastante importante, uma vez que iremos abordar mais especificamente a região de Évora para demonstrarmos alguns dos pontos analisados nesta dissertação. Novamente, porque o sector da Restauração e Bebidas é o ponto focal desta dissertação, importa convergir a análise para este sector. O próximo capítulo irá a importância deste sector para a economia nacional.

Capítulo IV – Expressão na economia nacional do Sector da Restauração e Bebidas

Neste capítulo pretende-se proceder a uma caracterização detalhada da estrutura empresarial do sector da Restauração e Bebidas, dando ênfase às componentes já utilizadas anteriormente; número de empresas, número de trabalhadores e volume de negócios.

Em termos de Volume de Negócios, a Restauração evidenciou uma subida significativa da sua importância em relação ao total do país, passando nos últimos três anos (de acordo com os dados disponíveis) a apresentar numa incidência percentual superior em cerca de 2%, conforme Figura 22.

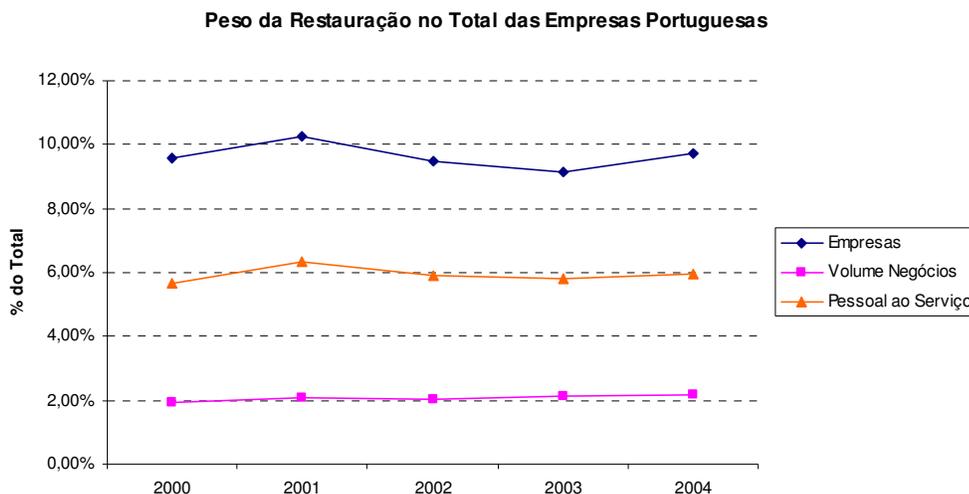


Figura 22 – Peso da Restauração no Total das Empresas Portuguesas

Fonte: INE, Produção Própria

Em anexo, apresenta-se o Quadro Anexo 4 que compreende apenas o sector da Restauração e que contempla a desagregação regional dos dados relativos a 2004.

Verifica-se que em termos do número de empresas pontifica a região Norte, com 29,6% do total, seguindo-se Lisboa (28,3%) e o Centro (21,9%), sendo que o Alentejo e o Algarve apresentam um valor muito aproximado. No entanto, e relativamente ao pessoal ao serviço a situação é distinta, na medida em que a Região de Lisboa detém um peso muito significativo (39,2%), que desce para os 38,7% em termos de volume de negócios, por contraposição com a generalidade das restantes regiões, onde o peso respectivo ao nível do pessoal ao serviço e do volume de negócios é inferior ao registado para o número de empresas, surge a região Centro. Em anexo encontram-se o Quadro Anexo 5, o Quadro Anexo 6 e o Quadro Anexo 7 que apresentam dados desagregados por NUT II.

Para melhor visualização da distribuição regional, pode-se observar a figura 23 correspondente.

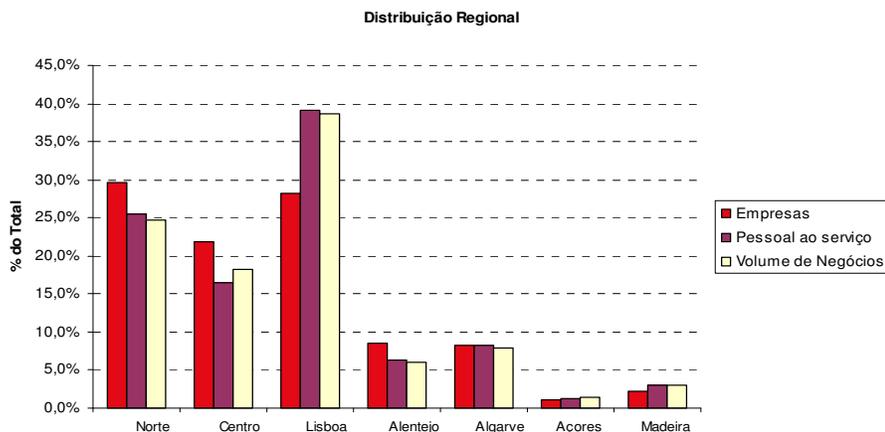


Figura 23 – Distribuição Regional dos principais indicadores da Restauração, 2004

Fonte: INE

Verifica-se o enorme peso do sector da Restauração nas diferentes variáveis em análise, quer em termos nacionais, onde representa o quádruplo do alojamento em termos de volume de emprego e cerca de 3,2 vezes mais no tocante ao volume de negócios, quer nas diferentes regiões do país. As Regiões Autónomas constituem a única região onde o emprego e o volume de negócios surgem mais elevados no sector do alojamento. No caso do Algarve, outra região turística por excelência, o peso da Restauração em termos de pessoal ao serviço ultrapassa em 1,5 o alojamento, enquanto que ao nível do volume de negócios existe uma relativa paridade com predomínio em 2004 da Restauração. Por outro lado, se nos detivermos no Norte, Centro e Alentejo, revela-se impressionante a supremacia da Restauração, o que confirma a importância económica deste sector como factor de redistribuição dos rendimentos ao nível regional. Note-se ainda que na região de Lisboa, onde se concentram a maioria das sedes das empresas turísticas, a Restauração evidencia um efeito no emprego e no volume de vendas quatro vezes acima do alojamento. Sintetizando, sob a forma de gráfico para o total do país, apresentam-se as Figuras 24, 25 e 26.

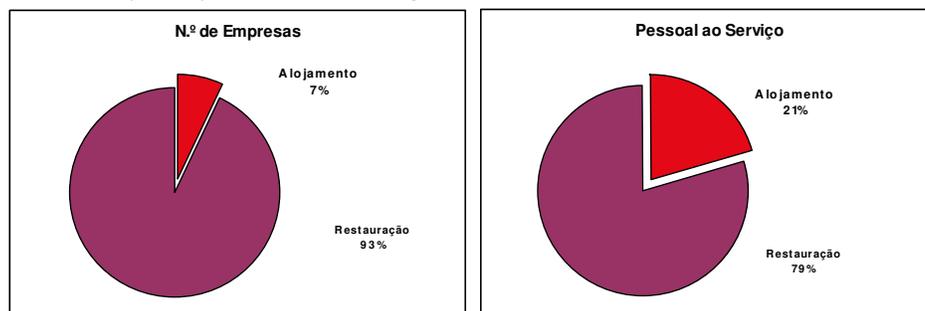


Figura 24 e Figura 25 – Representação gráfica dos dados, 2004

Fonte: INE

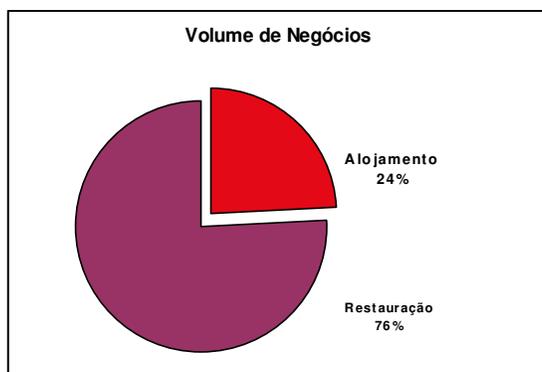


Figura 26 – Representação gráfica dos dados, 2004
Fonte: INE

4.1 Análise regional por tipos de estabelecimentos

No que se refere especificamente ao sector da Restauração, apresenta-se em anexo o Quadro Anexo 8, o Quadro Anexo 9 e o Quadro Anexo 10, igualmente por NUT, com dados relativos aos subsectores nos anos referenciados.

Verifica-se que em termos nacionais, e no âmbito do sector da Restauração, predominam os estabelecimentos de Bebidas, embora em menor grau do que em 2004, sendo esta situação particularmente evidente na região Norte do país; no caso do Algarve, ao contrário da generalidade das outras regiões, pontificam as empresas relativas a restaurantes em detrimento dos estabelecimentos de Bebidas.

Por outro lado, em Lisboa, verifica-se um relativo equilíbrio entre as duas tipologias referidas, com ligeiro predomínio dos estabelecimentos de Bebidas, sendo que em 2002, a situação verificada era inversa. Relativamente às cantinas e “catering”, sobressaem as regiões de Lisboa e do Norte.

Observa-se que, ao nível nacional, os restaurantes representam, em 2004, o maior peso de trabalhadores ao serviço, sendo esta situação particularmente evidente nas regiões de Lisboa, do Algarve e da Madeira; nas regiões Norte e Centro regista-se um equilíbrio entre o pessoal ao serviço nos restaurantes e nos estabelecimentos de Bebidas.

Em termos evolutivos anuais, constata-se que os estabelecimentos de Restauração, tal como os estabelecimentos de Bebidas, têm registado um incremento ao nível do pessoal ao serviço na generalidade das regiões, sendo que no caso das cantinas se tenha verificado a situação inversa, ou seja, uma diminuição ao nível deste quesito em 2004.

Conforme se pode concluir, no contexto geral do país, os restaurantes detêm o maior volume de negócios por comparação com os estabelecimentos de Bebidas, situação esta que tem vindo a reforçar-se, de acordo com os dados apresentados. Em termos regionais, o predomínio dos restaurantes verifica-se no Norte, em Lisboa, no Algarve e na Madeira, com particular destaque para a região da capital, onde o diferencial é mais significativo.

Por outro lado, o sector das cantinas tem vindo a registar crescimentos anuais consecutivos, embora, naturalmente, os valores globais sejam bastante inferiores aos registados pelos restaurantes e pelos estabelecimentos de Bebidas.

Em síntese para os últimos dois anos em análise apresenta-se as Figuras 27 e 28.

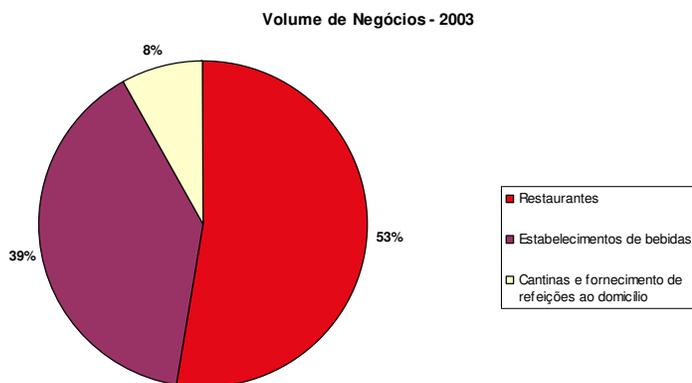


Figura 27 – Volume de Negócios, 2003
Fonte: INE

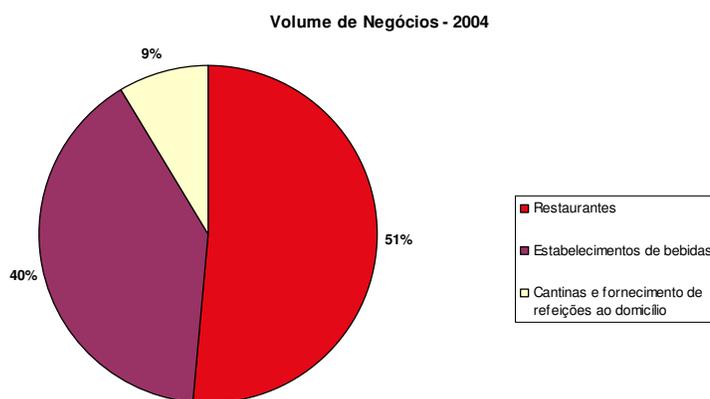


Figura 28 – Volume de Negócios, 2004
Fonte: INE

4.2 Indicadores económico-financeiros

Tendo por base o ano de 2004, listam-se alguns indicadores económico-financeiros devidamente segmentados por tipologias de estabelecimentos.

| 2004 | N.º Empresas | Volume de Negócios (€) | Valor Acrescentado Bruto (pm) (€) | Produtividade € |
|---|--------------|------------------------|-----------------------------------|-----------------|
| Alojamento e restauração | 65.628 | 8.092.760.211 | 2.761.322.393 | 11.679 |
| Restaurantes | 24.476 | 3.212.184.760 | 989.519.564 | 10.065 |
| Estabelecimentos de bebidas | 36.096 | 2.487.859.678 | 598.966.257 | 8.006 |
| Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 492 | 533.132.912 | 219.385.892 | 14.817 |

Quadro 5 – Indicadores

Fonte: INE/Produção Própria

Da leitura do quadro 5, verifica-se no âmbito da Restauração que, em termos de produtividade, o valor mais elevado pertence ao grupo das cantinas e “catering” (14.817 Euros), o qual supera largamente a média geral do sector. Os restaurantes apresentam um valor superior ao apurado para os estabelecimentos de Bebidas.

Continuando a utilizar a informação estatística disponível, reproduz-se seguidamente uma síntese dos dados referentes aos proveitos e custos das empresas em 2004.

Unidade: Mil Euros

| 2004 | Custos e perdas | | | | | | | | Proveitos e ganhos |
|---|-----------------|-------------------|---------------|-------------------|----------------------|-------------------|------------------------|-------------------|--------------------|
| | CMVMC | % sobre Proveitos | FSE | % sobre Proveitos | Custos com o pessoal | % sobre Proveitos | Outros custos e perdas | % sobre Proveitos | |
| Euros | | | | | | | | | |
| Restauração | 3.401.733.399 | 53% | 1.094.417.240 | 17% | 1.291.915.659 | 20% | 428.211.972 | 7% | 6.408.149.973 |
| Restaurantes | 1.648.077.435 | 50% | 603.266.048 | 18% | 702.471.303 | 21% | 252.809.475 | 8% | 3.289.046.525 |
| Estabelecimentos de bebidas | 1.529.265.335 | 59% | 395.968.533 | 15% | 418.455.516 | 16% | 150.767.235 | 6% | 2.572.499.734 |
| Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 224.390.629 | 41% | 95.182.659 | 17% | 170.988.840 | 31% | 24.635.262 | 5% | 546.603.714 |

Quadro 6 – Custos e proveitos – 2004

Fonte: INE

Constata-se que os restaurantes atingem os valores mais elevados (em termos absolutos) em todas as variáveis em análise, representando cerca de 50% do sector da Restauração em todas as rubricas, sendo que em termos de Custos das Mercadorias Vendidas e Consumidas (CMVMC), os estabelecimentos de Bebidas atingem um valor absoluto superior. Em termos de relação entre os custos e o total dos proveitos, verifica-se que é nos CMVMC que se atingem os valores mais elevados, nomeadamente no que se refere aos estabelecimentos de Bebidas, sendo que em termos de custos de pessoal a maior relação é obtida pelo subsector das cantinas, seguido pelo subsector dos restaurantes, conforme Quadro 6.

Da análise anterior, passamos para o Quadro 7 onde são apresentados os valores regionais por NUT II.

Unidade: Mil Euros

| | Custos e perdas | | | | | | | | Proveitos e Ganhos |
|---|----------------------|-------------------|--------------------|-------------------|----------------------|-------------------|------------------------|-------------------|----------------------|
| | CMVMC | % sobre Proveitos | FSE | % sobre Proveitos | Custos com o pessoal | % sobre Proveitos | Outros custos e perdas | % sobre Proveitos | |
| Euros | | | | | | | | | |
| Restaurantes | | | | | | | | | |
| Portugal | 1.648.077.435 | 50% | 603.266.048 | 18% | 702.471.303 | 21% | 252.809.475 | 8% | 3.289.046.525 |
| Norte | 395.966.050 | 50% | 169.521.399 | 21% | 156.420.032 | 20% | 65.962.507 | 8% | 799.728.787 |
| Centro | 366.295.455 | 58% | 94.334.854 | 15% | 108.353.652 | 17% | 39.134.296 | 6% | 636.558.169 |
| Lisboa | 557.297.163 | 47% | 216.198.592 | 18% | 299.142.367 | 25% | 87.894.039 | 7% | 1.194.387.573 |
| Alentejo | 82.145.554 | 52% | 26.361.201 | 17% | 34.308.933 | 22% | 12.200.190 | 8% | 159.077.716 |
| Algarve | 155.456.780 | 46% | 72.176.865 | 21% | 70.500.900 | 21% | 37.119.444 | 11% | 337.207.737 |
| Açores | 26.331.918 | 60% | 6.054.627 | 14% | 7.520.988 | 17% | 3.632.474 | 8% | 43.757.874 |
| Madeira | 64.584.515 | 55% | 18.618.510 | 16% | 26.224.431 | 22% | 6.866.552 | 6% | 118.328.669 |
| Estabelecimentos de bebidas | | | | | | | | | |
| Portugal | 1.529.265.335 | 59% | 395.968.533 | 15% | 418.455.516 | 16% | 150.767.235 | 6% | 2.572.499.734 |
| Norte | 470.111.881 | 62% | 118.995.643 | 16% | 121.635.825 | 16% | 40.108.442 | 5% | 761.047.616 |
| Centro | 313.234.387 | 61% | 79.413.813 | 15% | 64.159.033 | 12% | 34.415.484 | 7% | 516.368.434 |
| Lisboa | 451.783.677 | 57% | 120.518.770 | 15% | 163.678.448 | 21% | 42.221.127 | 5% | 793.266.704 |
| Alentejo | 128.325.379 | 59% | 33.472.697 | 15% | 27.590.045 | 13% | 13.041.274 | 6% | 218.624.059 |
| Algarve | 100.724.307 | 58% | 30.509.970 | 18% | 22.227.469 | 13% | 12.276.030 | 7% | 173.764.685 |
| Açores | 27.723.675 | 63% | 4.191.713 | 10% | 5.975.366 | 14% | 4.067.706 | 9% | 43.901.314 |
| Madeira | 37.362.029 | 57% | 8.865.927 | 14% | 13.189.330 | 20% | 4.637.172 | 7% | 65.526.922 |
| Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | | | | | | | | | |
| Portugal | 224.390.629 | 41% | 95.182.659 | 17% | 170.988.840 | 31% | 24.635.262 | 5% | 546.603.714 |
| Norte | 11.059.156 | 43% | 5.739.982 | 22% | 6.732.436 | 26% | 1.703.097 | 7% | 25.723.865 |
| Centro | 4.856.616 | 48% | 2.031.826 | 20% | 2.282.635 | 23% | 940.919 | 9% | 10.086.376 |
| Lisboa | 201.171.344 | 41% | 84.031.032 | 17% | 157.225.279 | 32% | 20.430.642 | 4% | 493.684.525 |
| Alentejo | 2.008.856 | 55% | 557.371 | 15% | 1.153.736 | 31% | 320.366 | 9% | 3.671.583 |
| Algarve | 585.230 | 46% | 271.353 | 21% | 312.732 | 24% | 161.879 | 13% | 1.278.733 |
| Açores | 2.326.717 | 40% | 873.656 | 15% | 1.733.849 | 30% | 703.588 | 12% | 5.801.567 |
| Madeira | 2.382.710 | 37% | 1.677.439 | 26% | 1.548.173 | 24% | 374.771 | 6% | 6.357.065 |

Quadro 7 – Dados de Exploração, 2004

Fonte: INE/Produção Própria

Conforme se pode inferir, a região de Lisboa apresenta os valores mais elevados, relativamente aos restaurantes, estabelecimentos de Bebidas e cantinas, em praticamente todas as variáveis.

Em termos de relação entre os custos e o total dos proveitos, verifica-se que é na região dos Açores que os CMVMC atingem os valores percentuais mais elevados, sendo que no plano dos custos de pessoal é na região de Lisboa que se atinge a maior relação relativamente aos proveitos.

4.3 Dimensão empresarial

Para avaliarmos a especificidade do tecido empresarial, em termos da sua repartição por escalões de trabalhadores ao serviço, apresenta-se o Quadro 8, onde se resume a distribuição do número de empresas em funcionamento, bem como a mão-de-obra existente.

| | Estrutura da Empresa | Empresas | | Pessoal ao Serviço | |
|--|----------------------|----------|---------|--------------------|---------|
| | | Nº | % | Nº | % |
| Restauração | Total | 61.064 | 100,00% | 187.936 | 100,00% |
| | Até 9 | 58.650 | 96,05% | 125.954 | 67,02% |
| | 10.19 | 1.763 | 2,89% | 20.715 | 11,02% |
| | 20 e mais | 651 | 1,07% | 41.267 | 21,96% |
| Restaurantes | Total | 24.476 | 100,00% | 98.313 | 100,00% |
| | Até 9 | 22.894 | 93,54% | 63.681 | 64,77% |
| | 10.19 | 1.140 | 4,66% | 12.811 | 13,03% |
| | 20 e mais | 442 | 1,81% | 21.821 | 22,20% |
| Estabelecimentos de bebidas | Total | 36.096 | 100,00% | 74.817 | 100,00% |
| | Até 9 | 35.329 | 97,88% | 60.979 | 81,50% |
| | 10.19 | 594 | 1,65% | 7.498 | 10,02% |
| | 20 e mais | 173 | 0,48% | 6.340 | 8,47% |
| Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio (catering) | Total | 492 | 100,00% | 14.806 | 100,00% |
| | Até 9 | 427 | 86,79% | 1.294 | 8,74% |
| | 10.19 | 29 | 5,89% | 406 | 2,74% |
| | 20 e mais | 36 | 7,32% | 13.106 | 88,52% |

Quadro 8 – Quantidade de empresas e pessoal ao serviço 2004

Fonte: INE/Produção Própria

Verifica-se que a classe das empresas “até 9 trabalhadores” é a estrutura preferida das empresas, para os subsectores dos Restaurantes e Estabelecimentos de Bebidas. Uma vez que o subsector das Cantinas possui mais de 88% do pessoal ao serviço em empresas com “20 ou mais trabalhadores”.

Retomando a desagregação da estrutura de custos e a sua incidência em relação ao total de proveitos, obtiveram-se os seguintes resultados por grupos de estabelecimentos.

Unidade: Mil Euros

| | Estrutura da Empresa | Custos e Perdas | | | | | | Proveitos e Ganhos |
|--|----------------------|-----------------|-------------------|---------|-------------------|-----------|-------------------|--------------------|
| | | CMVMC | % sobre Proveitos | FSE | % sobre Proveitos | Pessoal | % sobre Proveitos | |
| Restauração | Total | 3.020.841 | 54,3 | 915.843 | 16,5 | 1.107.956 | 19,9 | 5.566.060 |
| | Até 9 | 2.251.943 | 59,2 | 588.403 | 15,5 | 602.386 | 15,8 | 3.806.795 |
| | 10.19 | 290.717 | 51 | 78.956 | 13,8 | 158.346 | 27,8 | 570.468 |
| | 20 e mais | 478.182 | 40,2 | 248.483 | 20,9 | 347.224 | 29,2 | 1.188.796 |
| Restaurantes | Total | 1.426.494 | 51,1 | 514.251 | 18,4 | 588.093 | 21 | 2.793.826 |
| | Até 9 | 998.555 | 55,7 | 298.968 | 16,7 | 327.699 | 18,3 | 1.793.163 |
| | 10.19 | 190.902 | 50 | 54.206 | 14,2 | 104.909 | 27,5 | 382.153 |
| | 20 e mais | 237.038 | 38,3 | 161.077 | 26 | 155.485 | 25,1 | 618.510 |
| Estabelecimentos de bebidas | Total | 1.369.968 | 60,4 | 323.900 | 14,3 | 357.161 | 15,8 | 2.267.405 |
| | Até 9 | 1.210.582 | 62,5 | 279.069 | 14,4 | 253.298 | 13,1 | 1.935.564 |
| | 10.19 | 96.097 | 53 | 23.390 | 12,9 | 51.409 | 28,4 | 181.159 |
| | 20 e mais | 63.289 | 42 | 21.441 | 14,2 | 52.455 | 34,8 | 150.683 |
| Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio (catering) | Total | 224.379 | 44,4 | 77.691 | 15,4 | 162.703 | 32,2 | 504.828 |
| | Até 9 | 42.806 | 54,8 | 10.366 | 13,3 | 21.390 | 27,4 | 78.068 |
| | 10.19 | 3.718 | 51,9 | 1.361 | 19 | 2.028 | 28,3 | 7.157 |
| | 20 e mais | 177.855 | 42,4 | 65.965 | 15,7 | 139.284 | 33,2 | 419.604 |

Quadro 9 – Custos e proveitos por escalões de empresas – 2004

Fonte: INE

No Quadro 9 observa-se que a classe das empresas que empregam “até 9 trabalhadores”, relativamente a CMVMC, apresentam valores percentuais face ao total dos proveitos, superiores às empresas de maior dimensão, sendo que ocorre a situação inversa no que concerne a Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e custos com o pessoal.

4.4 Síntese de indicadores da Restauração

Tendo em vista a sistematização de alguns indicadores relativos à Restauração, reproduz-se o Quadro 10 geral.

Unidade: Euros

| 2004 | Produtividade | Vendas por trabalhador[1] | Custo Médio por trabalhador[2] | Postos de Trabalho por Empresa | Volume de Negócios por Empresa |
|--|---------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Restauração | 11.679 | 34.098 | 6.874 | 3 | 104.942 |
| Restaurantes | 10.065 | 33.455 | 7.145 | 4 | 134.378 |
| Estabelecimentos de bebidas Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 8.006 | 34.384 | 5.593 | 2 | 71.268 |
| | 14.817 | 36.918 | 11.549 | 30 | 1.110.983 |

Quadro 10 – Síntese de Indicadores da Restauração, 2004

Fonte: INE/Produção própria

1 – Volume de negócios/Pessoal ao serviço

2 – Custos com pessoal/Pessoal ao serviço

Pode-se inferir que o sector das cantinas apresenta geralmente os valores mais elevados, apresentando o subsector dos restaurantes uma produtividade superior à dos estabelecimentos de Bebidas, bem como um Volume de Negócios por empresa que é quase o dobro do apresentado pelos estabelecimentos de Bebidas.

Em termos de evolução recente dos indicadores atrás mencionados, apresenta-se em anexo o Quadro Anexo 11, o qual conduz a conclusões similares das já evidenciadas.

Assinale-se que a produtividade global da Restauração aumentou significativamente em relação a 2002. No caso dos restaurantes, a subida da produtividade foi de 38% de 2002 para 2004, enquanto que o custo médio por trabalhador registou um aumento de 14% no mesmo período.

4.5 Gastos dos Estrangeiros não Residentes em Portugal

O sector da Restauração é muito importante ao nível dos gastos dos estrangeiros que anualmente visitam Portugal, quer como turistas, quer como excursionistas. Recorde-se que em 2003, último ano com dados finais disponíveis, as entradas de turistas estrangeiros em Portugal rondaram os 12 milhões, enquanto os excursionistas, maioritariamente espanhóis, atingiram mais de 15 milhões, conforme se demonstra no Quadro 11.

| Descrição | Valores (milhares) |
|---|--------------------|
| Visitantes ³ | 27.532,4 |
| Turistas ⁴ | 11.707,2 |
| Excursionistas ⁵ (incluindo Trânsito Marítimo ⁶) | 15.825,2 |
| Permanência Média Geral (dias) | 6,6 |
| Nº de dormidas totais | 77.646 |

Quadro 11 – Turismo Internacional em Portugal (2003)

Fonte: DGT, Instituto Nacional de Estatística – Portugal

Tendo por base um estudo elaborado pelo INE/DGT (Direcção-geral do Turismo), é possível apresentar a seguinte série (Quadro 12), com dados disponibilizados até 2001.

³ Viajante que se desloca a outro país, que não o da sua residência habitual, por um período não superior a 1 ano, e cujo principal motivo de viagem não seja o de exercer uma actividade remunerada (não inclui, por exemplo, viajantes como trabalhadores de fronteira, membros das Forças Armadas, diplomatas, passageiros em trânsito, etc.).

⁴ Visitante que permanece, pelo menos, uma noite num meio de alojamento colectivo ou privado.

⁵ Visitante que não pernoita num meio de alojamento colectivo ou privado (basicamente estadas inferiores a 24 horas).

⁶ Passageiros que pernoitam a bordo do navio/barco, mesmo que visitem o país durante 1 ou mais dias (inclui também a tripulação).

Unidade: Milhões de Euros

| Gastos em Restauração | 1990 | 1992 | 1994 | 1998 | 2000 | 2001 |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Turistas | 737,72 | 1.176,17 | 1.187,64 | 1.440,53 | 1.849,04 | 2.154,81 |
| Excursionistas | 149,14 | 202,01 | 207,00 | 268,35 | 202,51 | 238,43 |
| Total Restauração | 886,86 | 1.378,18 | 1.394,64 | 1.708,88 | 2.051,56 | 2.393,24 |
| Total Gastos dos Estrangeiros não Residentes | 3.633,24 | 4.760,53 | 4.851,31 | 6.878,42 | 8.021,17 | 9.080,62 |

Quadro 12 – Gastos dos visitantes estrangeiros em Portugal

Fonte: INE/DGT

4.6 A incidência da Restauração nas despesas dos residentes em Portugal

Não existem dados em Portugal que permitam quantificar directamente os gastos do turismo interno na Restauração e nas restantes componentes. Contudo, a título elucidativo, apresenta-se o quadro 13, que resume alguns indicadores disponíveis em termos do turismo doméstico.

| <i>Turismo Interno</i> | <i>Valores (milhares)</i> |
|---|---------------------------|
| Turistas | 4.201,0 |
| Nº total de viagens | 8.908,3 |
| Nº de viagens com duração igual ou superior a 4 dias | 3.566,4 |
| Nº de dormidas totais | 44.658,6 |
| População que gozou férias fora da residência e em Portugal | 3448,0 |
| População que goza fins-de-semana fora de casa | 2690,0 |

Quadro 13 – Turismo interno em Portugal (2003)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal/DGT

Tratam-se de dados que revelam a importância do mercado interno, mas que se situam num plano aquém da realidade, já que não incluem, por exemplo, uma parcela significativa dos movimentos dos excursionistas, onde o consumo na Restauração certamente que pontificará. Este aspecto reflecte-se igualmente na Conta Satélite do Turismo de Portugal, onde o turismo interno e a Restauração surgem contabilizados, em termos da sua expressão económica, de uma forma subavaliada.

Face às lacunas de informação descritas, iremos orientar a análise para o último estudo oficial realizado pelo INE sobre as despesas dos agregados familiares, o qual se reporta a 2000. Este inquérito permite recolher informação sobre a importância da Restauração no consumo dos portugueses, conjugando os gastos no dia-a-dia com os realizados em viagem.

Com efeito, apresenta-se um quadro onde se pode constatar que, em termos médios globais, os serviços de Restauração representam 9,2% do total das despesas por agregado familiar, as quais se situam, à data do inquérito, em cerca de 13.828 Euros, correspondendo os serviços de Restauração à verba de 1.267 Euros, conforme Quadro 14.

| | <i>Total</i> | |
|--------------------------------|--------------|------------|
| | € | % |
| Total | 13.828 | 100,0 |
| Despesas em Restauração | 1.267 | 9,2 |

Quadro 14 – Despesas dos agregados familiares, 2000

Fonte: INE

Passando às despesas anuais dos agregados familiares segundo o escalão etário do representante do agregado, verifica-se que é na faixa etária mais baixa, até aos 30 anos, que se regista um maior consumo médio em despesas relacionadas com a Restauração (13%), decaindo progressivamente para os segmentos de idade mais elevada, conforme o Quadro Anexo 12, que se encontra em anexo.

É possível também detalhar as despesas anuais das famílias em função da principal fonte de receita do agregado; assim, verifica-se que nos agregados com predomínio do trabalho por conta própria, ou por conta de outrem, é patente uma aproximação de valores, constituindo estes grupos os que denotam maior expressão percentual dos gastos em Restauração (à volta dos 10%). A incidência dos gastos mais reduzidos na Restauração dizem respeito a pensionistas e a agregados em que os rendimentos provenientes da Assistência Social constituem a principal fonte de rendimento, conforme se pode verificar pela leitura do Quadro Anexo 13, que se encontra em anexo.

4.7 A importância da Restauração na economia nacional

O Instituto Nacional de Estatística divulgou os resultados definitivos da Conta Satélite do Turismo⁷ para os anos de 2003 e 2004. Segundo as estimativas obtidas, a contribuição do Turismo para o PIB português foi de 4,6% em 2004, tendo apresentado um crescimento nominal superior ao do PIB em 2004: 7,7% e 4,0%, respectivamente, conforme se verifica no Quadro 15).

| | 2003 | 2004 | Taxa de Crescimento (%) |
|---|------------------|------------------|-------------------------|
| Contribuição do Turismo para o PIB pm (10⁶ €) | 6.218,0 | 6.698,2 | 7,7 |
| Peso do Turismo no PIB | 4,5 | 4,6 | |
| Consumo Turístico Interior (10⁶ €) | 12.577,49 | 13.449,87 | 6,9 |
| Peso do Consumo Turístico no PIB | 9,1 | 9,3 | |
| PIB pm (10⁶ €) | 138.582,1 | 144.128 | 4,0 |
| Emprego nas Actividades Características do Turismo[^] | 409.526 | 421.660 | 3,0 |
| Emprego na Economia[^] | 5.569.825 | 5.559.047 | -0,2 |

* Número de postos de trabalho

Quadro 15 – Evolução da contribuição do turismo para o PIB

Fonte: INE

Contrariando a evolução negativa de 2003 (-1,2% face ao valor de 2002), o Consumo Turístico Interior registou, em 2004, um acréscimo de 6,9%, representando cerca de 9,3% do PIB. No período compreendido entre 2000 e 2004, este agregado representou, em média, 9,5% do PIB português e apresentou uma taxa média de crescimento anual de cerca de 1,8%.

⁷ A Conta Satélite do Turismo tem como principais quadros metodológicos de referência o Manual de Implementação da Conta Satélite do Turismo, do Eurostat e o documento “Conta Satélite do Turismo: Quadro de referência metodológica”, das Nações Unidas. Por outro lado, e um a vez que a Conta Satélite do Turismo é um projecto coerente com o Sistema de Contas Nacionais, o recurso aos conceitos e nomenclaturas deste último afigura-se imprescindível, sendo observadas as suas referências metodológicas, nomeadamente o *Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN93)* e o *Sistema Europeu de Contas (SEC95)*. As *Recomendações das Estatísticas do Turismo*, das Nações Unidas, constituem a principal referência conceptual do Turismo Internacional, assegurando a coerência da CSTP com o Subsistema de Informação Estatística do Turismo, a nível de conceitos e definições, assim como com outros subsistemas, como a Balança de Pagamentos.

4.7.1 Consumo do Turismo Interior

Os produtos mais consumidos no âmbito do Turismo Interior foram os Transportes de passageiros, a Restauração e Bebidas e o Alojamento. Em 2004, o consumo turístico destes produtos correspondeu a cerca de 27,4%, 24,9% e 21,8%, respectivamente, do total.

As estimativas obtidas para os diferentes componentes do Consumo Turístico Interior permitem concluir acerca da importância relativa de cada um deles na evolução da Procura Turística. Em 2004, o consumo dos visitantes não residentes em Portugal (Turismo Receptor) correspondeu a 49,7% do Consumo Turístico Interior. Os remanescentes 50,3% corresponderam ao consumo efectuado pelos visitantes residentes em Portugal, o Turismo Interno, (19,5%), e às Outras componentes do Consumo Turístico Interior (30,8%). Os produtos mais consumidos no âmbito do Consumo Turístico Interior em 2004 foram os produtos característicos (86,5%). Os restantes 13,5% repartem-se entre os produtos conexos (4,3%) e os não específicos (9,2%).

4.7.2 Consumo do Turismo Receptor

O consumo efectuado pelos visitantes não residentes em Portugal atingiu o valor de 6681,7 milhões de euros em 2004. Após um decréscimo nominal de 2,8% em 2003, o Consumo do Turismo Receptor voltou a crescer, assumindo uma evolução positiva de 6,1% em 2004. Em 2003, 73,7% do Consumo do Turismo Receptor correspondeu aos produtos característicos, 7,9% a produtos conexos e, 18,3% a produtos não específicos. Em 2004, o peso relativo dos diferentes tipos de produtos sofreu uma ligeira alteração à custa da descida nominal do consumo dos produtos conexos (-0,1%) e dos produtos não específicos (-5,2%). As estimativas obtidas permitem relevar o contributo dos produtos de Restauração e Bebidas, de Transportes de passageiros e do Alojamento no total do Consumo do Turismo Receptor, representando, respectivamente, 27,5%, 20,9% e 22,5% deste agregado em 2004. O acréscimo nominal do Consumo do Turismo Receptor (6,1%) está relacionado com a evolução positiva do consumo em Restauração e Bebidas (13,3%), Transporte de passageiros (10,8%) e Recreação e lazer (12,5%). Por outro lado, o decréscimo nominal do consumo de Agências de viagens e operadores turísticos (-14,2%) veio limitar o crescimento observado, conforme Figuras 29 e 30.

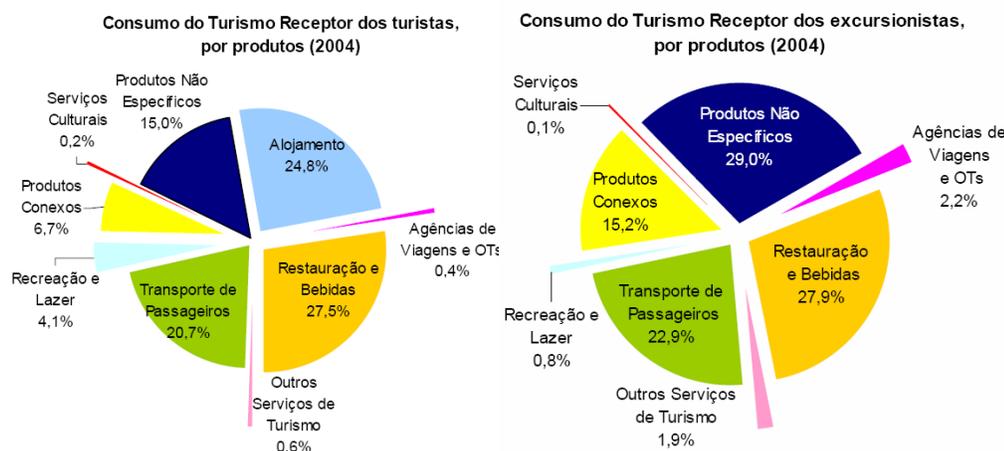


Figura 29 – Consumo do Turismo Receptor turistas (2004) Fonte: INE

Figura 30 – Consumo do Turismo Receptor excursionistas (2004) Fonte: INE

Na estrutura de consumo dos turistas não residentes destacam-se os produtos Restauração e Bebidas, Alojamento e Transporte de passageiros, com um peso médio de 27,5%, 24,8% e 20,7%, respectivamente. No consumo dos excursionistas destacam-se os produtos não específicos, a Restauração e Bebidas e os Transportes de passageiros, com um peso médio de 29%, 28% e 22,9%, respectivamente. As estimativas obtidas para o ano de 2004

evidenciam a importância relativa do consumo efectuado pelos turistas, o qual representou 90,6% (6050,5 milhões de euros). Apesar da estrutura de consumo, por produtos, dos turistas e dos excursionistas ser evidentemente diferente, se não se considerarem as despesas em Alojamento dos turistas essa diferença atenua-se, na medida em que o Alojamento representa cerca de 24,8% na despesa dos turistas.

4.7.3 Produção e Oferta Turística

De acordo com os resultados obtidos pela Conta Satélite do Turismo, a Produção Turística (10358,6 milhões de euros) representou 4,1% da produção total do país, em 2003, e 4,2% (11201,2 milhões de euros) em 2004. Em 2004, a Produção Turística apresentou um crescimento nominal (8,1%) superior ao da produção total da economia (4,9%). As actividades características foram responsáveis por 88,9% dessa Produção Turística. Os remanescentes 11,1% dizem respeito ao contributo das actividades conexas e não específicas. De acordo com as estimativas obtidas, a produção das actividades características que se destinam a dar resposta ao Consumo Turístico Interior correspondeu, em 2004, a cerca de 48,4% da produção total destas actividades. Os serviços das Agências de viagens e operadores turísticos, dos Hotéis e similares e das Residências Secundárias por conta própria ou gratuitas são as actividades características que apresentam um maior peso da Produção Turística no total da sua produção: 97,2%, 96,6% e 93,1%, respectivamente, como se pode verificar pela Figura 31.

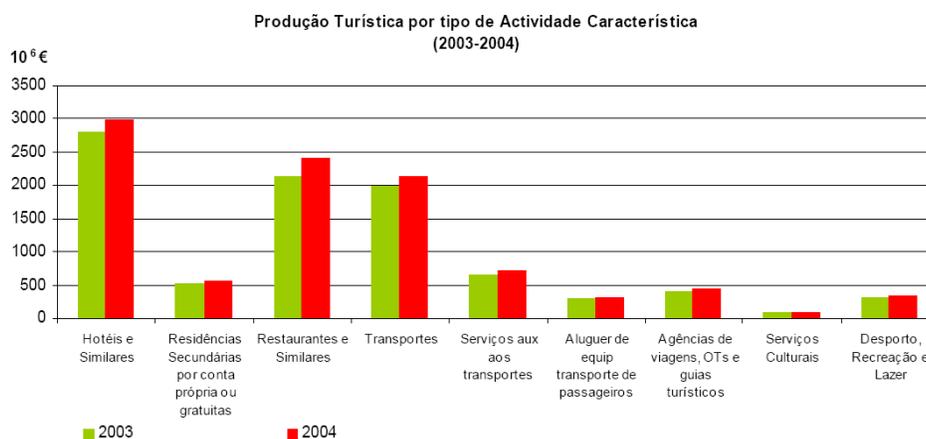


Figura 31 – Produção Turística por tipo de Actividade Característica
Fonte: INE

A gastronomia nacional, considerada produto turístico prioritário e elevada à condição de Património Cultural português, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2000, de 26 de Julho, muito tem concorrido para o quadro supra referido, assumindo-se como um factor cada vez mais importante na escolha do destino, contribuindo para o aumento dos fluxos turísticos, da notoriedade do país e das suas regiões.

4.8 SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats Analysis para o sector

A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para realizar análises de cenários (ou análises de ambiente), sendo usada como base para gestão e planeamento estratégico de uma empresa, mas podendo, devido à sua simplicidade, ser utilizada para qualquer tipo de análise, desde a criação de um *blog* à gestão de uma multinacional. O termo SWOT é uma sigla oriunda

do idioma inglês, e é um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

Esta análise de cenário divide-se em ambiente interno (Forças e Fraquezas) e ambiente externo (Oportunidades e Ameaças).

As forças e fraquezas são determinadas pela posição actual da empresa e relacionam-se, quase sempre, a factores internos. Já as oportunidades e ameaças são antecipações do futuro e estão relacionadas a factores externos.

O ambiente interno pode ser controlado pelos dirigentes da empresa, uma vez que ele é resultado das estratégias de actuação definidas pelos próprios membros da organização. Desta forma, durante a análise, quando for percebido um ponto forte, ele deve ser ressaltado ao máximo; e quando for percebido um ponto fraco, a organização deve agir para controlá-lo ou, pelo menos, minimizar seu efeito.

Já o ambiente externo está totalmente fora do controle da organização. Mas, apesar de não poder controlá-lo, a empresa deve conhecê-lo e monitorizá-lo com frequência, de forma a aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças. Evitar ameaças nem sempre é possível, no entanto pode-se fazer um planeamento para enfrentá-las, minimizando seus efeitos.

Neste sentido, e porque importa analisar o sector e o meio ambiente onde se insere, o Quadro 16, correspondente à análise SWOT, revela um relativo equilíbrio entre as diversas forças, o que evidencia a complexidade e a amplitude dos parâmetros implicados em torno do sector da Restauração e Bebidas.

O sector tem potencialidades suficientes para ultrapassar os principais constrangimentos e debilidades, localizando-se o factor-chave de sucesso do lado da oferta.

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Sector com maior peso no consumo turístico interior (interno mais receptor) • Efeito multiplicador forte na economia • Reconhecimento institucional da importância da Restauração (plano turístico e social) • Riqueza gastronómica do país, com ofertas regionais diferenciadas • Legislação que reconhece a gastronomia como parte integrante do património cultural do país • Qualidade alimentar dos restaurantes portuguesas com boa aceitação junto dos mercados externos • Imagem pós-Euro 2004 • Dinamismo das estruturas associativas empresariais do sector • Centros de Formação Profissional do sector Alimentar • Contenção do aumento de preços nos últimos anos • Utilização crescente de produtos de denominação de origem protegida • Rotatividade nos menús • Relativo equilíbrio na distribuição da procura (consumidores locais e visitantes internos e estrangeiros) • Sazonalidade inferior à observada em Espanha | <ul style="list-style-type: none"> • Fiscalidade (taxa do IVA 5 pontos percentuais acima da observada em Espanha) • Legislação laboral rígida em alguns domínios • Rotatividade empresarial na exploração dos estabelecimentos • Falta de fiscalização adequada • Informalidade da economia – concorrência desleal • Baixa produtividade do sector • Procedimentos administrativos (criação de novas empresas, licenciamento) • Inexistência do cadastro nacional dos estabelecimentos de Restauração • Falta de valorização do papel do empresário • Inexistência de informação tratada sobre o sector • Perfil empresarial dominado pela visão familiar do negócio • Fraca predisposição dos empresários para a cooperação e para o fornecimento regular de dados • Baixa percentagem de empresas com mecanismos de garantia de qualidade e de auscultação ao cliente • Débil penetração das novas tecnologias de informação e de comunicação • Ausência de práticas de gestão por objectivos |

| | |
|---|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente organização departamental nas empresas • Dificuldade na retenção de profissionais qualificados e falta de mão-de-obra em conformidade |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> • Mutação dos hábitos alimentares • Segurança alimentar com novos contornos legislativos • Redução do <i>deficit</i> de qualificações profissionais através do reforço da educação, formação e certificação de competências • Valorização da qualidade como estigma das políticas empresariais • Criação da Agência de Segurança Alimentar e Económica • Desenvolvimento da componente tecnológica • Novas formas de organização do trabalho • Crescimento da procura (consumidores locais, tempo dedicado ao lazer e procura turística) • Ampliação do aspecto lúdico do acto alimentar • Diversificação da oferta • Possibilidade de internacionalização para algumas empresas • Desenvolvimento do projecto da ARESP sobre a monitorização da Restauração | <ul style="list-style-type: none"> • Excesso de oferta • Lei do arrendamento comercial • Economia portuguesa pouco dinâmica • Diminuição do poder de compra dos portugueses face à situação económica do país • Sistema laboral, caso não seja flexibilizado • Saneamento financeiro das empresas • Resistência dos empresários em frequentarem acções de formação específica • Estrutura etária dos trabalhadores pouco rejuvenescida • Escassez de mão-de-obra qualificada • Custo das matérias-primas • Dificuldades na obtenção de prazos do pagamento mais vantajosos junto dos fornecedores • Falta de um sistema integrado de qualidade para o turismo em Portugal com especificidades próprias para a Restauração. • Directivas comunitárias sobre padrões da classificação hoteleira, rotulagem alimentar e direitos de autor • Integração dos imigrantes na sociedade e no mercado de trabalho |

Quadro 16 – Restauração em Portugal – Análise SWOT

Fonte: A Competitividade da Restauração Portuguesa face à oferta equivalente existente em Espanha, 2005

As particularidades das pequenas empresas encontram-se associadas aos aspectos que se prendem com a sua flexibilidade, dinamismo e produtividade; porém, também configuram dificuldades e riscos, que se traduzem, muitas vezes, em difícil acesso ao crédito, na descapitalização financeira, na reduzida capacidade de gestão e na dependência face aos clientes, fornecedores e concorrentes.

Face aos desafios existentes na Restauração enfatizam-se as vantagens da opção progressiva por práticas de gestão estratégica, como meio adequado de reforçar a competitividade. Neste contexto, salientam-se as seguintes orientações:

- Inovação e desenvolvimento de produtos;
- Avaliação das oportunidades de negócio, nomeadamente, através da segmentação, da revisão e modernização dos processos de produção, do reforço do papel das novas tecnologias e da selecção criteriosa das acções de marketing;
- Identificação dos factores críticos de sucesso ao nível das várias áreas funcionais das empresas;
- Melhoria da qualidade e valorização dos recursos humanos.

No plano da envolvente, revela-se importante que o sector público continue a intervir em áreas fulcrais, dependendo da sua esfera de responsabilidades, a criação de condições favoráveis para o desempenho das empresas do sector.

“O sector da Restauração necessita de pessoal qualificado e especializado. A ideia de que se “aprende com a prática e a experiência” está ultrapassada. Deve-se ter presente que os ganhos de competitividade exigem a evolução das qualificações dos trabalhadores e o seu reconhecimento, através da respectiva certificação profissional. Neste sentido, caberá ao Estado enquadrar convenientemente as necessidades formativas para a actividade, quer ao nível profissional como do ensino superior, de modo a incentivar a formação de quadros especializados para a Restauração. Face aos desafios de hoje, as Escolas Hoteleiras devem rever a tradição de priorizarem a formação de cozinheiros e empregados de mesa para os estabelecimentos hoteleiros, dando uma atenção acrescida aos novos segmentos da Restauração.” (A Competitividade da Restauração Portuguesa face à oferta equivalente existente em Espanha, CESTUR, 2005)

No domínio da formação, considera-se desejável a opção por uma política estrutural que englobe o Ministério da Educação, o Ministério da Economia e da Inovação e o Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Por outro lado, os Centros de Emprego também deveriam ter um papel mais activo na dinamização dos programas referentes ao sector da Restauração.

Capital enquanto meio de acção, pode-se dividir em capital humano e capital físico. Em termos de capital físico e investimento existe evidência empírica de que maiores níveis de capital por trabalhador têm estado correlacionados com altos níveis de produtividade dos factores produtivos, ao longo do tempo e através dos países. No entanto, essa relação parece ter enfraquecido nos últimos anos (Summers and Heston, 1993).

O combate à informalidade da economia é uma das medidas que o Estado necessita de implementar. A economia informal é um dos factores que contribui para distorcer a concorrência. A economia informal é um fardo para a economia no seu conjunto porque actua como concorrência injusta. As empresas da economia informal minam as da economia formal, porque empreendem uma concorrência desigual com base no preço. A existência de uma economia informal activa pode reflectir o grau em que as várias políticas económicas são inapropriadas ou ineficientes. Um regime de impostos opressivo e regimes complexos de regulação parecem ter influência na entrada de novos agentes nos domínios da economia informal.

O aspecto fundamental consiste nas receitas provenientes dos impostos que diminuem com o aumento da parcela informal da economia (Loayza, 1996; Johnson, Kaufmann, e Zoido-Lobaton, 1998).

A qualidade é inadiável, já que esta aumenta a produtividade, gera satisfação nos clientes e, conseqüentemente, amplia a quota de mercado. É fundamental incentivar a implementação de sistemas de garantia de qualidade, com mecanismos de auscultação regular dos clientes.

“Tenha-se sempre presente, o efeito da divulgação directa “boca a orelha” (estudos existentes revelam que um cliente insatisfeito fala em média a 9 pessoas sobre a sua insatisfação), o qual na Restauração se revela muito forte.” (A Competitividade da Restauração Portuguesa face à oferta equivalente existente em Espanha, CESTUR, 2005).

A qualidade na Restauração abrange atributos tangíveis (decoração, atmosfera, conforto, ambiente, higiene, arquitectura, mobiliário, equipamentos e apresentação do pessoal) e intangíveis (prestação do serviço). O responsável do restaurante tem o domínio directo dos factores tangíveis; por outro lado, terá que encontrar os mecanismos adequados para controlar a prestação do pessoal – atendimento, apresentação, rapidez, atitude, responsabilidade e educação. Contudo, convém não esquecer que todos na organização têm responsabilidades perante os clientes.

Convirá igualmente não ignorar que o imperativo da segurança alimentar para a saúde pública intensificar-se-á, com requisitos legais e técnicos cada vez mais exigentes.

O sector da Restauração necessita passar por um processo de ajustamento tecnológico, o qual deverá implicar a aproximação a novos conceitos e práticas. Neste sentido, a utilização de equipamentos, maquinaria e sistemas inovadores, aumentará a eficiência e facilitará adicionalmente o controlo da qualidade.

Também reveste prioridade a optimização da colaboração com os principais fornecedores, implementação (ou reforço) de métodos adequados de gestão empresarial, com controlo minucioso do processo operativo, técnico e administrativo

Finalmente, e para promoção da inovação, afigura-se essencial a adopção das novas tecnologias de informação e comunicação

“A dinâmica futura do sector deverá centrar-se numa crescente profissionalização e numa lógica de não exclusão de produtos. Há que potenciar uma oferta multifacetada e compósita, onde a Restauração tradicional e a Restauração rápida possam coexistir em equilíbrio.” (A Competitividade da Restauração Portuguesa face à oferta equivalente existente em Espanha, CESTUR, 2005).

Neste capítulo foi apresentada informação específica e detalhada sobre a realidade económica do sector da Restauração e Bebidas em Portugal. A descrição das suas componentes mais importantes como, pessoal ao serviço, número de empresas e volume de negócios, foi detalhada em termos regionais e em alguns casos por dimensão de empresa (número de trabalhadores). O sector da Restauração e Bebidas, sendo uma das componentes do Turismo, foi analisado e destacado dentro deste sector demonstrando-se a sua importância vital. Para culminar o enquadramento deste sector, o mesmo foi analisado à luz da matriz SWOT, destacando-se desta análise; a falta de informação e a inexistência de um cadastro dos estabelecimentos em funcionamento. Neste sentido, e por o cadastro ser um instrumento extremamente necessário para o sector, importa analisar com detalhe esta situação. Na segunda parte desta dissertação apresenta-se uma proposta e modelo de cadastro para o sector da Restauração e Bebidas. Na terceira parte equaciona-se uma aproximação prática do mesmo, através da realização de um inquérito/ficha de registo na cidade de Évora. Para esse efeito, também se detalha, uma caracterização sócio-demográfica da referida cidade, permitindo deste modo enquadrar perfeitamente o local de aplicação do inquérito.

Parte II – Opções metodológicas e construção de modelo

O Decreto-Lei nº 234/2007 de 19 de Junho de 2007 aprovou o novo regime de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas e revoga o Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de Julho. Este novo decreto-lei prevê a alteração de um conjunto de regras, nomeadamente para a instalação e funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, mas também, identificada a lacuna de falta de cadastro do sector, aproveitou-se a presente iniciativa para, através de uma declaração prévia introduzida no processo, operacionalizar o registo obrigatório dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas, o qual será promovido pela DGAE – Direcção-Geral das Actividades Económicas.

O mesmo diploma estabeleceu no Artigo 11.º, n.º 2: *“A declaração a que se refere o número anterior é efectuada através de modelo próprio, a aprovar por portaria dos membros do Governo com a tutela do turismo e das autarquias locais e disponibilizado, electronicamente ou em papel, pelas câmaras municipais e pela DGAE ou em quem esta expressamente delegar.”* O cadastro apesar de ser da responsabilidade da DGAE, pode ser delegado na ARESP. Neste sentido, a ARESP chamará a si esta responsabilidade de gerir o sistema de cadastro.

A ARESP entende que a gestão adequada e a correcta utilização de instrumentos apropriados de controlo, de informação e de conhecimento do mercado, revestem um papel fundamental no equilíbrio das empresas. Em conformidade, tem vindo a dar sequência a uma estratégia tendente a desenvolver os instrumentos adequados que possibilitem a monitorização das funções de análise intrínseca e extrínseca que enquadram a gestão dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas em Portugal.

O modelo seguinte permite aprofundar as informações que virão da DGAE, onde a ARESP irá para o terreno validar os mesmos e inserir os dados daqueles que não se registaram. Para além desta importante componente, não menos será a da homogeneização da informação do registo. Esta proposta de cadastro propõe exactamente isso. Criar uma base uniforme para o registo dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas.

O sistema, se convenientemente alimentado, deverá possuir informação actualizada durante todo o ciclo de vida das unidades licenciadas. Assim, no momento em que a unidade é licenciada, a base de dados do registo de cadastro deve passar a conter a informação constante no processo. A partir deste momento, e até a unidade se extinguir, a informação deverá ser actualizada por duas vias: importando dados resultantes da alteração do licenciamento ou através do acesso directo à ficha de cadastro para manter este e outro tipo de informação (contactos, serviços, características, etc.).

O processo de licenciamento é uma tarefa que legalmente é da responsabilidade dos municípios, requerendo que o cadastro da Restauração e Bebidas tenha e deva ser realizado em estreita colaboração com estes organismos, nomeadamente no domínio tecnológico, com quem deverá ocorrer troca de informação.

Assim, no âmbito desta tese actuar-se-á em duas direcções distintas:

1. Levantamento das unidades em funcionamento na actualidade (dentro de uma zona geográfica delimitada), através da recolha de informação constante de uma ficha apropriada para o efeito;
2. Criação das condições operacionais que permitam a posterior actualização da base de dados, a qual deverá ficar instalada num servidor próprio da ARESP.

Metodologia a implementar

Tendo em vista a concretização do levantamento das unidades em funcionamento, desenvolver-se-ão, em paralelo, dois tipos de acções:

- Trabalho de campo junto dos estabelecimentos da cidade de Évora, tendo em vista a recolha dos elementos necessários;

- Recolha e integração na base de dados, de informação parcelar existente em registos da responsabilidade de várias entidades – nomeadamente, da ARESP, dos Órgãos Regionais e Locais de Turismo, das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia, entre outras – tendo em vista a complementarização do trabalho de campo a realizar.

Ficha de registo/inquérito

Tendo em vista o levantamento da informação de uma forma homogénea e eficaz, será utilizada a ficha de registo/inquérito que consta do anexo “Inquérito”. Retenha-se que constam da ficha os seguintes elementos:

- Nome comercial do empreendimento ou estabelecimento;
- Tipo, categoria, classificação e qualificação do empreendimento ou do estabelecimento;
- A data da emissão da licença de utilização turística;
- A localização do empreendimento ou do estabelecimento, com indicação do concelho, freguesia, localidade, rua ou estrada;
- O número de telefone e de telefax, além do endereço de e-mail;
- A identificação do responsável directo pelo funcionamento do empreendimento ou estabelecimento;
- O período de funcionamento do empreendimento ou estabelecimento;
- A capacidade máxima do estabelecimento; e
- A identificação da entidade exploradora e respectiva sede ou residência, com indicação dos seus directores ou gerentes e menção do respectivo título de exploração.

Para além destes quesitos, incluíram-se igualmente questões que permitem caracterizar os estabelecimentos em termos das instalações e dos equipamentos utilizados, da envolvente, dos atributos reconhecidos, do tipo predominante de cozinha, dos requisitos de segurança e dos recursos humanos existentes.

Sistema de informação associado

A Restauração é um sector de actividade muito dinâmico. Uma unidade de Restauração pode ser criada e muito rapidamente mudar a sua figura societária, a sua denominação, lotação ou até extinguir-se.

Para conseguir responder ao dinamismo típico da informação residente nas fichas de cadastro das unidades recenseadas e manter a base de dados com informação fiável e actualizada, a solução informática a adoptar deve ser flexível e eficiente nos processos que implementa. Este aspecto é particularmente importante na forma encontrada para compaginar o contexto específico destas unidades (cultural, económico, tecnológico) e o dinamismo da informação com os processos do sistema que asseguram a manutenção da informação da ficha de cadastro.

Um processo típico de registo considera os seguintes blocos funcionais:

- Fluxos de informação (processo de *workflow* e informação associada);
- Gestão documental (documentos utilizados no processo de licenciamento);
- Ficha de registo/inquérito (informação que descreve os estabelecimentos licenciados de Restauração e Bebidas).

Embora um dos objectivos desta tese ser a descrição de um sistema de registo dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas, que se apresentará no capítulo seguinte, não é pretensão sua realizar tal tarefa, mesmo que circunscrita a uma área geográfica restrita. A incorporação de um inquérito com uma vertente de geo-referenciação terá apenas como propósito a verificação da utilidade de uma ferramenta com este tipo de atributos.

Capítulo I – Proposta de Modelo de Cadastro

1.1 Sistema de informação associado

O âmbito deste capítulo circunscreve-se à proposta de registo e montagem dos processos de recolha e manutenção das fichas de cadastro dos estabelecimentos de Bebidas e Restauração (inquérito).

Do ponto de vista estrito da componente tecnológica, são seguidamente identificados os macro-requisitos que o projecto-piloto tem de verificar para atingir o seu propósito:

- processo(s) para manutenção da parte da informação da ficha de cadastro, que implica alteração das características/parâmetros do licenciamento (ex.: categoria, figura jurídica da sociedade, número de lugares do estabelecimento, endereço, etc.);
- processo(s) para manutenção da parte da informação da ficha de cadastro, que não implica alteração dos características/parâmetros do licenciamento (ex.: telefones, e-mail, serviços, menus, etc.);
- processo(s) para consulta e exportação da informação residente na base de dados de cadastros (pesquisas pré-formatadas e pesquisas *ad hoc*);
- processo(s) para exportação da informação residente na base de dados de cadastros para fornecimento a terceiras entidades (informação com formato previamente estabelecido);
- processo(s) para importação de informação para actualização das fichas de cadastro (informação com formato previamente estabelecido).

Para alcançar o objectivo da eficiência e flexibilidade dos processos de aquisição e manutenção da informação, tendo em conta o dinamismo deste sector de actividade, seguem-se algumas orientações importantes na implementação do cadastro dos estabelecimentos da Restauração e Bebidas:

- adoptar uma abordagem de gestão centralizada da informação (base de dados central);
- os processos implementados devem ser de fácil configuração e considerar todo o ciclo de vida (integrando todas as componentes do processo executadas nas diferentes instituições envolvidas);
- permitir que todos os intervenientes no processo de licenciamento do registo de cadastro acedam à aplicação (via *login*, numa lógica de *intranet* ou *extranet* e implementando perfis de acesso à informação e aos processos);
- a manutenção da informação residente na base de dados do registo de cadastro deve poder ser feita através dos seguintes processos:
 - o de forma implícita e automática, a partir do processo de licenciamento da respectiva edibilidade;
 - o de forma explícita e automática, através de importação de dados, cujo formato é previamente definido (actualização a pedido de utilizador com perfil para o efeito);
 - o de forma explícita e não automática, através de *back office* próprio para o efeito, permitindo aceder aos atributos que não intervêm no processo de licenciamento;

esta actualização de informação deverá ser feita pelo próprio empresário ou, alternativamente, por um organismo institucional que intervenha no processo;

- criar a possibilidade de exportação de informação da base de dados do cadastro em diversos formatos para fornecer esta informação a outras entidades.

1.2 Modelo funcional

A Figura 32 esquematiza os diferentes níveis do modelo funcional que se propõe para o **Cadastro dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas (CERB)**.

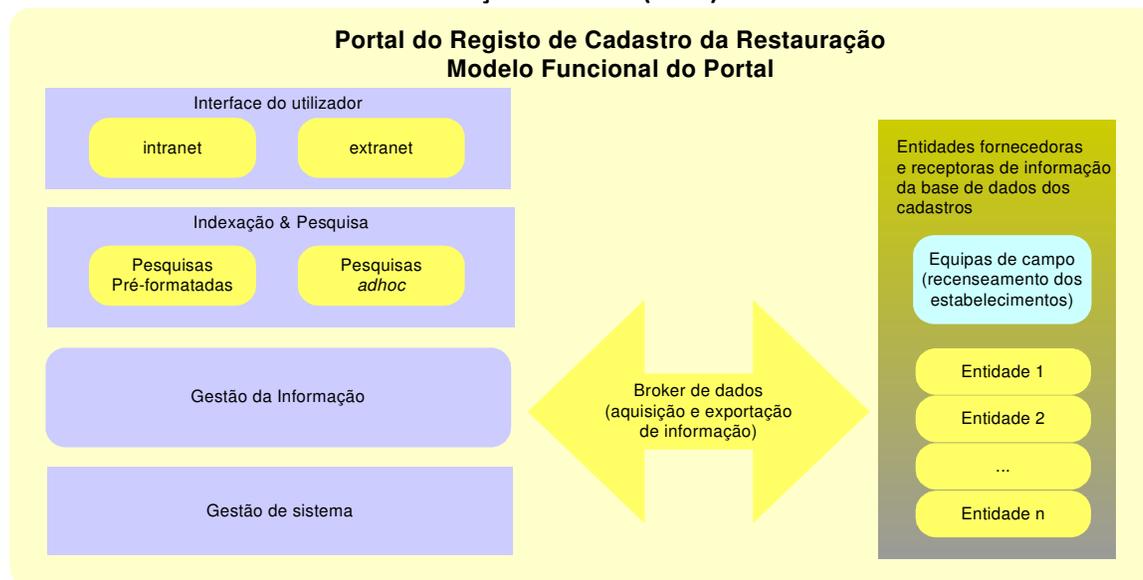


Figura 32 – Diagrama do Registo de Cadastro da Restauração e Bebidas

1.2.1 Aquisição de dados

Neste modelo o *layer* de software, designado de *broker* de dados, permite ao sistema de informação do CERB definir processos de troca de dados (aquisição e exportação) em diferentes formatos, que podem ter proveniência num grupo alargado de fornecedores que, por sua vez, podem possuir uma grande variedade de soluções tecnológicas.

Para o modelo, quem quer que “fale” é considerado uma entidade fornecedora de informação. A troca de dados (importação ou exportação) entre o cadastro e as entidades fornecedoras de informação é feita através do *broker* de dados. O *broker* implementa formatos previamente definidos para blocos de dados que o modelo quer enviar ou receber. Este processo confere grande independência e flexibilidade ao sistema de informação do CERB relativamente aos potenciais sistemas de informação seus fornecedores de dados.

Existe outra forma de adquirir dados que nada tem que ver com o *broker*. Existem interfaces do *front office* no cadastro que permitem aos utilizadores (internos e/ou externos) acederem ao sistema e recolherem ou manterem os respectivos dados.

1.2.2 Gestão de Informação

Ao nível da gestão da informação, o modelo tem por função trabalhar os diferentes tipos de conteúdos produzidos no âmbito do cadastro, garantindo a implementação dos processos previamente definidos.

No CERB, e uma vez adquirida a informação, os conteúdos iniciam o seu ciclo de vida mediante a concretização das diferentes fases configuradas na máquina de estados (ex.: registar, editar, expirar, etc.) e da implementação dos processos definidos (perfis, *templates*, etc.).

Consulta da informação: pesquisas

A disponibilização da informação ao utilizador é feita por dois módulos distintos de pesquisas: pesquisas pré-formatadas; pesquisas *ad hoc*. A componente de pesquisas pré-formatadas inclui as pesquisas textuais e os *facility locators*, que possibilitam ao utilizador aceder de forma directa à informação residente no repositório de dados mediante o formato de mapa previamente definido. As pesquisas *ad hoc*, tal como o nome sugere, permite construir todo o tipo de pesquisas que o modelo de dados dos cadastros potenciar.

Gestão de Sistema

No nível de gestão de sistema estão incluídos todos os processos de *back office* que gerem a informação base necessária aos processos de tratamento da mesma. A título exemplificativo, podemos lembrar que se incluem neste nível a manutenção de contas de utilizadores; perfis utilizadores; manutenção das tabelas de dicionário (figura jurídica, categorias dos estabelecimentos, códigos postais, ...).

Camada aplicacional que interage com o utilizador

O que foi descrito até ao momento será disponibilizado ao utilizador na camada de *user interface*, garantindo a verificação da aplicação das regras previamente definidas (processos filtrados aos perfis, dados filtrados por região, etc.).

A camada de *user interface* considera duas componentes distintas: a *intranet* e a *extranet*, para utilizadores internos e externos, respectivamente. Estas componentes funcionam como bancadas de trabalho dos utilizadores, onde lhe são disponibilizadas ferramentas constitutivas das outras camadas da arquitectura da solução do SI dos cadastros (pesquisas, gestão de informação e gestão de sistema).

1.2.3 Detalhe funcional

Interface do utilizador

Tal como foi referido anteriormente, a camada de *user interface* é constituída por duas componentes distintas: a *intranet* e a *extranet*, destinando-se cada uma delas a utilizadores internos e externos, respectivamente.

A Intranet

Os utilizadores internos deste projecto serão: os coordenadores do projecto e das equipas de campo; todos os elementos que constituem as equipas de campo; a equipa tecnológica; e os elementos administrativos de apoio ao projecto. Os utilizadores internos interagem com CERB através da *intranet*, que é uma camada aplicacional webizada.

Todos os processos aqui disponibilizados são filtrados ao perfil e à região a que o utilizador pertence. Como exemplo de filtro por região temos o facto de os coordenadores e as respectivas equipas de uma dada área só poderem aceder aos conteúdos dessa região. Como exemplo de desta filtragem, temos que as equipas de campo têm acesso às fichas dos estabelecimentos já recenseados e podem alterá-las mas não conseguem validar a ficha, i.e., não conseguem avançar com o registo no seu ciclo de vida.

São ainda disponibilizados na *intranet* outros processos relacionados com a gestão das equipas e do trabalho, com a gestão da informação e do sistema, como seja:

- **Processos de coordenação das equipas:** constituição de equipas; distribuição do trabalho; *reporting* e controlo da actividade das equipas de campo; registo de indicadores da actividade de recenseamento para futura produção de dados estatísticos;
- **Processos de gestão da informação:** disseminação de informação (conteúdos genéricos *webizados* e documentos); repositórios de informação (*fileserver*); repositórios de *templates* (*fileserver*);
- **Processos de troca de informação (*broker*):** importação e exportação de dados (automáticos ou não, implícitos e explícitos);
- **Processos das fichas de cadastro:** *interfaces web* para inserção e manutenção das fichas de cadastro; *interface web* para validação dos atributos alterados numa ficha de cadastro (independentemente dos dados terem sido alterados por via automática ou manual);
- **Processos de exploração de dados:** pesquisas pré-formatadas; indicadores estatísticos base; e pesquisas *ad hoc* (estes tipos de pesquisas estão descritos no ponto indexação e pesquisas);
- **Processos de *back office*:** tabela de figuras jurídicas; tabela de categorias dos estabelecimentos; tabela códigos postais; perfis; máquina de estados; etc.

A Extranet

Os utilizadores externos, que podem ser originários de muitas instituições, participam na comissão de acompanhamento do projecto, tendo por função validar procedimentos e acompanhar a sua execução. A título exemplificativo refiram-se alguns dos organismos de onde este elementos externos poderão provir: Câmaras Municipais; Turismo de Portugal, instituo público; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Regiões de Turismo; Órgãos Municipais e Locais de Turismo; etc.

Existe ainda um outro grupo de utilizadores da extranet que são os particulares ou organizações responsáveis pela manutenção das fichas de cadastro. Estas entidades podem aceder à extranet para inserir e manter a informação respeitante ao(s) seu(s) estabelecimento(s).

A extranet é uma “camada” aplicacional “*webizada*” através da qual as entidades externas interagem com o CERB. A informação e os processos disponibilizados nesta área são filtrados pelo perfil e região do utilizador, ou seja, as contas de *extranet* só dão acesso á informação da região a que o utilizador pertence e em função do seu perfil.

A informação aqui fornecida é duas naturezas distintas:

- **Processos das fichas de cadastro:** *interfaces web* para inserção e manutenção das fichas de cadastro;
- **Processos de exploração de dados:** pesquisas pré-formatadas; indicadores estatísticos base (estes tipos de pesquisas estão descritos no ponto indexação e pesquisas);
- **Processos da gestão da comissão de acompanhamento externa do projecto:** esta área contém informação necessária à efectiva execução das funções da comissão de acompanhamento, sendo fornecida a seguinte informação:
 - afixação da data de reunião de acompanhamento de projecto e de outros documentos necessários à sua execução;

- informação de preparação de uma reunião de acompanhamento de projecto;
- disponibilização, em áreas temáticas específicas, de relatórios, notícias ou outros documentos relacionados com procedimentos e com a execução do projecto.

Tanto na intranet como na extranet, a informação é disponibilizada sob a forma de uma aplicação web.

É disponibilizado um *back office* próprio para introdução e manutenção dos respectivos conteúdos. Estes conteúdos são genéricos, i.e., são conteúdos com texto, imagem e permitindo anexar documentos (Word, Excel, PowerPoint, PDF, Ascii).

A informação e os processos destas funcionalidades são sempre filtrados nas dimensões região e perfil, implementando para cada tipo de conteúdo o ciclo de vida configurado na respectiva máquina de estados.

Existem também áreas em disco, que podem ser filtradas nas dimensões referentes à região e ao perfil, para se constituírem como repositórios de documentos (procedimentos, *templates*, manuais, etc.).

1.2.4 Gestão da informação

Entende-se por gestão da informação a implementação dos processos que fazem o controlo e a gestão da informação produzida pelos cadastros. Esta informação tem natureza muito diversa, como por exemplo: gestão de fichas de cadastro; gestão de notícias publicadas na intranet e/ou na extranet; gestão da máquina de estados, etc.

Como o processo de produção de informação do cadastro considera a participação de equipas alargadas de intervenientes, releva-se como crucial dispor de um processo de gestão que seja eficiente e configurável, e que possibilite:

- Definir um ciclo de vida para a cadeia de produção da informação;
- Definir os estados de tratamento para cada tipo de conteúdo (respectivas máquina de estados);
- Definir que informação trata e/ou consulta cada um dos intervenientes nesta cadeia de valor (perfis);

As funcionalidades da gestão de informação assentarão em aplicações *web*, destinadas a utilizadores não técnicos, e que implementam todo o ciclo de vida dos conteúdos produzidos.

Modelo de gestão da informação

O modelo de gestão de informação proposto para o **Cadastro dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas** concretiza-se na interacção entre os diferentes tipos de conteúdos existentes, a máquina de estados, as *interfaces* de cada conteúdo (*back offices* ou não) e os perfis de utilizadores.

O diagrama que se apresenta de seguida pretende esquematizar graficamente este modelo, e que pode ser descrito da seguinte forma:

- um conteúdo pode ser adquirido e mantido via *broker* de dados ou, alternativamente, pode ser adquirido e mantido via interface específica desse conteúdo disponibilizada pelo SI do cadastro. Há também a possibilidade de combinar estes processos, ou seja, o conteúdo pode ser adquirido via *broker* de dados e mantido via *interface*;

- cada conteúdo tem uma interface própria para ser manipulado;
- cada conteúdo tem a si associado um conjunto de estados, configurados na respectiva máquina de estados, através da qual é concretizado o seu ciclo de vida (ex.: as notícias têm todas o mesmo ciclo de vida);
- para aceder a um processo (ex.: inserção ou alteração de fichas de cadastro) o utilizador necessita de ter configurado o perfil que lhe permita fazer essa tarefa;

Modelo de Gestão da Informação

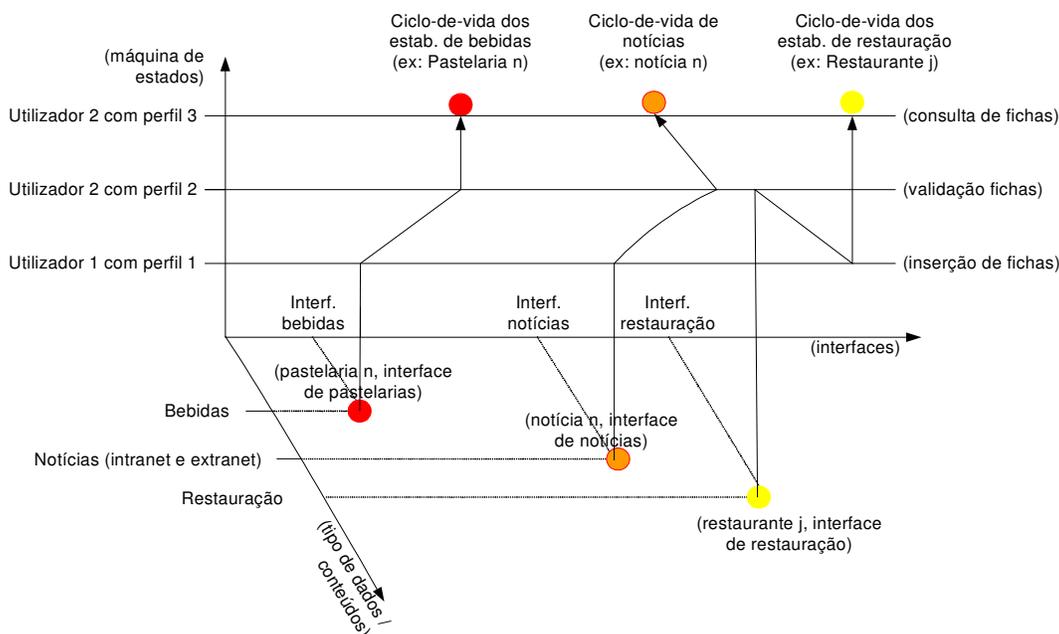


Figura 33 – Modelo de Gestão da Informação

No sentido de resumir o modelo de integração, conforme Figura 33, destas funcionalidades atende-se à descrição do seguinte exemplo: admita-se que o gestor do projecto Cadastro dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas estabeleceu mais um protocolo de colaboração com uma nova edilidade, a qual começará a fornecer informação sobre os licenciamentos concedidos aos estabelecimentos de Restauração e de Bebidas da área geográfica da sua responsabilidade.

O processo de aquisição desta informação pode ser automatizado, sendo para isso necessário definir uma nova *gateway* de aquisição de informação (por via da escalabilidade funcional do sistema). Alternativamente, a edilidade pode optar por aceder à extranet e recolher esta informação directamente no sistema de informação do Cadastro dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas através de interface própria.

Uma vez o conteúdo adquirido, este inicia o seu ciclo de vida no CERB, ou seja, quando é adquirido assume o primeiro estado definido na respectiva máquina de estados e um ou mais utilizadores com perfis para esse efeito, executarão os procedimentos necessários para que o conteúdo evolua ao longo do seu ciclo de vida.

Este modelo facilita e promove o estabelecimento de protocolos com as edilidades para que estas entidades forneçam os dados necessários de forma automatizada. Desta forma, o Cadastro dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas implementa processos de actualização de dados que são, simultaneamente, eficientes e fiáveis.

Julga-se ser pertinente reforçar os seguintes dois aspectos:

- Em primeiro lugar, que o modelo proposto não sobrecarrega as entidades com esforços adicionais de manutenção de dados, ou seja, quando uma entidade já possui a informação normalizada e em suporte electrónico a actualização das respectivas fichas de cadastro pode ser feita de forma automatizada, não exigindo à instituição o envolvimento de recursos humanos para executar esta tarefa.
- Em segundo lugar, retenha-se que o modelo de gestão de informação proposto possibilita a definição de um modelo de negócio que pode evoluir e adaptar-se às mudanças do sector *lato sensu*, i.e., adapta-se com facilidade às mudanças dos processos de negócio ou às mudanças das plataformas tecnológicas envolvidas.

Componente de mobilidade para suporte à recolha da informação no campo

A tarefa de recenseamento deverá ser desenvolvida, desde o primeiro momento, com recurso a meios electrónicos, de modo a garantir a qualidade da informação recolhida e a dispensar a “retro interacção” nos processos de inquéritos, i.e., contactar novamente o estabelecimento para esclarecer dúvidas existentes sobre a informação recolhida. Para se atingir este desiderato, os elementos que vão para o campo disporão de uma aplicação dotada de todas as regras de procedimentos que carecem de validação, garantindo-se a consistência e fiabilidade da informação recolhida.

Para além da validação dos procedimentos, os meios electrónicos também facilitam a aquisição de outros tipos de informação, como seja o caso das coordenadas de geo-referenciação dos estabelecimentos recenseados. Esta informação pode ser posteriormente utilizada por Sistemas de Informação Geográfica ou para representação em cartas.

Acrescentam-se ainda mais dois outros factos:

- a informação recolhida não requer validações adicionais aquando da sua importação para a base de dados de cadastros, já que estas verificações foram feitas a montante do processo de importação;
- espera-se que a implementação de processos que garantem eficácia no processo de inquérito, conduzam à diminuição do tempo médio de inquérito por estabelecimento e ao aumento da produtividade desta função.

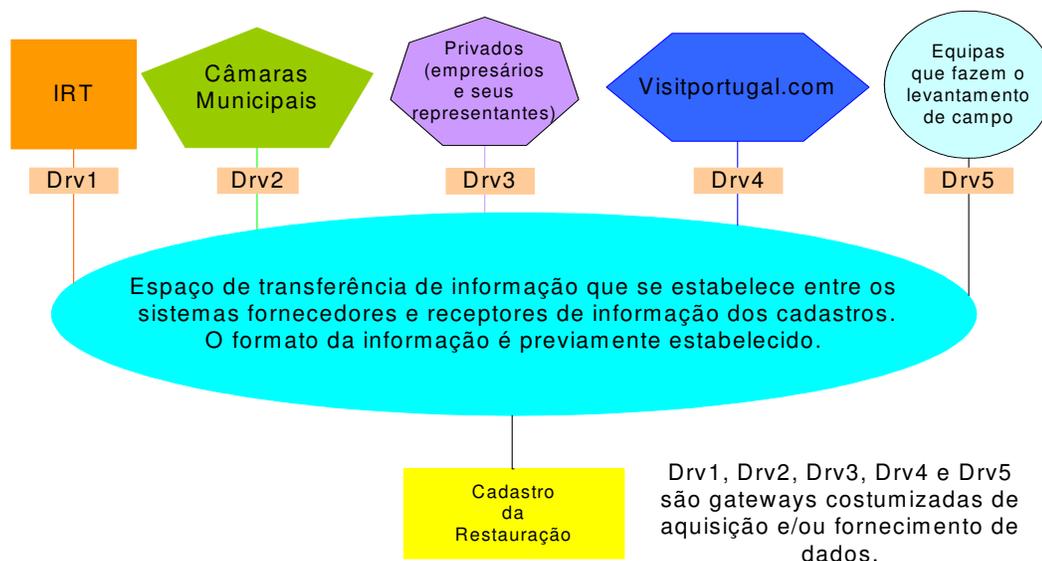
1.2.5 Gestão do sistema

Incluem-se nesta componente, as funcionalidades de gestão do sistema que dão suporte à sua exploração e configuração.

Broker de dados

O conceito de *broker* de dados tem por objectivo que o CERB adquira, ou exporte, informação independentemente das plataformas tecnológicas, dos modelos de negócio e dos modelos de dados de entidades com quem o projecto do cadastro estabeleça protocolos de colaboração. Cria-se deste modo um espaço de transferência de informação entre sistemas virtualmente distintos, facilitando o processo de comunicação, conforme se verifica pelo esquema representado na Figura 34.

Modelo do Broker de Dados

Figura 34 – Modelo do *Broker* de Dados

Como a implementação deste conceito torna o sistema de informação CERB independente face a outros sistemas fornecedores de informação, o problema da aquisição ou fornecimento de conteúdos com uma nova entidade cinge-se, unicamente, à definição e implementação do lado do sistema de informação da nova entidade, ou seja, de uma nova *gateway* para fornecimento ou aquisição de dados.

Back-Office

O acesso ao *Back-Office* do CERB só será disponibilizado na intranet e requer autenticação prévia dos seus utilizadores.

Esta componente mantém a seguinte informação:

- contas e perfis de utilizadores.
- máquina de estados;
- dicionário de dados;
- *broker* de dados;
- configurações do sistema.

1.3 Arquitectura da solução

O portal do Cadastro dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas agregará informação proveniente de variadas fontes e em diversos formatos. Isto significa que a plataforma deve estar preparada para conseguir agregar, de uma forma homogénea, toda esta informação. A opção por uma proposta multi-camada para arquitectura do projecto visa responder à necessidade de agregar de forma eficiente esta diversidade de informação.

Com efeito, a subdivisão da plataforma em três camadas fundamentais, Apresentação, Negócio e Dados, permite aumentar a escalabilidade do sistema, para que se possa aumentar facilmente o número de servidores, caso as necessidades de desempenho futuras assim o determinem. Com o isolamento das regras de negócio do sistema numa camada, torna-se também possível facilitar a integração com outros sistemas, não só expondo funcionalidade a esses sistemas por intermédio de API's (*Application Programming Interfaces*) bem definidas, mas também eliminando as dependências que as interfaces para o utilizador possam ter relativamente às estruturas de dados, possibilitando assim a importação de informação com estruturas distintas.

Assim, a arquitectura applicacional proposta organiza-se de forma modular (conforme Figura 35) , segundo as seguintes três camadas lógicas:

- **Camada de Apresentação**, onde residirão as componentes directamente relacionadas com a interacção entre os utilizadores e a Aplicação *web-based*, bem como algumas funcionalidades de suporte essenciais (tais como a autenticação ou controlo de acessos por perfil).
- **Camada de Negócio**, onde se encontrarão mapeadas todas as componentes applicacionais e regras do “negócio”. Neste nível incluem-se componentes desenvolvidas, assim como processos de máquina de estados e funcionalidades de gestão de sistema.
- **Camada de Dados**, onde se encontrarão os repositórios de dados que irão suportar a solução.

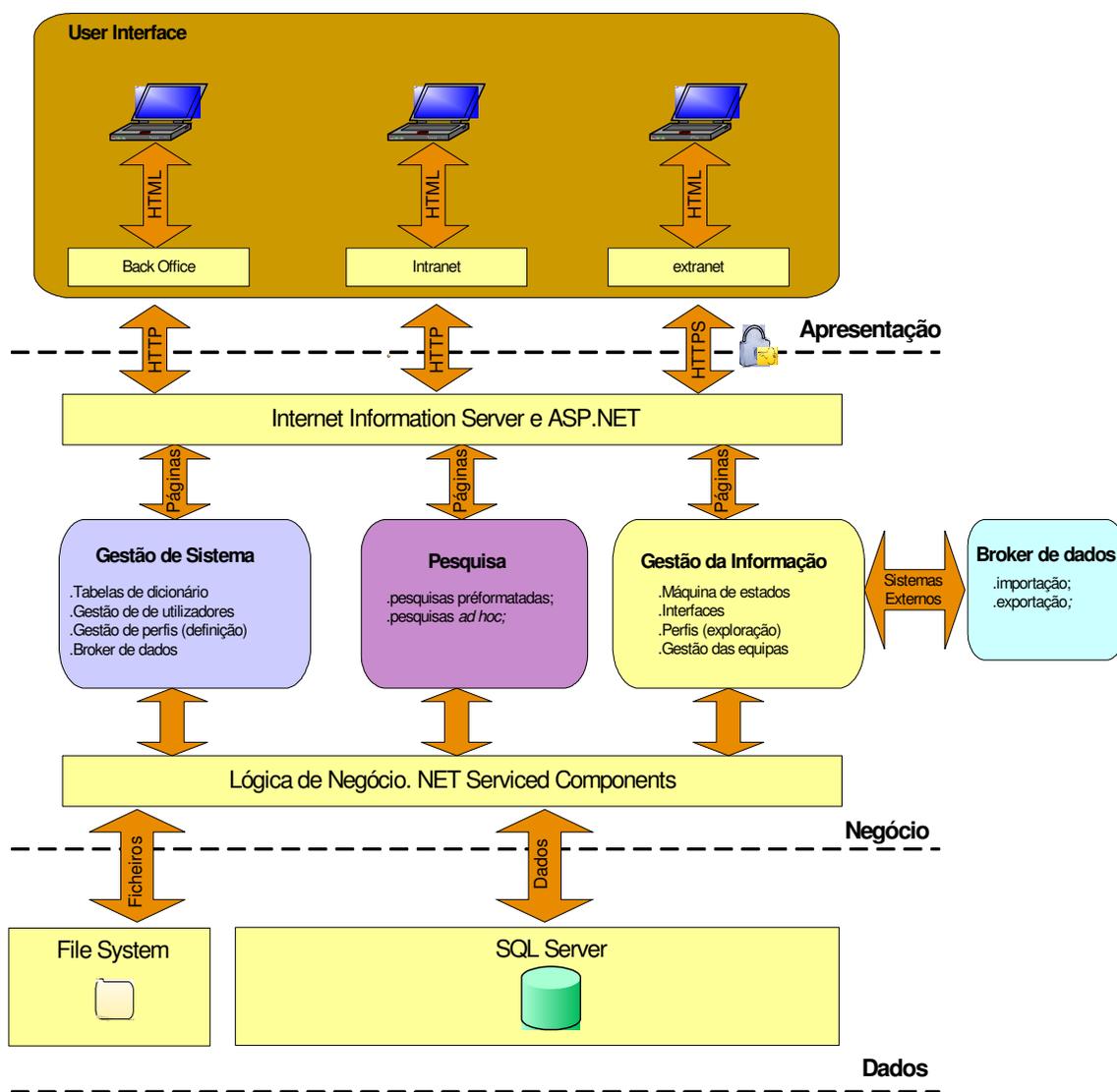


Figura 35 – Arquitectura Lógica do Sistema

Neste capítulo foi apresentada uma proposta de modelo de cadastro do sector da Restauração e Bebidas. O modelo assenta numa plataforma tecnológica que deverá ser alimentada periodicamente com dados, de modo a tornar-se dinâmica e actual. Esta proposta implica a obtenção de dados “extra” aos fornecidos directamente pela DGAE, uma vez que este sistema de informação pretende ‘ir mais além’ do que ser apenas um repositório de dados. Neste sentido, importa analisar na prática a implementação deste modelo, para tal foi definida uma área geográfica limitada para a obtenção de dados geo-referenciados e a análise dos mesmos. Na terceira parte desta dissertação apresenta-se o local escolhido para a recolha de informação, a cidade de Évora, assim como a divulgação dos dados obtidos através da realização de um inquérito aos estabelecimentos de Restauração e Bebidas dessa cidade.

Parte III – Caso Prático

A escolha da cidade de Évora para projecto-piloto do modelo de cadastro recai em algumas considerações prévias. O PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo, elegeu dez produtos considerados estratégicos para o desenvolvimento do turismo, nos próximos 10 anos, de entre os quais destacámos Gastronomia e Vinhos. Este mesmo plano, também definiu as regiões/destinos turísticos em que cada um desses produtos devem ser potenciados. O Alentejo é uma das regiões que foram definidas como de importância “Muito alta” para o produto Gastronomia e Vinhos, conforme figura 36.

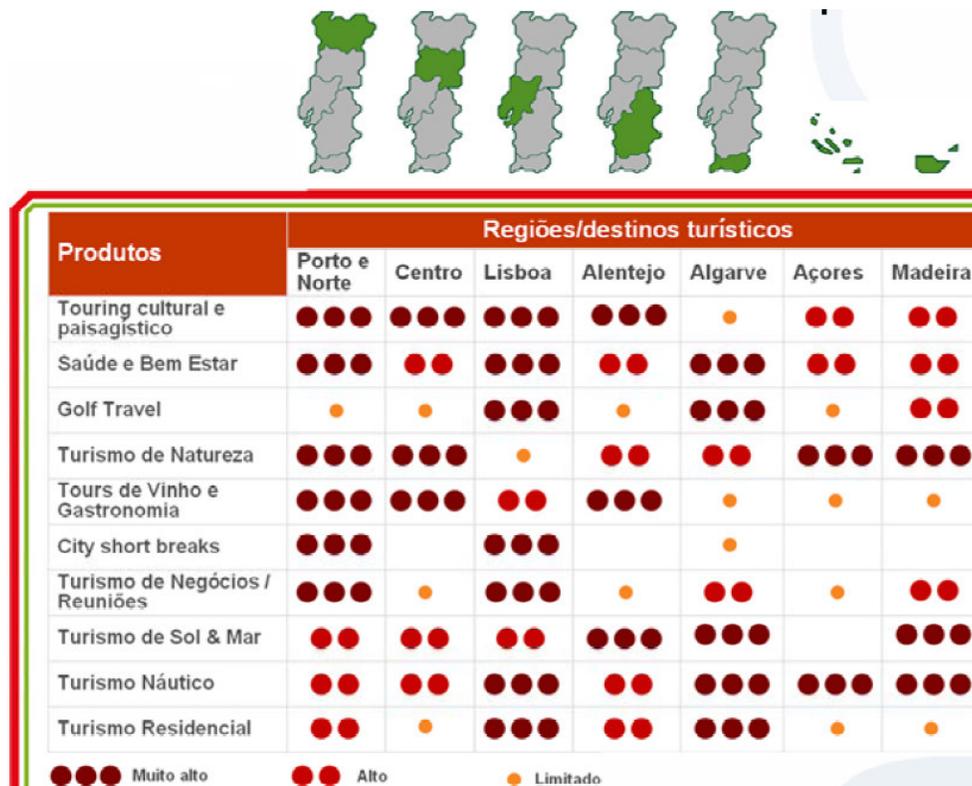


Figura 36 – Distribuição dos produtos turísticos por regiões de interesse estratégico

Fonte: Turismo de Portugal

Adicionalmente, a cidade de Évora é um pólo de atracção turística, sendo considerada Património da Humanidade. A ARESP possui uma delegação na cidade de Évora, o que permitiu uma maior integração entre as diversas entidades locais (nomeadamente a Região de Turismo de Évora) e maior facilidade na obtenção da base de dados. Dada a quantidade de estabelecimentos existentes, torna exequível a obtenção e tratamento dos dados. A região de Évora está contemplada no QREN – Quadro de Referencia Estratégico Nacional, através do plano operacional do Alentejo, possuindo deste modo um forte potencial de crescimento.

Por se considerarem estas razões como bastante importantes, elegeu-se a cidade de Évora como um bom local para iniciar-se este projecto-piloto de modelo de cadastro.

Capítulo I – A Região de Évora

1.1 Enquadramento Nacional

A população portuguesa tem vindo a aumentar durante todo o século XX. De 1920 a 1960 registou-se um crescimento contínuo da população. Mas na década de 60 observou-se uma redução da população residente, resultado da forte emigração característica desse período. De seguida verificou-se novamente um acréscimo, fomentado também pelo retorno de alguns emigrantes, mas sobretudo pela existência de melhores condições sociais e sanitárias.

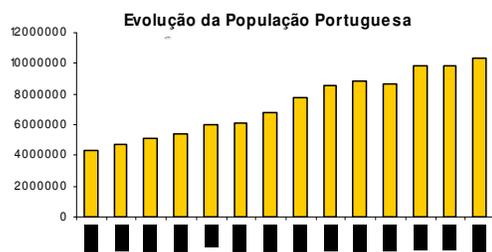


Figura 38 – Evolução da População Portuguesa

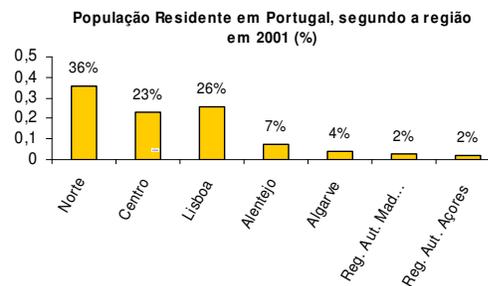


Figura 37 – População residente em Portugal por regiões em 2001

Assim, a população tem vindo a crescer desde 1981 mas não de uma forma acentuada, sendo que entre 1981 e 1991 o crescimento é muito pouco significativo (conforme Figura 38). Conforme os resultados censitários de 2001, o número de residentes em Portugal nesse ano era de 10356117 indivíduos, dos quais 5.000.141 homens e 5.355.976 mulheres. A repartição regional desses indivíduos indica que os mesmos se concentram no Norte, Centro e Lisboa (conforme Figura 37), acumulando estas três regiões 85 % do total da população.⁸

1.2 Évora

Évora, sub-região estatística NUTIV, parte da Região Alentejo Centro, corresponde às freguesias de Nossa Senhora da Boa Fé, Nossa Senhora da Graça do Divor, Nossa Senhora de Machede, Nossa Senhora da Torega, Évora (Santo Antão), São Bento do Mato, Évora (São Mamede), São Manços, São Miguel de Machede, Évora (São Pedro), São Vicente do Pigeiro, Évora (Sé), Torre de Coelheiros, São Sebastião da Giesteira, Canaviais, Nossa Senhora de Guadalupe, Bacelo, Horta das Figueiras, Malagueira, Sé e São Pedro e Senhora da Saúde.



A região abrange, num espaço geográfico de 1309,06 km² (cerca de 1,42% do território nacional), uma população de apenas 56.519 residentes (INE, 2001) (cerca de 0,54% da população nacional). O concelho de Évora faz fronteira a Norte com os concelhos sede Arraiolos e Estremoz, a Oeste com o concelho de Montemor-o-Novo, com o de Viana do Alentejo e a Este com Reguengos de Monsaraz e Redondo. Este concelho encontra-se numa posição geográfica privilegiada, na medida em que é atravessada por dois grandes eixos viários principais, Lisboa/Madrid e Norte/Sul, pelo interior do país.

⁸ Teresa Rodrigues, "Os factores de mudança no Portugal das regiões (séculos XIX a XX)", in *Revista População e Sociedade*, n.º7, Porto, 2001, pp.173-193.; Teresa Rodrigues, "As grandes linhas de evolução da população portuguesa no século XX", in *Seminário Censos 2001*, Lisboa, INE, 2001, pp.26-35.

Freguesias do concelho de Évora:

- Nossa Senhora da Boa Fé
- Nossa Senhora da Graça do Divor
- Nossa Senhora de Machede
- Nossa Senhora da Torega
- Évora (Santo Antão)
- São Bento do Mato
- Évora (São Mamede)
- São Manços
- São Miguel de Machede
- Évora (São Pedro)
- São Vicente do Pigeiro
- Évora (Sé)
- Torre de Coelheiros
- São Sebastião da Giesteira
- Canaviais
- Nossa Senhora de Guadalupe
- Bacelo
- Horta das Figueiras
- Malagueira
- Sé e São Pedro
- Senhora da Saúde

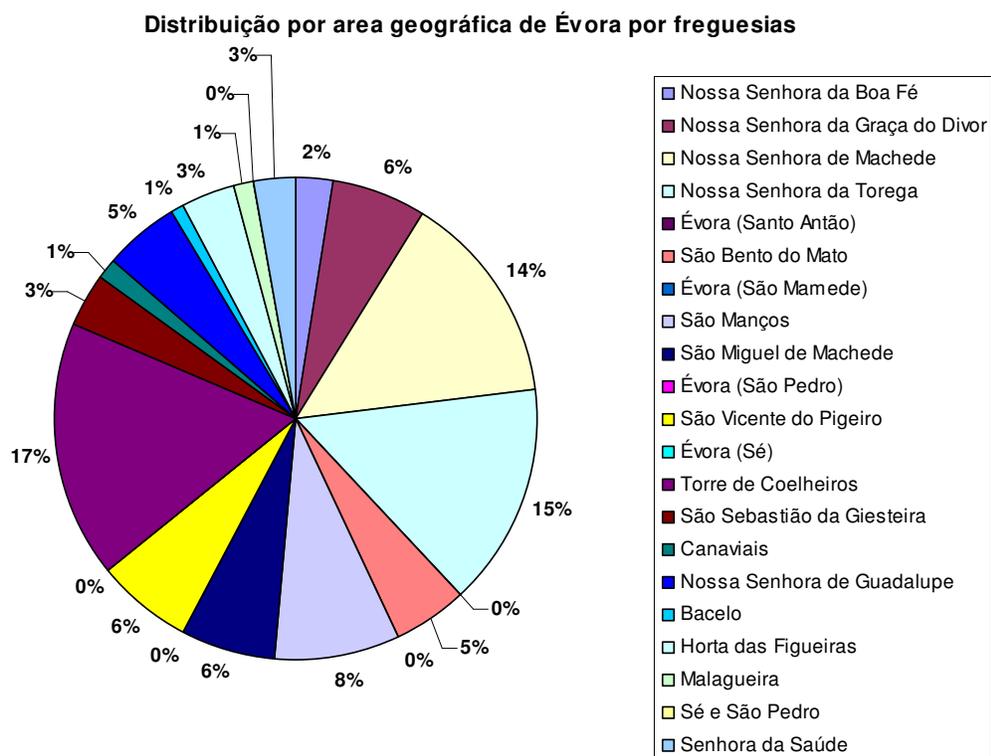


Figura 39 – Distribuição por área geográfica de Évora por freguesias

As maiores áreas geográficas concentram-se nas freguesias de Torre de Coelheiros (17%), Nossa Senhora da Torega (15%), Nossa Senhora de Machede (14%) e São Mansos (8%).

Estas quatro freguesias representam cerca de 54% da área geográfica da região. As freguesias com menor área são Évora (Santo Antão), Évora (São Mamede), Évora (São Pedro) e Évora (Sé), conforme se verifica pela leitura da figura 39.

1.2.1 Vias de Comunicação

As comunicações rodoviárias, reforçando o nível das acessibilidades, são feitas preferencialmente através dos seguintes troços: A6-IP7, A2 (que faz a ligação à A6), e por diversos itinerários complementares. De salientar ainda a ligação IP2 mais perto da fronteira com Espanha. Em resultado da sua vantajosa localização geográfica, com posicionamento estratégico no corredor ibérico Lisboa-Madrid e nos corredores nacionais Lisboa-Algarve e Centro-Algarve, o Alentejo dispõe actualmente de uma razoável cobertura pela rede rodoviária, estando algumas das vias integradas em redes transeuropeias. Neste caso, sobressaem as auto-estradas A6 (IP7 entre Lisboa – Évora – Elvas – Espanha), A2 (auto-estrada do Sul entre Lisboa e o Algarve) e a ligação ferroviária Linha do Sul (da Área Metropolitana de Lisboa ao Algarve) e A13 (ligação entre Santarém e Marateca, funcionando como via de articulação entre o Centro e o Sul do país). Podemos visualizar alguns destes elementos na Figura 40..

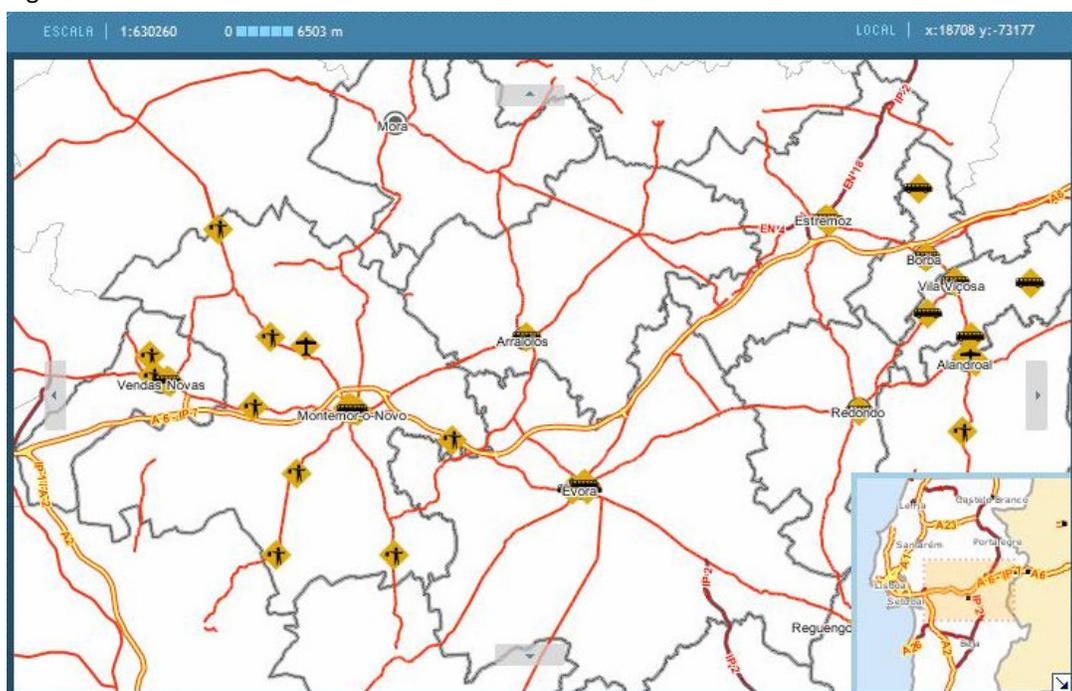


Figura 40 – Ligações viárias, ferroviárias e aeroportuárias

1.2.2 Saneamento básico: água e esgotos, tratamento de lixo

A Câmara Municipal de Évora dispõe de um conjunto de equipamentos que são indispensáveis para que a limpeza e respectiva manutenção se processe de uma maneira correcta e eficaz. No Centro Histórico de Évora, a recolha de lixo é efectuada de Segunda-feira a Sábado, a partir das 19 horas, com 2 circuitos de recolha. O lixo é colocado na via pública, porta a porta, em sacos de plástico ou em contentores normalizados. Nas áreas extramuros e nas Freguesias Rurais, a recolha de lixo é efectuada de Segunda a Sábado, em horário diurno ou nocturno consoante as zonas da cidade, sendo o lixo colocado em contentores colectivos. Em médias são recolhidas



por dia cerca 80000 kg de lixo representando portanto que cada habitante produz em média, 1.4 kg de lixo por dia.

Actualmente existem cerca de 110 vidrões e contentores para recolha de vidro. Os vidrões, como são designados, estão distribuídos por toda a Cidade sendo recolhidas anualmente mais de 209 toneladas de vidro.



A partir de 1995, a Câmara iniciou a recolha selectiva de papel para reciclagem existindo actualmente cerca de 75 papelões onde os munícipes podem colocar papéis velhos. Em 1998, foram recolhidas 88 toneladas de papel usado. A CME possui um centro de recolha, triagem e expedição para o vidro e papel/papelão localizado junto ao Aterro Sanitário de Évora capaz de processar todo o material recolhido dos locais de deposição para recolhas selectivas. Para além destes materiais, a Câmara procede ainda à recolha de óleos lubrificantes usados, colaborando também na prevenção contra a SIDA e Hepatite B efectuando a recolha de contentores de seringas usadas existentes em todas as farmácias do Concelho que posteriormente serão incineradas.

1.2.3 Caracterização Económica

O ramo de actividade que ocupa cerca de metade da população do concelho de Évora é o dos serviços, nomeadamente a administração e demais serviços públicos, incluindo a educação e a saúde. A agricultura continua a ser uma actividade importante no concelho, ao nível da criação de riqueza, apesar de ser hoje um sector com reduzida ocupação de mão-de-obra, devido à forte mecanização e modernização registada nas últimas décadas, conforme se reproduz no Quadro 17.

O turismo é outro sector onde o Évora dispõe de grandes oportunidades. A paisagem, o ambiente, o património histórico e a cultura são elementos que poderão suportar um nicho turístico de elevada qualidade.

| Actividades Económicas | Estrutura de Emprego |
|---|-----------------------------|
| Indústrias transformadoras | 33,78% |
| Comércio por grosso e a retalho | 28,74% |
| Construção | 13,74% |
| Alojamento e Restauração | 7,16% |
| Activ. imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas | 5,10% |
| Administração pública | 5,00% |
| Agricultura e pesca | 3,98% |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 1,79% |
| Actividades financeiras | 0,61% |
| Indústrias extractivas | 0,10% |
| Produção e distribuição de electricidade, gás e água | 0,00% |

Quadro 17 – Actividades mais empregadoras (%), Évora, 2002.
Fonte: INE, Censos, 2001

A região de Évora tem uma estrutura de emprego distribuída entre o sector terciário (com destaque para as actividades ligadas ao Comércio por grosso e a retalho), a indústria (com destaque para as Indústrias Transformadoras), as Indústrias extractivas, actividades financeiras e produção e distribuição de electricidade, gás e água, aqui têm uma expressão pouco significativa.

1.2.4 Evolução da População da Região Évora em 1991 e 2001

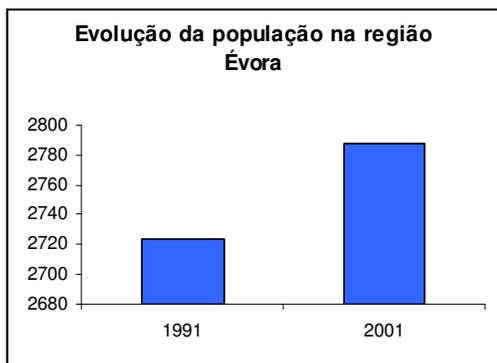


Figura 41 – Evolução da população em Évora
Fonte: INE

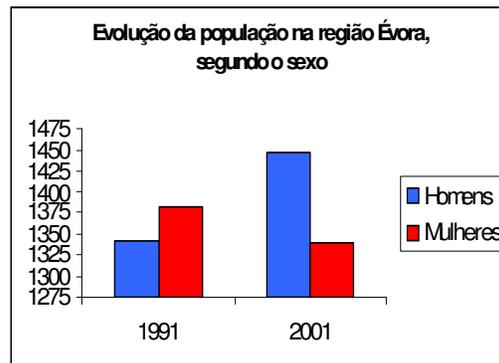


Figura 42 – Evolução da população, segundo o sexo, em Évora
Fonte: INE

De 1991 a 2001, registou-se um pequeno aumento da população, sendo este no entanto muito baixo, conforme Figura 41. Fazendo a distribuição da população segundo o sexo, constatou-se uma inversão, ou seja, em 1991 o número de mulheres era superior ao número de homens, enquanto em 2001 o número de homens era superior ao número de mulheres, como se verifica pela observação da figura 42.

Seguidamente, apresenta-se um breve resumo da evolução da população residente em cada freguesia na Figura 43.

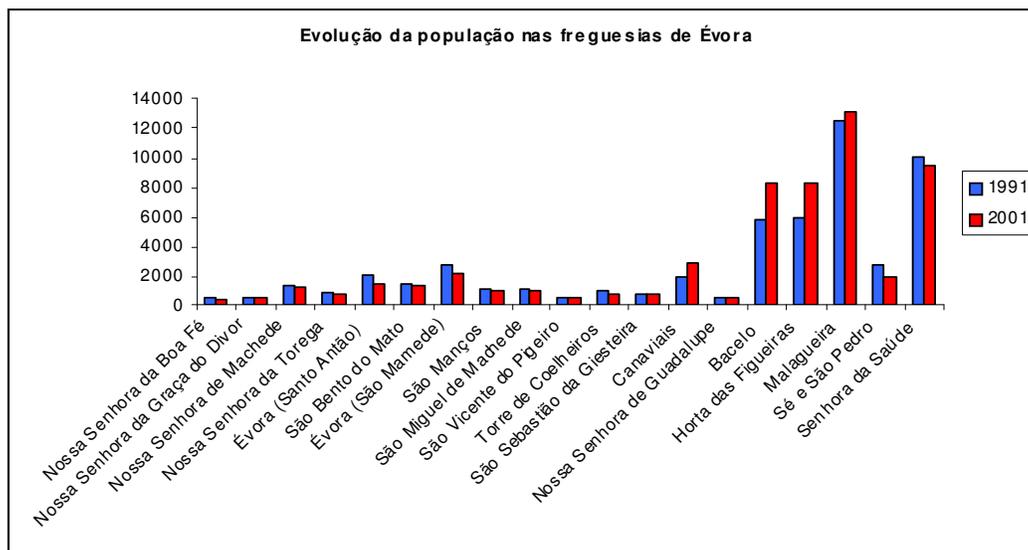


Figura 43 – Evolução da população nas freguesias de Évora
Fonte: INE

De sublinhar que as freguesias com menor expressão em termos populacionais mantiveram o número total de população ou em alguns casos sofreram uma diminuição. São estes Nossa Senhora da Boa Fé, Évora (Santo Antão), Évora (São Mamede), Torre de Coelheiros, Nossa Senhora de Machede, entre outros. Nas restantes freguesias (com maior

expressão populacional) assistiu-se ao inverso, ocorreu um aumento da população total de 1991 para 2001, sendo a de Bacelo a que registou o maior aumento.

A figura 44 representa a distribuição da população por freguesia, no ano de 2001.

As principais concentrações demográficas estão localizadas na freguesia de Malagueira (23%) e na freguesia de Nossa Senhora da Saúde (17%), que, no total, representam cerca de 40% da população residente na região Évora. As freguesias com menor número de habitantes são Nossa Senhora da Boa Fé (3,9%), São Vicente de Pigeiro (4,63%) e Nossa Senhora da Graça do Divor (5,02%).

A densidade populacional da região de Évora em 2001 foi mais baixa do que a média de Portugal, mas superior à verificada na zona do Alentejo. Aliás esta zona é atípica face ao resto do país, pois apresenta baixos valores de densidade populacional, facilmente compreensível pelo vasto território que ocupa, mas com pouca população residente. As freguesias que se destacam largamente são Évora (Santo Antão), Évora (São Mamede) e Sé e São Pedro, com grandes concentrações populacionais em pouco espaço físico, e de valores comparáveis à cidade de Lisboa, como se verifica pela leitura da Figura 44.

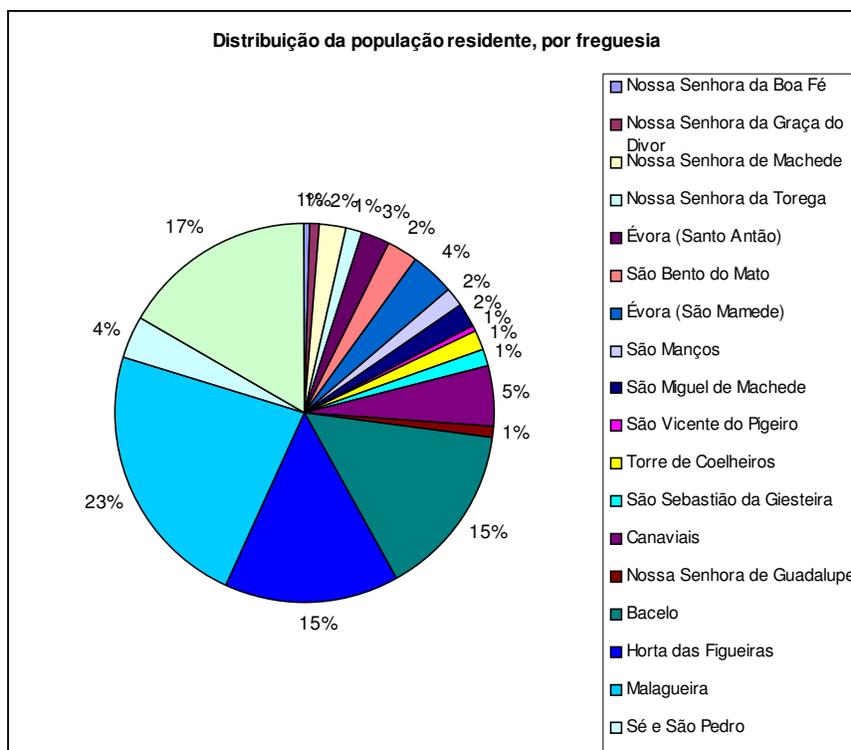


Figura 44 – Distribuição da população, por freguesias
Fonte: INE

1.2.5 Análise dos Aspectos Globais da População

1.2.5.1 Ritmos de Crescimento

Quando se dispõe de diversas informações acerca do volume de uma população ao longo do tempo, convém proceder ao cálculo do ritmo de crescimento, conforme poderá consultar no quadro anexo 14.

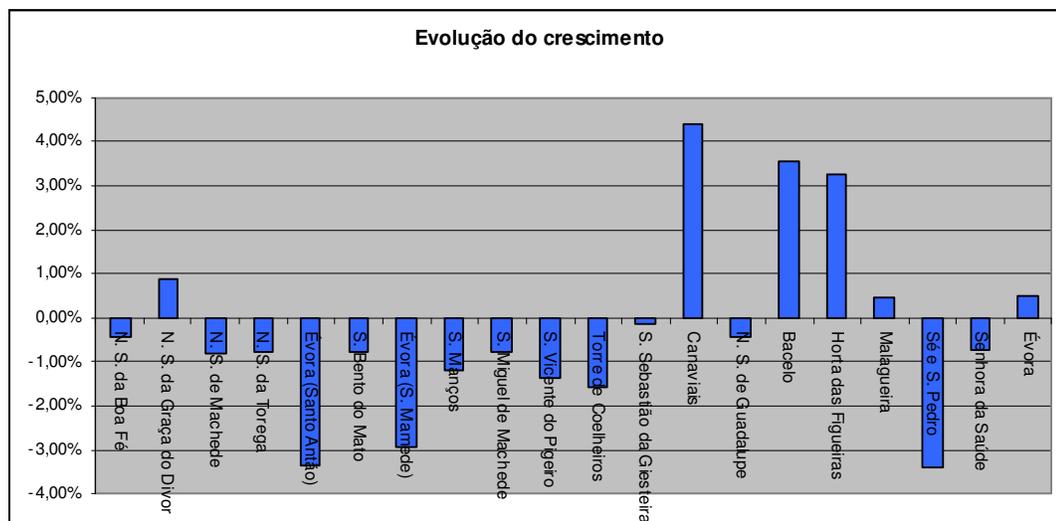


Figura 45 – Evolução do Crescimento
Fonte: INE

Em 1991 residiam na região de Évora 53.754 indivíduos, total que em 2001 subira para 56.519. Nesse período, por cada ano e por cada 100 pessoas, a população aumentou cerca de 0,51%, valor idêntico à média nacional, estimada em 0,49%, que é no entanto relativamente baixo. Em relação às freguesias da região, observa-se que 14 delas apresentam valores de crescimento negativo, sendo Évora (Santo Antão) aquela que apresenta o menor crescimento. Apenas 6 freguesias apresentam um crescimento positivo, sendo em Canaviais o maior crescimento. Em relação às freguesias da região, é importante destacar: Nossa Senhora da Graça do Divor, com um crescimento de 0,87%; Bacelo, com 3,55%; Horta das Figueiras, com 3,27%; Malagueira, com 0,45% e Canaviais, com um crescimento de 4,40%. As restantes apresentam ritmos de crescimento negativo., conforme se pode observar na Figura 45.

Para se ter uma visão mais rápida das estruturas da população da região em estudo, pode compactar-se a informação segundo determinados critérios, sendo o mais importante a idade. Deste modo, a população total residente foi dividida em três grandes grupos: 0-14 anos; 15-64 anos e ainda dos 65 e mais anos, tendo no nosso caso obtido os seguintes resultados para os anos de 1991 e 2001:

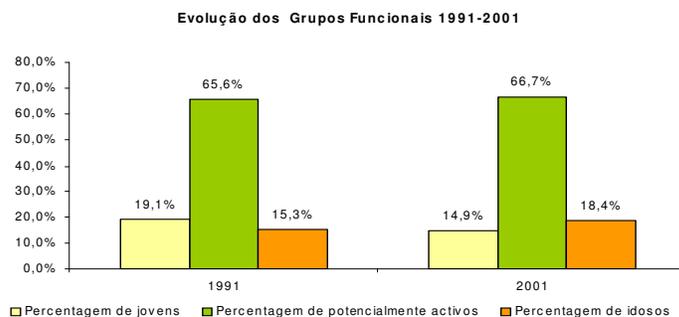


Figura 46 – Evolução dos Grupos Funcionais – 1991-2001
Fonte: INE

Através da visualização gráfica, na Figura 46, observa-se que a percentagem de jovens tem vindo a diminuir de forma algo acentuada desde 1991 (envelhecimento na base). Em contrapartida a percentagem de população idosa tem vindo a aumentar a partir desse ano (envelhecimento no topo). Este aumento do peso dos idosos e a redução do número de jovens deu origem a que o peso da estrutura populacional dos idosos tivesse um valor superior à dos jovens no ano de 2001, o que não se verificava em 1991. Em ambos os anos, a categoria dos

potencialmente activos é aquela que apresenta a percentagem mais elevada, sendo de referir que esta tem vindo a aumentar desde 1991.

Uma vez decomposta a estrutura demográfica da região em grupos funcionais, procede-se à manipulação dos dados, no sentido de os transformar em indicadores que resumam a abundância de informação existente na repartição por sexos e idades. Passa-se assim aos índices-resumo, sintetizados no Quadro 18.

| Índices Resumo | 1991 | 2001 |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| Índice de juventude | 124,6% | 80,9% |
| Índice de envelhecimento | 80,3% | 123,6% |
| Índice de dependência de idosos | 23,4% | 27,6% |
| Índice de dependência de jovens | 29,1% | 22,3% |
| Índice de dependência total | 52,5% | 50,0% |
| Índice de longevidade | 38,1% | 42,8% |
| Índice de maternidade | 10,7% | 9,9% |
| Índice de tendência | 82,7% | 103,3% |
| Índice de potencialidade | 109,5% | 103,6% |

Quadro 18 – Índices Resumo, Évora, 1991 e 2001.

Fonte: INE, Censos 1991, 2001.

Em 2001, na região Évora, por cada 100 pessoas com 65 ou mais anos existem 81 jovens, enquanto em 1991 existiam 126. Numa lógica inversa, temos o Índice de Envelhecimento. Em 2001, por cada 100 jovens, existiam 124 idosos, enquanto em 1991 existiam 80, respectivamente. Confirma-se que o envelhecimento da população se acentuou entre 1991 e 2001, conforme Figura 47.

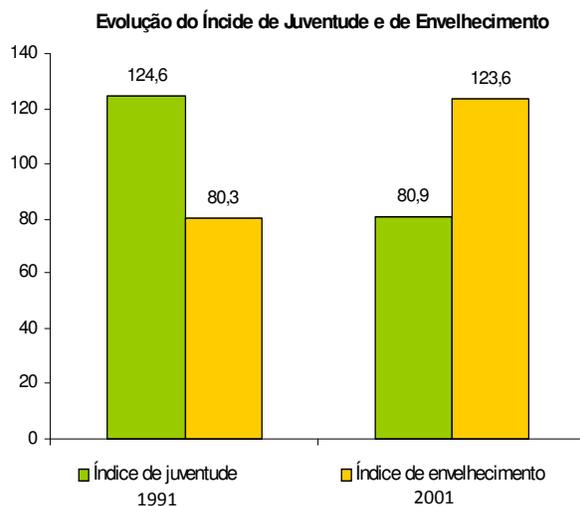


Figura 47 – Evolução do índice de Juventude e de Envelhecimento, 1991, 2001

Fonte: INE

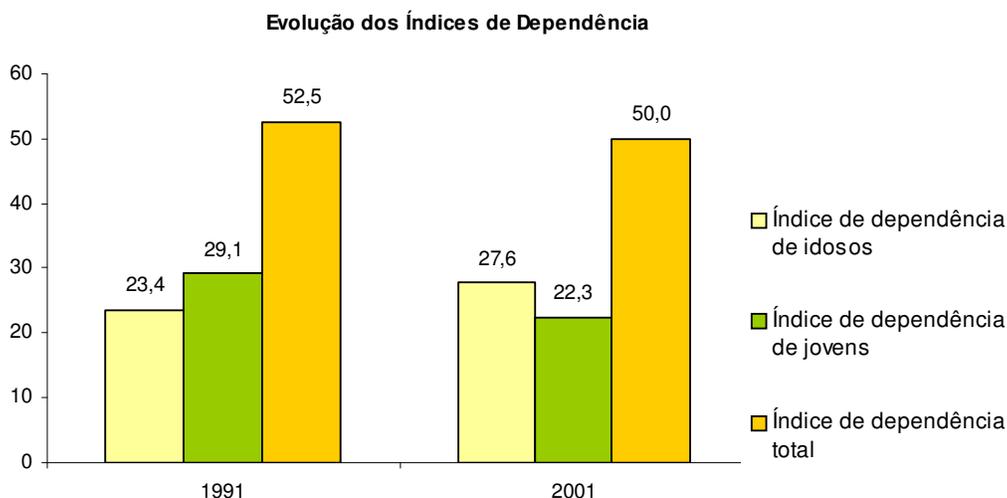


Figura 48 – Evolução dos índices de dependência

Fonte: INE

Está claro envelhecimento das estruturas da população residente é patente noutros índices. Em 1991, por cada 100 potencialmente activos existiam 29 jovens, reduzindo-se este número para 22 em 2001. Não se verifica esta redução no peso dos idosos sobre a população activa, visto que por cada 100 potencialmente activos em 1991 existiam 23 idosos e em 2001 existiam 28. Avaliando o peso conjunto dos jovens e dos idosos na população potencialmente activa, por cada 100 potencialmente activos existem 50 jovens e idosos em 2001, sendo que em 1991 existiam 53, conforme se verifica pela leitura da Figura 48.

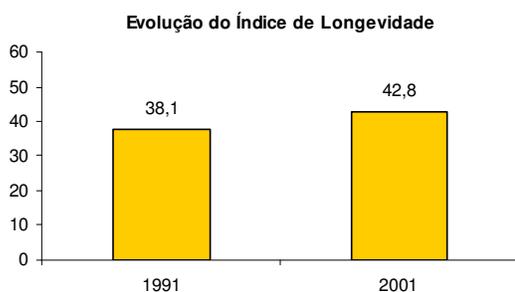


Figura 49 – Evolução do Índice de Longevidade

Fonte: INE

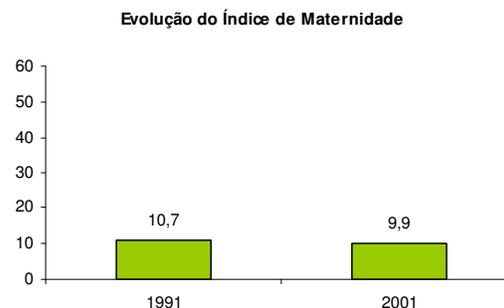


Figura 50 – Evolução do Índice de Maternidade

Fonte: INE

O índice de longevidade compara o peso dos idosos mais jovens com o peso dos idosos menos jovens. Este é também um bom indicador para conhecer o envelhecimento demográfico da população. Como se observa pelo gráfico, o índice de longevidade tem vindo a aumentar desde 1991. Isto deve-se essencialmente à melhoria das condições de vida da população quer em termos sanitários quer ao nível dos cuidados médicos, como se observa na Figura 49.

O índice de maternidade é um indicador que relaciona a população que ainda não atingiu os 5 anos de idade com a população feminina em período fértil. Este indicador funciona como um indicador da evolução da fecundidade. Observando o gráfico da evolução do índice de maternidade 1991-2001, verifica-se que este índice tem vindo a decair, como se verifica na Figura 50.

Ainda relativamente à caracterização dos aspectos globais da população, torna-se fundamental fazer referência às Relações de Masculinidade. Em primeiro lugar, nascem mais rapazes que raparigas, originando que a base da pirâmide seja maior no lado masculino. Por outro lado, a mortalidade é mais precoce nos homens do que nas mulheres, o que o faz com que, à medida que se avança nas idades, o número de homens diminua relativamente ao número de mulheres (Nazareth, 2004). Este é o modelo natural, mas que muitas vezes é alterado por diversas razões entre as quais se encontram os movimentos migratórios. As relações de masculinidade mostram como os efectivos existentes num determinado grupo de idades são partilhados entre o sexo masculino e feminino.

Evolução da Relações de Masculinidade 1991 - 2001

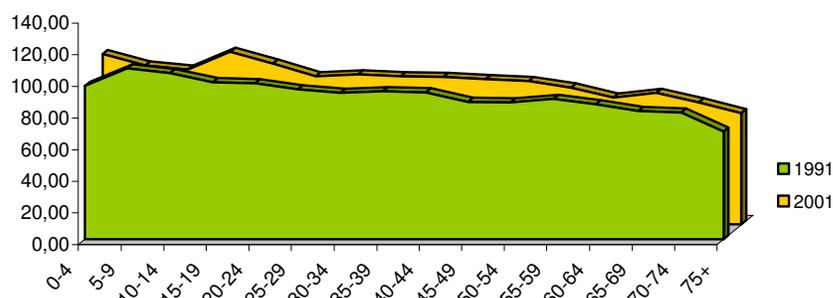


Figura 51 – Evolução da Relação de Masculinidade

Fonte: INE

Observando as relações de masculinidade, verifica-se que na região Évora estas seguem o modelo natural. Começam com valores superiores a 100, existindo no entanto uma tendência para o declínio dos efectivos masculinos relativamente aos efectivos femininos, devida à sobremortalidade masculina. Em 1991 verifica-se no grupo de idades 15-19 anos uma transição, passando a existir mais mulheres do que homens, o que se deve ao efeito da mortalidade masculina. Em 2001, este efeito acontece na classe de idades seguinte (25-29 anos), revelando uma diminuição da mortalidade masculina. A mortalidade masculina ainda é, comparativamente, muito superior à mortalidade feminina, mas tende a aproximar-se da feminina devido ao aumento da esperança de vida nos efectivos masculinos, conforme se pode observar pela leitura da figura 51.

De modo completar esta análise, sugere-se a análise das pirâmides de idades para a região de Évora em 1991 e 2001.

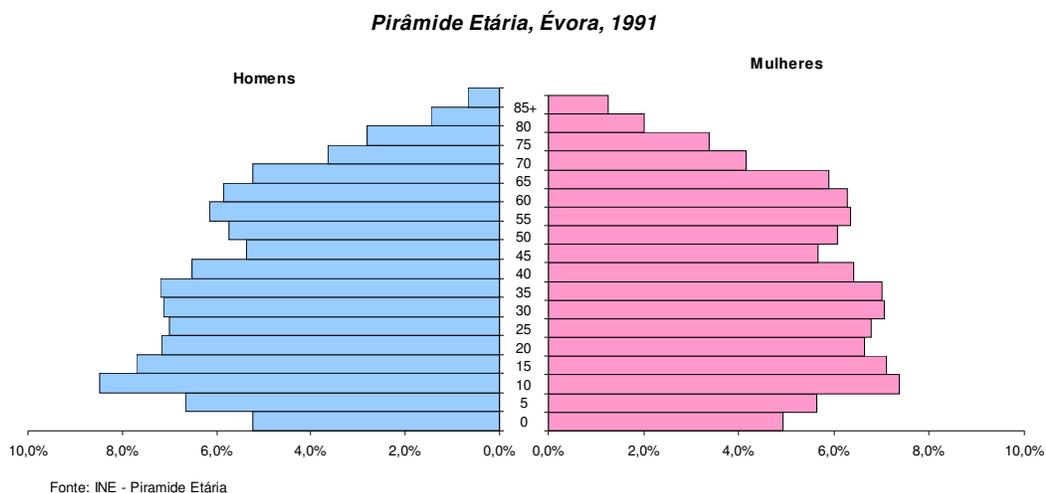


Figura 52 – Pirâmide Etária, Évora, 1991

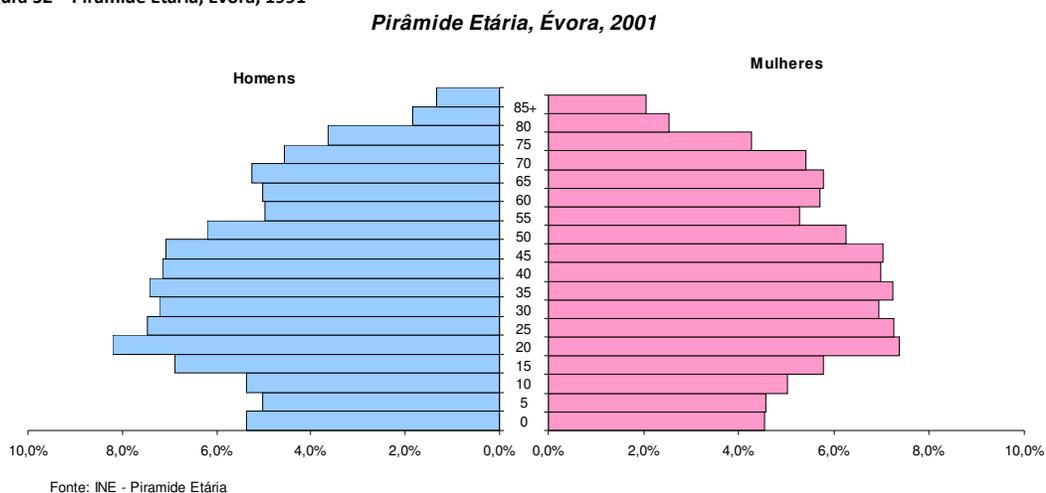


Figura 53 – Pirâmide Etária, Évora, 2001

A observação das Figuras 52 e 53 comprova que a população da região sofre de um duplo envelhecimento demográfico, que se acentuado durante os anos 90. Traduz-se no aumento da proporção da população idosa (envelhecimento no topo) e na diminuição da proporção da população jovem (envelhecimento na base). Para o primeiro grupo de idades (0-4 anos) verifica-se um pequeno decréscimo de 5,07% para 4,93%.

É de notar o efeito das relações de masculinidade, que demonstram a superioridade masculina nos primeiros grupos de idades e a sua inferioridade nos grupos de idades mais avançadas.

1.2.6 Qualidade dos Dados

Depois de analisados os aspectos globais da População, apresenta-se agora a questão da qualidade dos dados. Para isso recorre-se a uma medida elementar de qualidade dos dados.

A RMN (Relação de Masculinidade dos Nascimentos) é um indicador da qualidade das

estatísticas de estado civil, e é dado por:

$$R.M.N. = \left(\frac{NascimentosMasculinos}{NascimentosFemininos} \right) \times 100$$

Com o
$$I.C. = \left(0,512 \pm \sqrt{\frac{0,512 \times 0,488}{n}} \right)$$
, onde n é o total de nascimentos.

| Anos | RM | Limite Inferior | Limite Superior |
|-------------|-----------|------------------------|------------------------|
| 1991 | 86,34 | 89,40 | 123,21 |
| 2001 | 112,65 | 88,59 | 124,34 |

Quadro 19 – Relações de Masculinidade dos Nascimentos, Évora, 1991 e 2001.

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 1991 e 2001.

Apenas o RMN. de 2001 está dentro do intervalo de confiança, o que significa, em princípio, que se pode admitir uma boa qualidade no registo dos nascimentos. No entanto os valores para 1991 não se encontram dentro deste IC, pelo que levanta algumas dúvidas quanto à sua qualidade, conforme se pode verificar pela leitura do Quadro 19.

1.2.6.1 Análise da Mortalidade

Para analisar a mortalidade, foi necessário ajustar a população residente a 31/12/2000, por grupos etários. Apresenta-se o Quadro 20 com a população residente ajustada.

| Idades | HM | H | M |
|---------------|--------------|--------------|--------------|
| Total | 56528 | 27016 | 29512 |
| 0-4 | 2788 | 1448 | 1340 |
| 5-9 | 2700 | 1356 | 1344 |
| 10-14 | 2934 | 1453 | 1481 |
| 15-19 | 3569 | 1863 | 1705 |
| 20-24 | 4391 | 2214 | 2176 |
| 25-29 | 4160 | 2015 | 2144 |
| 30-34 | 3997 | 1946 | 2050 |
| 35-39 | 4142 | 2007 | 2134 |
| 40-44 | 3989 | 1927 | 2061 |
| 45-49 | 3983 | 1910 | 2072 |
| 50-54 | 3519 | 1675 | 1843 |
| 55-59 | 2903 | 1347 | 1556 |
| 60-64 | 3039 | 1354 | 1685 |
| 65-69 | 3123 | 1419 | 1704 |
| 70-74 | 2833 | 1234 | 1599 |
| 75+ | 4458 | 1844 | 2613 |

Quadro 20 – Óbitos e População ajustada, Évora 2000/01.

Fonte: INE: Estatísticas Demográficas 2000 e 2001. Censos 2001 (Pop. Ajustada).

Numa primeira análise calculou-se as TBM (Taxas Brutas de Mortalidade):

TBM.1990/91 = 10,81 por mil

TBM.2000/01 = 10,50 por mil

De 1990/91 a 2000/01 verificou-se uma diminuição de cerca de 0,3% na TBM. Verificou-se ainda que a região apresenta valores superiores comparativamente a Portugal (10,1 e 10,2‰ respectivamente).

Actualmente a mortalidade infantil nas regiões mais desenvolvidas tem vindo a diminuir, pois encontra-se cada vez menos dependente dos níveis de higiene e da qualidade da assistência médica sanitária, estando cada vez mais ligada a factores de causas biológicas do que sociais, tais como os factores congénitos bem como os riscos no parto (Nazareth, 2004). A Taxa de Mortalidade Infantil é um indicador que reflecte bem as condições de vida de uma população (Nazareth, 2004). Esta taxa é definida como o quociente entre o número de óbitos com menos de um ano e os nados vivos, conforme o Quadro 21.

| <i>Anos</i> | <i>Óbitos -1 ano</i> | <i>Nados Vivos</i> | <i>TMI (Clássica)</i> |
|-------------|----------------------|--------------------|-----------------------|
| 1990 | 5 | 521 | |
| 1991 | 3 | 600 | |
| 1990/1991 | 4 | 560,5 | 7,01 |
| 2000 | 2 | 592 | |
| 2001 | 2 | 538 | |
| 2000/2001 | 2 | 565 | 2,96 |

Quadro 21 – Taxa Mortalidade Infantil, Évora, 1990 - 2000
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 1990, 1991, 2000 e 2001.

Tendo em conta a TMI (Taxa de Mortalidade Infantil, clássica) verifica-se um decréscimo na mortalidade infantil muito acentuado de 1990/91 a 2000/01, de cerca de 58%. A taxa de mortalidade infantil na região está a decrescer e esta continua inferior à de Portugal que é de 5 óbitos por mil nascimentos, para o ano de 2001.

1.2.7 Natalidade, Fecundidade

Nesta nota introdutória será necessário focar a diferença, muitas vezes esquecida, entre a natalidade e fecundidade. Por natalidade entende-se a frequência dos nascimentos que ocorrem numa determinada população, enquanto que a fecundidade é entendida como a frequência dos nascimentos que ocorrem nas mulheres em idade de procriar. No que diz respeito à natalidade tem vindo a assistir-se ao seu declínio, principalmente nos países desenvolvidos cuja transição demográfica foi concluída e as gerações já não se renovam.

No entanto, o número de nados vivos na região Évora tem vindo a aumentar embora de forma pouco significativa de 1990 até 2005, tendo passado de 521 para 577, ou seja, houve um incremento de cerca de 10% no número de nados vivos neste período, conforme se verifica pela leitura da Figura 54.

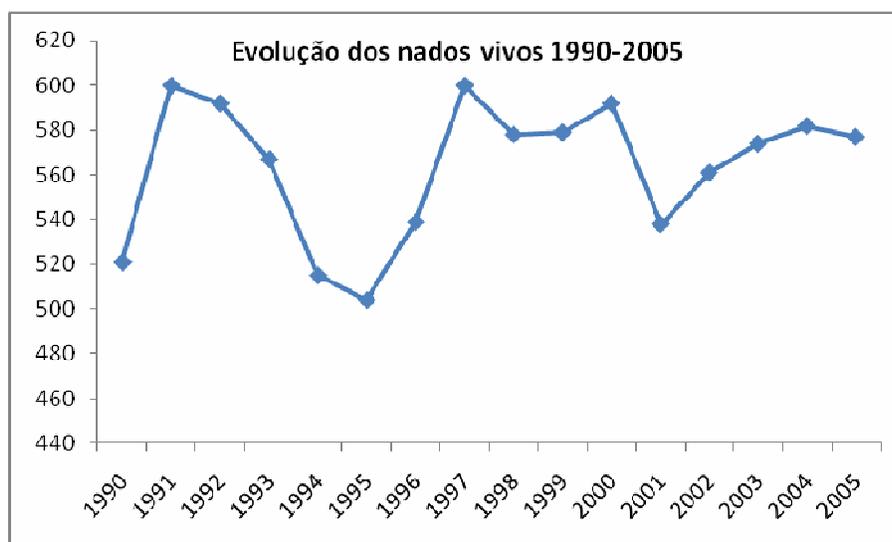


Figura 54 – Evolução dos nados vivos 1990-2005
Fonte: INE

Veja-se mais concretamente o que se passa na região Évora de 1990/91 a 2000/2001, através do Quadro 22.

| Fecundidade | 1991 | 2001 |
|--------------------|-------------|-------------|
| Nascimentos médios | 571 | 563,666667 |
| TBN | 10,6224653 | 9,973047412 |
| Pop F (15-49) | 13094 | 14342 |
| TFG | 43,60775928 | 39,30181751 |

Quadro 22 – Indicadores de natalidade e fecundidade, Évora, 1990/91 e 2000/01.

Fonte: INE

Ao analisar as Taxas Brutas de Natalidade, verifica-se um decréscimo de 6,12% no período de 1990/91 a 2000/01. Ao considerar-se a Taxa de Fecundidade Geral, pode dizer-se que o decréscimo é superior, de 9,86%. Ou seja, o modelo de fecundidade é influenciado pelo facto de os casamentos serem cada vez mais tardios e associados a uma elevada prática contraceptiva.

1.2.8 Análise dos Movimentos Migratórios

Uma vez que os dados relativos aos movimentos migratórios são muito complicados de obter, pois o seu registo e a sua declaração quer a nível interno quer a nível internacional não são obrigatórios, vai apenas aplicar-se o método da equação de concordância, e calcular as taxas de crescimento anual médio total, natural e migratório, para a região de Évora, no período 1991-2001.

Uma vez que os dados são globalmente de boa qualidade para os recenseamentos de 1991 e 2001, a Equação de Concordância permite estimar o crescimento migratório. A equação é dada por:

Crescimento entre Recenseamentos = Cr. Natural – Cr. Migratório ou $P_{x+n} - P_x = N - O + I - E$, com

- P_x = População no ano x
- P_{x+n} = População esperada no ano $x+n$
- N = Nascimentos no período x a $x+n$
- O = Óbitos no período x a $x+n$
- I = Imigrantes no período x a $x+n$
- E = Emigrantes no período x a $x+n$

No período de 1991 a 2001 registaram-se os seguintes nascimentos e óbitos, conforme se apresenta no Quadro 23.

| Ano | Nados Vivos | Óbitos |
|--------------|--------------------|---------------|
| 1991 | 600 | 567 |
| 1992 | 592 | 574 |
| 1993 | 567 | 602 |
| 1994 | 515 | 531 |
| 1995 | 504 | 526 |
| 1996 | 539 | 606 |
| 1997 | 600 | 622 |
| 1998 | 578 | 619 |
| 1999 | 579 | 628 |
| 2000 | 592 | 586 |
| 2001 | 538 | 574 |
| Total | 6204 | 6435 |

Quadro 23 – Nados Vivos e Óbitos, Évora, 1991 a 2001.
Fonte: INE: Estatísticas Demográficas entre 1991 e 2001.

P0 = População ajustada a 31/12/1990 = 53 754;
P10 = População ajustada a 31/12/2000 = 56 528;
Nascimentos (1991 a 2001) = 6204;
Óbitos (1991 a 2001) = 6435;
Saldo Natural = -231

Através da soma da população de 31/12/1990 com o saldo natural obteve-se uma população de 53 523 indivíduos, ou seja, a população esperada para 2000 sem o saldo migratório. No entanto, a população estimada a 31/12/2000 é de 56 528 indivíduos, o que implica que a diferença entre a população esperada e a população estimada a 31/12/2000 terá que ser dada pelas migrações, sendo essa diferença de 2 774 indivíduos.

As TCT, TCN e TCM (Taxas de Crescimento anual médio Total, Natural e Migratório) reflectem os resultados anteriores, conforme se sintetiza no Quadro 24.

| | |
|---------|----------|
| TCT | 0,507% |
| TCN | -0,04% |
| TCM | 0,544% |
| Tx. Var | 5,143803 |

Quadro 24 – Taxas demográficas

No decurso das últimas décadas a população da região Évora tem sido alvo de algumas transformações.

A região ganhou população na década 91-01. Este pequeno crescimento que se registou na região deveu-se fundamentalmente ao crescimento migratório positivo de 0,54%, pois o crescimento natural apresentou um valor negativo de -0,04%.

A dinâmica demográfica da região conduzirá, na ausência de movimentos migratórios, a uma diminuição da população em idade activa.

A percentagem de jovens na região tem vindo a diminuir de forma muito acentuada desde 1991 (envelhecimento na base). Em contrapartida, verificou-se que a percentagem de população idosa tem vindo a aumentar a partir do ano de 1991 (envelhecimento no topo). Este

aumento do peso dos idosos e a redução do número de jovens originou que o peso da estrutura populacional dos idosos tenha um valor superior à dos jovens no ano de 2001, o que não se verificou em 1991.

Relativamente à taxa bruta de mortalidade, a região Évora apresentou valores superiores (cerca de 0,3 acima), em todos os períodos em estudo, a Portugal.

Na taxa de mortalidade infantil verificou-se um decréscimo no período de 1990/91 a 2000/01, esse declínio foi moderado, de cerca de 19,5%. Apesar da taxa de mortalidade infantil na região estar a decrescer, esta continua superior à de Portugal que é de 5 óbitos por mil nascimentos, para o ano de 2001.

A taxa de fecundidade geral da população da região, registou um declínio bastante acentuado, passando de 41,08 em 1991 para 36,8 em 2001. A TFG da região registou valores inferiores aos observados em Portugal (41,8) e na União Europeia.

Após a realização do enquadramento sócio-demográfico da região de Évora, que caracterizou o local de aplicação do registo de estabelecimento/inquérito, apresentam-se de seguida os principais resultados.

Capítulo II – *Case Study*: A dinâmica dos estabelecimentos de Restauração na cidade de Évora – Dados e análise do inquérito

Foi realizado um inquérito (encontra-se no anexo “Dados apurados no inquérito realizado aos estabelecimentos de Restauração e Bebidas em Évora” sua reprodução) aos estabelecimentos de Restauração e Bebidas da cidade de Évora, através da Base de Dados cedida pela Região de Turismo de Évora, assim como da Base de Dados da delegação da ARESP no Alentejo. De um universo de 103 estabelecimentos, obtiveram-se 63 respostas válidas (cerca de 61%).

O inquérito foi realizado, numa primeira fase, pelo envio de um formulário por correio. Mas dado o fraco índice de respostas, optou-se por uma abordagem mais directa. Numa segunda fase, durante o mês de Agosto de 2007, nos últimos dois fins-de-semana, o inquérito foi realizado presencialmente de modo a se obter um número de respostas que fosse significativo.

A partir dos dados do Universo é possível perceber que a amostra é representativa do mesmo, mantendo a proporcionalidade dos diferentes extractos, como se pode verificar pela leitura da figura 55, que apresenta a distribuição do universo e a figura 56 que apresenta a distribuição das respostas obtidas.

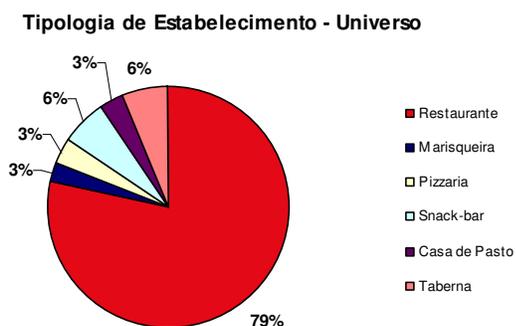


Figura 55 – Distribuição dos estabelecimentos – Universo

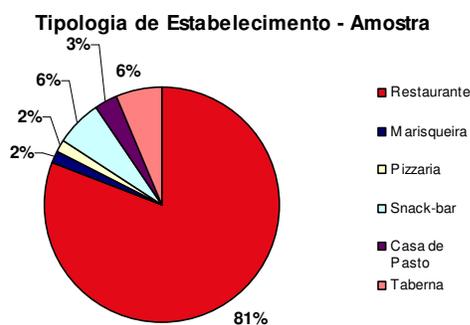


Figura 56 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com a tipologia do estabelecimento

A distribuição das respostas por tipologia de estabelecimento corresponde à apresentada na figura 56, a qual demonstra que 81% proveio de estabelecimentos de tipo Restaurante.

Dia de Encerramento Semanal

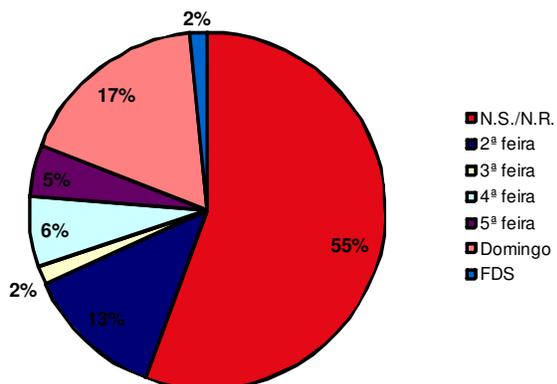


Figura 57 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo o dia de encerramento semanal

O dia semanal de descanso da maioria dos estabelecimentos é ao Domingo e à segunda-feira, embora quase todos os inquiridos tenham admitido que as folgas em alturas de maior procura podem ser diferentes ou suprimidas por completo, como é o caso do Natal, Páscoa ou durante o Verão, conforme se observa pela leitura da figura 57.

Número de lugares/estabelecimento

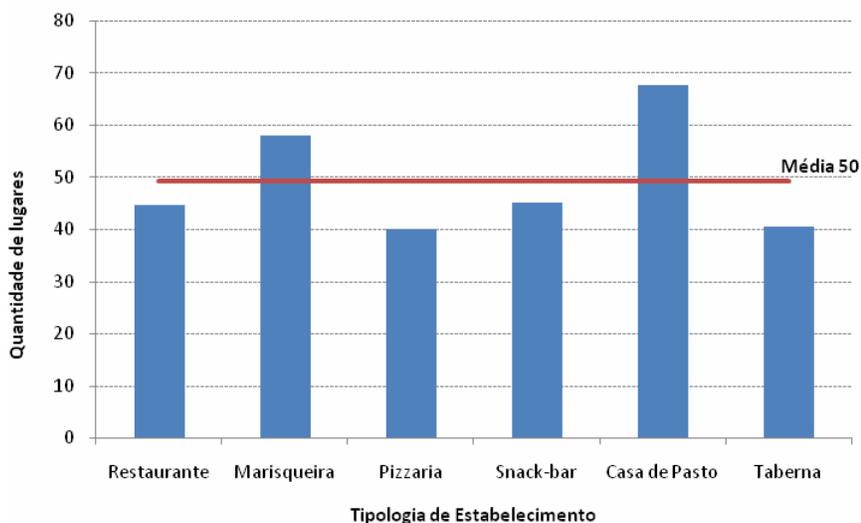


Figura 58 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com a quantidade de lugares e tipologia do estabelecimento

Em termos médios, o número total de lugares ronda os 50, sendo a tipologia Casa de Pasto que apresenta a maior lotação média (68). De destacar que a tipologia Restaurantes apresenta um total médio de lugares na ordem dos 45. De sublinhar ainda que em alguns casos, a quantidade de lugares era bastante inferior à media, com cerca de 16 lugares (nomeadamente em snack-bar e taberna), conforme se verifica pela leitura da Figura 58. A medida de dispersão relativa, desvio padrão, obtida para estes dados foi de cerca de 21, demonstrando a grande amplitude de resultados.

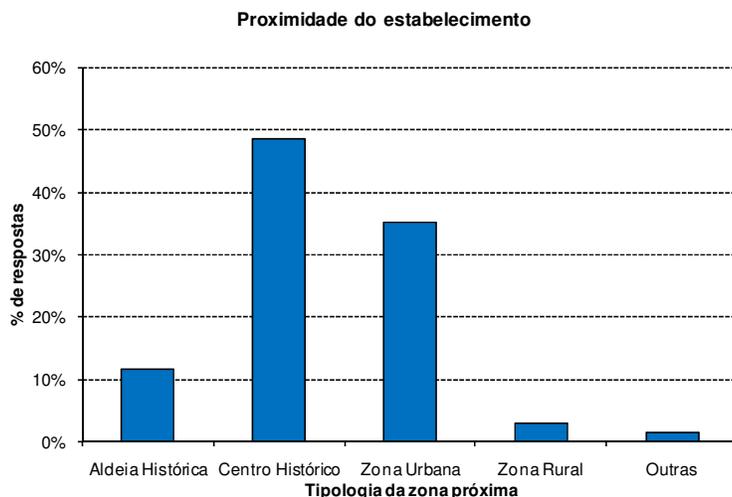


Figura 59 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com a proximidade do estabelecimento de zonas de interesse cultural

O inquérito realizado na cidade de Évora demonstrou que a maioria dos estabelecimentos estão concentrados no centro histórico da cidade e na zona urbana. Aliás este *mix* único da cidade de Évora de conjugar aspectos de uma metrópole urbana inserida numa zona histórica, trouxe algumas dificuldades de resposta a esta pergunta, uma vez que os estabelecimentos se encontram inseridos em ambas as zonas, conforme a Figura 59.

Apenas uma minoria dos estabelecimentos (cerca de 3%) não possuem instalações sanitárias para ambos os sexos, situação que apenas se verificou com os estabelecimentos de menor dimensão (até 16 lugares), sendo que, todos os outros apresentam as referidas instalações sanitárias divididas por sexos.

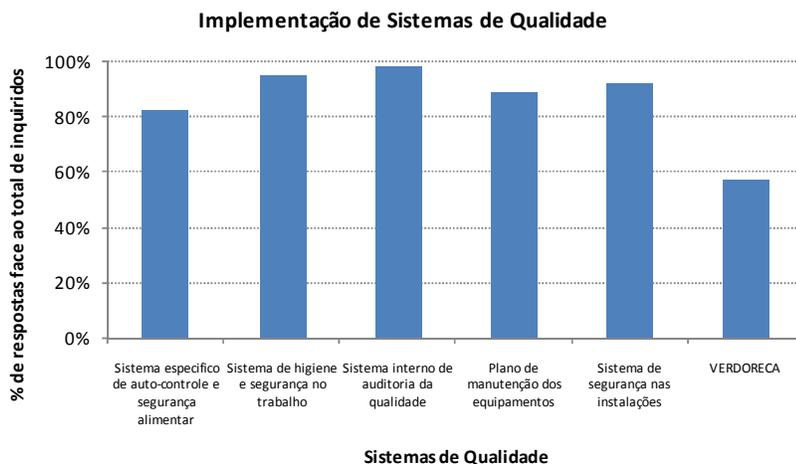


Figura 60 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com a implementação de Sistemas de Qualidade

A figura 60 apresenta-nos um importante indicador da qualidade geral dos estabelecimentos inquiridos, uma vez que mede a percentagem de implementação de alguns sistemas de qualidade face ao total de respostas. Em todos os seis casos apresentados, obtiveram-se respostas acima de 80%, apenas o caso do subsistema VERDORECA é que apresentou uma margem mais próxima dos 60%. Esta situação pode ser explicada pelo facto deste sistema de recolha de embalagens usadas (por exemplo: garrafas de plástico das águas), apesar de ser de âmbito nacional, em algumas regiões ser a recolha efectuada pela Câmara

Municipal ou por outras empresas subsidiárias. Ainda de destacar que dois sistemas são utilizados pela quase totalidade dos estabelecimentos inquiridos: Sistema de Higiene e Segurança no Trabalho e Sistema Interno de Auditoria da Qualidade, revelando a importância dada aos aspectos de qualidade e segurança nos seus estabelecimentos.

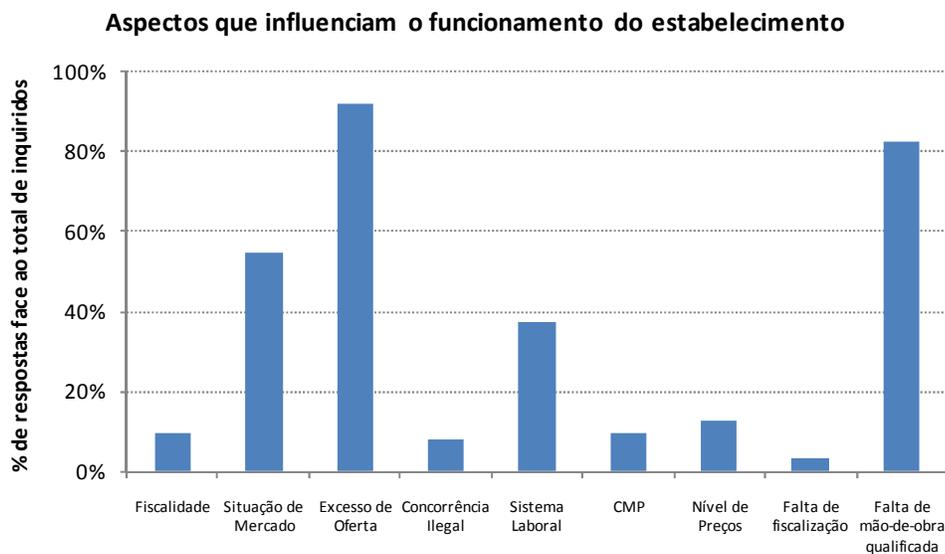


Figura 61 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com aspectos que influenciam o funcionamento de estabelecimento

A figura 61 representa a visão dos empresários sobre aspectos que influenciam o sector e o seu negócio. Do mesmo modo que o indicador anterior (Sistemas de Qualidade), também este apresenta a mesma consistência relativamente à percentagem de respostas face ao total de inquiridos. Destacam-se dois aspectos com valores acima de 80%, excesso de Oferta e Falta de mão-de-obra qualificada. Por outro lado, outros parecem pouco relevantes para os empresários inquiridos, como a Fiscalidade, Falta de Fiscalização ou os Apoios Financeiros (que não obteve uma única resposta).

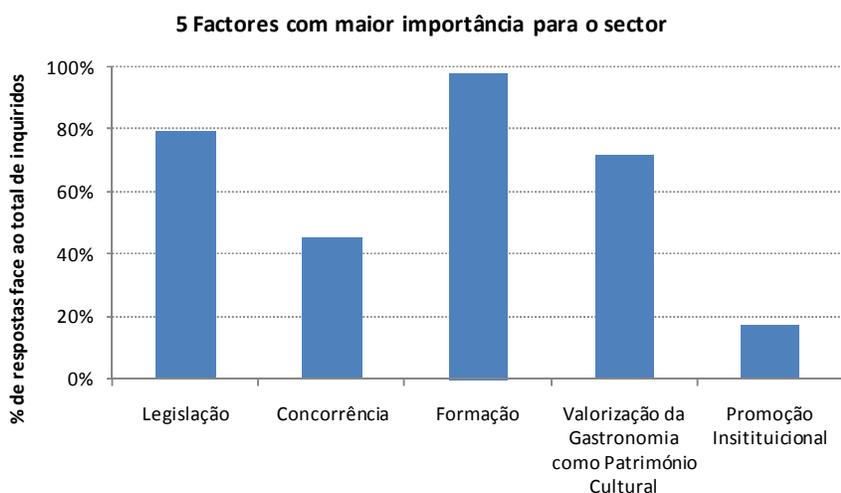


Figura 62 – Distribuição das respostas do inquérito de acordo com os aspectos mais importantes para o sector

A figura 62 reflecte a visão do empresário do sector sobre os cinco factores que considera mais importantes no dinamismo do mesmo. Um dos pontos em que a quase

totalidade dos empresários concordam é na Formação. Tendo em atenção a informação apresentada na figura 61, em que a falta de mão-de-obra qualificada surge como um dos factores determinantes para o negócio, não é de estranhar que a formação seja um ponto vital. A legislação e a falta de valorização da Gastronomia como Património Cultural, são outros aspectos que evidenciaram como importantes para o sector.

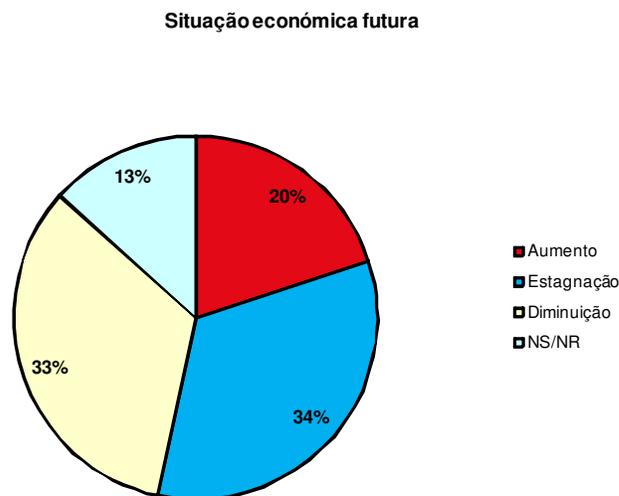


Figura 63 – Visão do empresário sobre a sua situação económica futura

A figura 63 demonstra quais as expectativas dos empresários face à sua situação económica para o ano corrente (até ao final do ano de 2007). Assim, mais de 50% dos empresários admitem que o seu negócio pode estagnar ou mesmo diminuir durante o ano de 2007. Apenas 20% dos inquiridos prevê que o seu negócio aumente até ao final do ano.

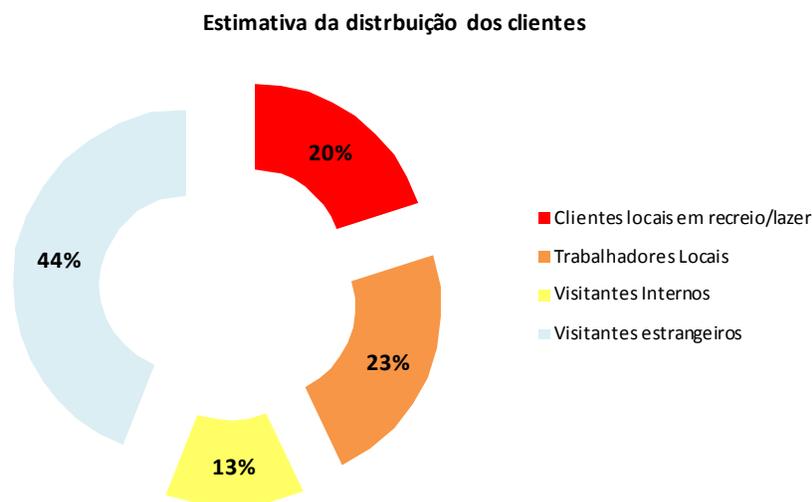


Figura 64 – Estimativa da Distribuição de Clientes

Clientes locais em recreio/lazer são os consumidores que habitam dentro do âmbito geográfico da cidade de Évora e que se deslocam ao estabelecimento em actividades de recreio/lazer. Trabalhadores locais são os consumidores que trabalham dentro do âmbito geográfico da cidade de Évora e que se deslocam ao estabelecimento dentro do seu horário laboral (por exemplo na hora de almoço). Visitantes Internos são os consumidores que não

residem no âmbito geográfico da cidade de Évora e que se deslocam ao estabelecimento para satisfazer as suas necessidades (aqui incluem-se deslocações em trabalho e/ou lazer). Por fim, Visitantes estrangeiros são aqueles que não residem em Portugal.

A figura 64 fornece uma estimativa da distribuição média dos clientes percebida pelo empresário. Neste caso específico, os dados revelam que o sector assume um papel importante na vertente turística (Visitantes internos e estrangeiros), uma vez que apresentam valores de 13% e 44% respectivamente. Esta singularidade vem confirmar o interesse na cidade de Évora na componente turística (como foi confirmado pelos inquiridos). Os restantes valores mais elevados prende-se com os trabalhadores locais, seguidamente pelos visitantes internos.

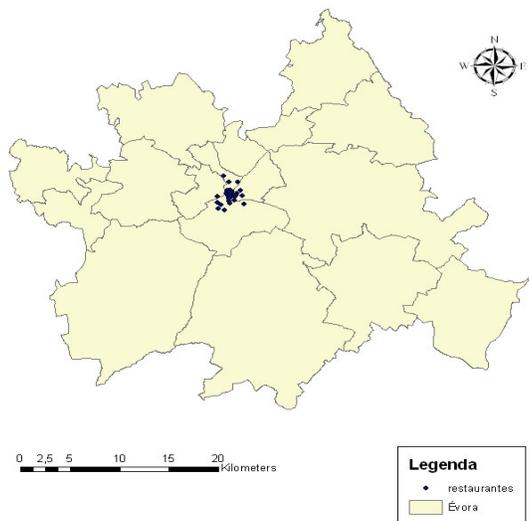


Figura 65 – Representação geográfica de alguns estabelecimentos de Restauração e Bebidas da cidade de Évora

A figura 65 constitui uma representação geográfica dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas inquiridos na cidade de Évora. A representação apresenta-nos o concelho de Évora e as divisões das respectivas freguesias.

A representação geo-referenciada dos estabelecimentos que foram alvo do inquérito na cidade de Évora está representada na figura 66 de uma perspectiva das freguesias contidas na cidade de Évora.

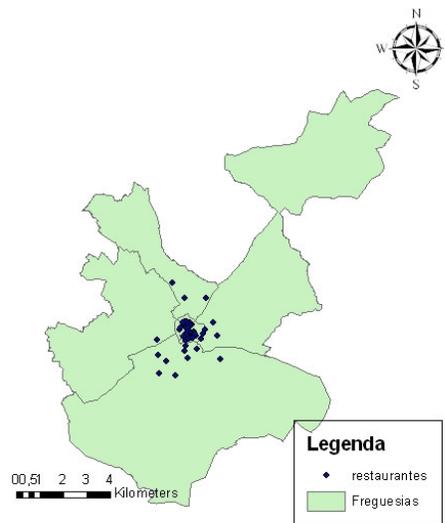


Figura 66 – Representação geográfica dos estabelecimentos inquiridos, perspectiva das freguesias da cidade de Évora

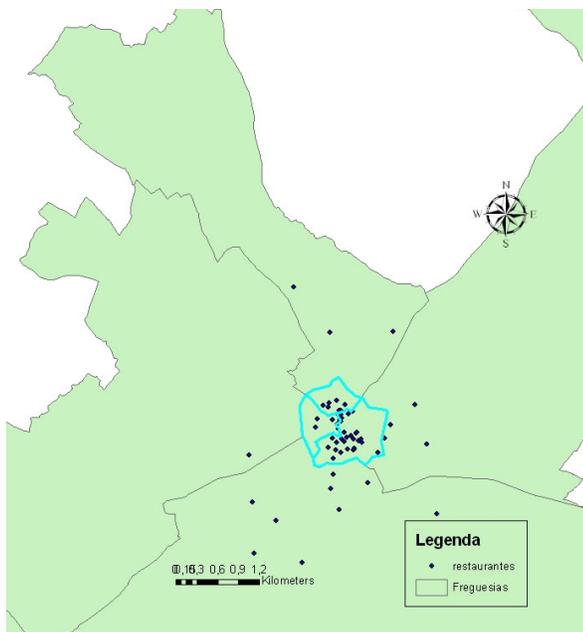


Figura 67 – Representação Geográfica dos estabelecimentos inquiridos

A partir desta representação e escala, é possível perceber que a maioria se encontra fortemente concentrada no centro histórico de Évora.

A figura 67 com uma representação mais aproximada da realidade. Através de uma escala diferente, permite-nos identificar com maior exactidão a localização os estabelecimentos que foram alvo do inquérito.



Figura 68 – Representação Geográfica de alguns estabelecimentos

Por seu turno, a figura 68 apresenta uma última representação geográfica dos estabelecimentos inquiridos, novamente com uma maior aproximação e conseqüentemente uma escala diferente. Nesta visão podemos distinguir claramente os estabelecimentos e apresentando (neste caso) informação adicional, como seja o contacto telefónico de um dos inquiridos.

Com um nível de detalhe mais pormenorizado, por exemplo, em uma escala de 1:25.0000, seria possível delimitar as estruturas físicas e assignar cada coordenada do estabelecimento à respectiva estrutura. Através da inserção de dados adicionais, como o PDM (Plano Director Municipal) da Câmara Municipal de Évora, seria possível alocar a cada estrutura física uma actividade económica (ou falta dela) e deste modo delimitar geograficamente a área de influência do estabelecimento e permitir, por exemplo, perceber se a abertura de um novo espaço faz sentido no contexto geográfico adjacente (e futuro).

Em termos de cartografia digital e imagens retiradas por satélite (detecção remota e monitorização do ambiente) é possível incorporar os pontos geo-referenciados (agora já como parte de estruturas físicas) e realizar um mapa de ocupação de solo, em que um dos polígonos sejam os respectivos estabelecimentos. Este mapa poderá ser utilizado, por exemplo, para estudo de impacto no meio ambiente, integração em grandes projectos turísticos (PIN – projectos de potencial interesse nacional e PIN+). Em termos do inquérito realizado pelo Instituto do Ambiente no âmbito dos gases de efeito estufa, também é possível integrar esta informação geo-referenciada (e até em forma de mapa de ocupação de solo) e efectuar uma junção com os dados obtidos nos seus inquéritos.

Neste capítulo procedeu-se à análise da informação obtida através da aplicação do inquérito, incluindo-se a informação geográfica referente aos estabelecimentos inquiridos. A informação obtida permite aferir as principais informações (informação que não constará da recolhida pela DGAE) para enquadramento dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas da cidade de Évora. Uma das principais conclusões que se pode retirar, em termos geográficos, é a concentração dos estabelecimentos na zona histórica (e central) da cidade de Évora. Outra conclusão importante, é a identificação de uma necessidade (quase a 100%), por parte dos empresários de Restauração e Bebidas - a falta de pessoal qualificado. Ainda de referir a importância que os visitantes estrangeiros e internos apresentam para os empresários inquiridos. Importa agora, agregar esta informação e propor algumas sugestões sobre o sector de Restauração e Bebidas, assim como delinear algumas 'pistas' para o futuro do sector, conforme se apresenta no último capítulo desta dissertação.

Capítulo III – Considerações Finais e Recomendações

Esta dissertação reflecte um trabalho de investigação sobre o problema de gestão das PME, concretamente no sector da Restauração e Bebidas, sob um ponto de vista prático e real.

Inicialmente, foi realizado um enquadramento sobre a importância das PME no tecido empresarial europeu. Após a análise das suas componentes mais importantes, como o pessoal ao serviço, número de empresas e volume de negócios, ficou demonstrada a importância que as PME possuem no tecido económico europeu. Esta caracterização foi transversal a todos os sectores de actividade, pelo que foi necessário detalhar a informação relativa ao sector da Restauração e Bebidas.

Assim, foi apresentada informação, relativamente à realidade económica do sector da Restauração e Bebidas na UE, assim como um enquadramento da envolvente deste sector, em termos políticos, financeiros (sistemas de incentivos), burocráticos, empreendedorismo, etc. Esta caracterização permitiu demonstrar a importância estruturante deste sector no Turismo e na Economia da União Europeia.

A etapa seguinte consistiu em particularizar o estudo para a importância das PME em Portugal. Após a análise das suas componentes mais importantes como, pessoal ao serviço, número de empresas e volume de negócios, assim como uma visão sectorial e regional das mesmas, ficou demonstrada a importância que as PME possuem no tecido económico português. Assim como na caracterização europeia, também em Portugal a análise foi transversal a todos os sectores, pelo que, foi necessário detalhar a informação relativa ao sector da Restauração e Bebidas.

Foi apresentada informação específica e detalhada sobre a realidade económica do sector da Restauração e Bebidas em Portugal. A descrição das suas componentes mais importantes como, pessoal ao serviço, número de empresas e volume de negócios, foi detalhada em termos regionais e em alguns casos por dimensão de empresa (número de trabalhadores). Segundo este ponto de vista, ficou provada a importância vital deste sector para o Turismo e economia portuguesa.

Para culminar o enquadramento deste sector, o mesmo foi analisado à luz da matriz SWOT, destacando-se desta análise; a falta de informação e a inexistência de um cadastro. Neste sentido, e por o cadastro ser um instrumento extremamente necessário para o sector, importa analisar com detalhe esta situação.

Apresentou-se uma proposta de modelo de monitorização e registo dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas. Apesar de não ser do âmbito desta tese a implementação prática do mesmo, foi realizado um inquérito com vertente de geo-referenciação, que pode servir como projecto-piloto para no futuro se implementar o referido modelo de registo.

Para a implementação prática não só da proposta do projecto-piloto de cadastro do sector, assim como possibilitar a aferição das condições económicas, sociais e demográficas dos empresários do sector, foi seleccionada a cidade de Évora como estudo de caso.

Numa primeira parte, efectuou-se um estudo demográfico global sobre o Alentejo e a cidade de Évora, de modo a possibilitar um enquadramento da área a estudar. Posteriormente realizou-se o inquérito e apresentou-se os resultados do mesmo.

Este último forneceu várias informações acerca do funcionamento dos estabelecimentos inquiridos. A maioria (senão todos os empresários inquiridos) está totalmente de acordo que a qualidade do seu serviço é uma mais-valia percebida pelo cliente. Todos eles possuem sistemas de qualidade implementada, seja pela contratação de empresas responsáveis pela higiene e segurança alimentar, realizando uma diversidade de testes (em períodos mensais, bimestrais ou semestrais), seja através da implementação do APCPC – Análise Pontos Críticos e Pontos de Controle, recolha selectiva de embalagens de plástico, recolha de óleos usados para bio diesel e outros.

Apesar desta preocupação, a situação económica percebida pelos empresários é de diminuição e estagnação, com uma minoria expectante por um aumento no seu negócio. As razões apontadas para esta situação prendem-se com o excesso de oferta e falta de mão-de-obra qualificada. Os empresários apontam a falta de formação como uma das razões chave para a falta de competitividade do sector.

Em termos de distribuição dos clientes e, tratando-se de uma temática de extrema importância, pois a tese apenas incidiu na parte da oferta dos estabelecimentos e não na parte da procura (clientes), sugere-se como estudo futuro um aprofundar de conhecimentos nesta área. A utilização do mapeamento geo-referenciado dos dados e posterior colocação de uma *layer* contendo dados sobre a oferta, é de extrema importância.

A geo-referenciação dos dados é uma temática com crescente importância na apresentação de resultados de dados que possuem localização física (neste caso o estabelecimento), possibilitando cruzamentos com diversas fontes de informação. Senão vejamos (e aqui ficam algumas ideias para estudos futuros):

- Cruzamento da localização dos estabelecimentos (actuais) com espaços que estejam para venda (ou arrendamento). Um futuro investidor poderá perceber qual o melhor local de implantação do seu negócio se souber onde se encontram todos os outros concorrentes. A autoridade competente de licenciamento poderá ou não facultar o mesmo, se souber da quantidade e localização dos estabelecimentos (controle da oferta);
- Cada estabelecimento poderá saber qual a sua área de influência relativamente à localização dos seus clientes e deste modo diferenciar e dirigir a sua oferta;
- Cruzamento da informação sobre a localização dos estabelecimentos com dados sócio-demográficos locais. Deste modo é possível perceber qual o público-alvo existente e focalizar a oferta nessa direcção.
- Em termos de apresentação de dados geográficos, e neste caso específico, faz todo o sentido ser precedido de um enquadramento e perspectiva demográfica. Esta informação permite apresentar um retrato global sobre as características sócio-demográficas da área estudada. Como exemplo podemos referir que através da análise demográfica é possível concluir que a população de Évora caminha para um incremento (no sentido inverso do país) e que este crescimento se deve não à taxa de crescimento natural, mas sim à chegada de população estrangeira. Os dados do SEF apontam para uma maioria de indivíduos de origem brasileira e europeia (dados nos quadros anexo 17 a 21). Cruzando esta informação com a localização dos estabelecimentos actuais e locais de residência deste contingente seria possível obter um local óptimo para a abertura de um estabelecimento de Restauração e Bebidas, que tivesse em vista as especificidades culturais destes emigrantes.
- Em termos de desenvolvimento sustentado da região é possível criar e fomentar políticas de desenvolvimento concertadas entre as várias entidades competentes, permitindo uma aplicação de esforços e fundos mais coesa e eficiente.
- Em termos de sistemas de incentivos também neste campo será mais fácil a implementação dos mesmos, sabendo exactamente quantos estabelecimentos existe e qual a sua localização, permitindo uma aplicação mais exacta dos mesmos (assim como o seu controle).

Apesar da elaboração do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, que define os princípios para um enquadramento nacional em matéria de sistemas de incentivos ao investimento empresarial, indicando as condições gerais a que devem estar sujeitos os regulamentos específicos dos vários programas a criar, este não contempla alguns dos

aspectos descritos anteriormente, como a localização geo-referenciada dos estabelecimentos (transversalmente a todas as actividades).

Saliente-se que a disciplina que é estabelecida neste diploma não abrange os incentivos fiscais, os incentivos ao emprego e à formação profissional e os regimes de incentivos específicos co-financiados pelo FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) e pelo Fundo Europeu para as Pescas (FEP).

Por outro lado, no modelo de gestão dos sistemas de incentivos, convém ter presente o critério estabelecido, ou seja, a existência de dois níveis diferenciados – gestão nacional para os projectos promovidos por grandes e médias empresas e gestão regional para os da iniciativa das pequenas empresas. Neste último caso, as tarefas de apreciação técnica, e de acompanhamento, podem ser da responsabilidade de entidades públicas com competências legalmente atribuídas, decorrendo para o efeito de protocolos a assinar com as entidades responsáveis pelos programas operacionais financiadores.

Neste sentido, importa, desde já, alertar para duas situações; em primeiro lugar, para a definição de PME recomendada pela Comissão Europeia⁹, o que implica que a esmagadora maioria dos promotores da Restauração e de Bebidas, e do próprio sector do turismo em geral, se enquadrem na categoria de PME; em segundo lugar, para a necessidade dos Programas Operacionais Regionais possuírem as respectivas dotações financeiras para apoio à qualificação e desenvolvimento das PME.

Por outro lado, no artigo 9.º do Decreto-Lei em apreço, identifica-se o âmbito dos vários projectos sectoriais, sendo que no caso do turismo se referem as actividades incluídas nos grupos 551, 552, 553, 554, 633 e 711 da CAE e as actividades declaradas de interesse para o turismo nos termos da legislação aplicável e que se insiram nas classes 9232, 9233, 9261, 9262 e 9272, e nas subclasses 92342, 93041 e 93042 da CAE.

O diploma estabelece igualmente os limites máximos de incentivos, sendo que os investimentos produtivos de inovação, incluindo os projectos estruturantes, de empreendedorismo e os projectos estratégicos, bem como os destinados ao desenvolvimento dos factores dinâmicos das PME (organização da gestão, engenharia de produtos, presença na economia digital, eficiência energética, ambiente, certificação de qualidade, gestão da inovação, segurança, internacionalização, etc.) recolhem as comparticipações mais dilatadas, nunca ultrapassando os 50% do investimento elegível.

Neste sentido, propõe-se:

- Evitar a discriminação do sector de Restauração e Bebidas, tal como se verifica no sistema de Protocolos Bancários, ao qual acresce em termos de acesso a necessidade da declaração de interesse para o turismo; o sector pertence às denominadas actividades características do turismo, tal como definido pela Organização Mundial do Turismo e pela Organização da Nações Unidas, pelo que o mecanismo da declaração de interesse para o turismo apenas se deve aceitar como exigência para as actividades definidas no artigo 9.º, nº1, alínea d), do D.L. nº 287/2007;
- Necessidade dos programas a criar no âmbito do turismo privilegiarem as PME (99,6% das sociedades com sede em território nacional), face à especificidade do sector e às orientações de base existentes, as quais identificam como uma opção estratégica fundamental a prioridade ao apoio destas empresas¹⁰;
- Criação de programas concretos para as PME turísticas destinados ao desenvolvimento dos seus factores dinâmicos; os grandes investimentos do sector têm encontrado

⁹ Recomendação n.º 2003/361/CE de 6 de Maio, Artigo 2.º;

¹⁰ Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013:

(...) “Assumem-se, assim, cinco grandes opções estratégicas:

- (...) Privilégio de apoio às PME, que constituirão o alvo prioritário dos sistemas de incentivos, sem todavia descurara a relevância da função de atracção de investimento estruturante (estrangeiro ou nacional), indispensável para o reforço da base de conhecimento e de inovação (...)”

acolhimento nos denominados PIN (projectos de potencial interesse nacional) e PIN+, pelo que a esmagadora maioria dos empresários do sector da Restauração e de Bebidas, e do próprio turismo em geral, necessitam de apoios que projectem a competitividade futura das suas actividades e projectos.

Através do presente projecto de investigação foi possível perceber o 'estado de arte' do sector, bem como definir as principais linhas orientadoras sobre o que virá a ser o 'Restaurante do Futuro' em termos da sua organização e estruturação económica.

A Restauração é dos subsectores da actividade económica em Portugal que possui maiores efeitos multiplicadores, cerca de 1.9, bem acima da média nacional que se situa nos 1.5 (INE. 2003). Esta situação decorre do facto da gastronomia nacional fazer recurso a produtos nacionais das áreas da hortícola, frutícola, carnes, produtos tradicionais, emprego, e mobiliário. Tal situação implica que a 'pressão' positiva sobre a base económica nacional é muito grande, e que uma definição estratégica sobre a Restauração tem repercussões significativas sobre a restante economia nacional.

A forte incorporação de materiais, produtos e serviços nacionais fazem com que a Restauração seja um dos veículos mais fortes da afirmação da identidade e do património do turismo nacional. Deve ser referido que apesar do sector do turismo vir a crescer fortemente no futuro, a competição internacional também é crescente. Aliás, a descida de Portugal nos rankings internacionais é efeito disso. Portugal necessita de afirmar a sua identidade no mercado internacional para se poder diferenciar de destinos concorrentes. As estratégias de marketing em Portugal deverão afirmar-se fortemente através da afirmação e diferenciação do país. E nesta vertente, um dos melhores vectores de diferenciação é o da gastronomia e vinhos dados a sua forte incorporação de produtos e serviços nacionais.

A competitividade do sector da Restauração e do turismo, e não só, passará no futuro por soluções que integrem uma boa gestão empresarial e pela formação e incorporação de recursos humanos qualificados. É sobejamente conhecido que 97% das unidades empresariais que integram o sector da Restauração empregam menos de 9 empregados (INE. 2003), e que a sua organização, estruturação e gestão assentam numa vertente familiar. Tal significa que, apesar de toda a sua importância económica, estas estruturas empresariais necessitam que se desenvolvam abordagens económicas e de gestão adequadas à sua realidade de micro e pequenas estruturas familiares.

Uma das soluções económicas e tecnológicas mais viáveis para esta situação compreende a sua integração informal em rede, preservando o sentido individual de propriedade dos estabelecimentos, para que dentro de uma rede informal as empresas estejam interligadas tecnologicamente e, assim, possam ter acesso a instrumentos de gestão e de economia dentro do seu estabelecimento ('gestão *on-site*'), sem terem de proceder a deslocações para adquirir essas mesmas ferramentas. Mais ainda, o processo de formação dos recursos humanos deverá ser feito nas 'horas de vazio dos estabelecimentos', para que a sua formação e a inovação possam decorrer sem interferirem com a relação de negócios dos estabelecimentos e para que a estrutura de pessoal possa ser não apenas de 'part-time', mas possa evoluir para formas de emprego com maior taxa de permanência nos estabelecimentos.

O desenvolvimento de Portugal passa pela melhoria das suas condições tecnológicas e pela ampliação no acesso à Internet, de acordo com o que se encontra definido no Plano Tecnológico. Portugal encontra-se a evoluir muito favoravelmente na generalização do acesso à Internet: os portugueses têm cada vez maior e melhor possibilidade de aceder à Internet nos seus locais de trabalho e em casa. No entanto, para que o país continue a crescer no acesso à Internet terá de o fazer estendendo a rede de acesso à população através de novas formas de penetração.

Entre as possíveis formas futuras de o fazer, é estender o acesso à Internet durante os tempos de lazer e recreio. Neste âmbito, a difusão e ampliação da Internet através dos serviços da Restauração pode tornar-se numa solução altamente inovadora em termos

mundiais, dado que nenhum país se encontra a fazê-lo. Para além da 'ideia inovadora' que o país lançaria em termos mundiais, esta solução tornar-se-ia um investimento altamente rentável para o país, dado poder-se atingir um número muito elevado de pessoas com um baixo custo envolvido para o estado. Aliás, nem de custo se trataria dado que este 'investimento' da Restauração traduzir-se-ia na melhoria da qualidade da oferta dos estabelecimentos e no aumento da sua competitividade.

Este processo de penetração e difusão da Internet ao nível dos tempos de lazer, recreio e turismo, associados à Restauração, poderá ser acompanhado por uma decisão de natureza política cultural inspirado no 'Modelo Finlandês'. De facto, na Finlândia, os 'tempos mortos' de lazer são aproveitados pela população para a cultura do livro, da música e das artes. Assim sendo, a Restauração portuguesa poderia vir a desenvolver uma função de charneira socialmente útil para o país, sendo que o Estado não necessitaria de proceder a investimentos nesta área. Esta seria claramente uma ideia marcante do Governo Português, consolidando a formação eclética da população, sem ter de recorrer a investimento público. Mais ainda, esta acção permitiria implementar o projecto de '*media literacy*' que se encontra em curso no nosso país, sendo que o sector da Restauração funcionaria como um elemento central no apoio e ancoragem deste projecto.

No âmbito das soluções tecnológicas inovadoras para a Restauração torna-se essencial que os instrumentos de actuação apresentados nos pontos anteriores sejam pensados e materializados, mediante sistemas que os criem e implementem de uma forma efectiva e sistemática. As novas tecnologias da informação e da comunicação encontram-se entre as opções de lançamento e de materialização de novas políticas que poderão ser devidamente consideradas nesta área.

É válido supor que esta dissertação poderá servir de parâmetro e inspiração para trabalhos futuros. Inúmeros aspectos aqui abordados suscitam estudos mais aprofundados e amplos, seja no âmbito da ciência da informação geográfica, de estudos específicos sobre o sector da Restauração e Bebidas ou mesmo sobre o turismo.

Uma primeira sugestão é o aprofundar do trabalho sobre o uso do sistema de geo-referenciação, aplicado ao registo de estabelecimentos e todos os proveitos que daí se podem retirar (já amplamente descritos).

Outra investigação que parece pertinente é a análise do lado da procura no que se referem os clientes dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas. Apesar da realização do inquérito ter abordado esta temática, o inquérito foi dirigido aos empresários (portanto do lado da oferta) e importará analisar cuidadosamente o lado da procura. Se por um lado uma grande parte da procura é explicada por factores endógenos, isto é, consumidores locais e sobre os quais é possível inferir indirectamente através da realização de um estudo de prospectiva demográfica, a verdade é que o remanescente é explicado por factores exógenos, isto é, consumidores não locais (visitantes internos ou estrangeiros) que só podem ser estudados através de uma análise específica.

Também se entende que uma apuração mais detalhada sobre a caracterização económica dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas permitirá relevar convenientemente este sector.

Por último, sugere-se a implementação, em uma escala maior, da proposta de modelo de cadastro descrita nesta dissertação, com todas as suas funcionalidades, de modo a aferir todas as suas potencialidades.

Referências bibliográficas

- Associação da Restauração e Similares de Portugal (2004). *Jornadas ARESP 04 – Olhar a próxima década*, ARESP, Lisboa
- Binks, M. & Vale, P. (1990). *Entrepreneurship and Economic Change*. Maidenhead: McGraw-Hill
- Blanchard, O. J. (1987). *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*, (Vol. 3, pp. 634-36).
- Bové, L. C., Thill, J. V., Wood, M. B., Dovel, G. P. (1993). *The Foundations of Management*, International Edition, McGraw Hill
- Burton-Jones, A. (2001). *Knowledge capitalism: business, work and learning in the new economy*, Oxford, Oxford University Press, Versão traduzida
- Centro de Estudos de Turismo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. (2005). *A Competitividade da Restauração Portuguesa face à oferta equivalente existente em Espanha*, Gráfica 2000
- Christensen (1997). *Financing Innovation*. TSER, European Commission
- Comissão Europeia. (2004). *Vat Rates Applied in the Member States of the European Community*, Comissão Europeia, Bruxelas
- Comissão Europeia. (2003). *RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO de 6 de Maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresa*, Jornal Oficial da União Europeia, pp. 36-41
- Direcção-Geral do Turismo (2002). *Gastos dos Estrangeiros em Portugal 2001*, DGT, Lisboa
- Dolan, E. G. & Lindsey, D. E. (1991). *Economics*. Chicago: Dryden
- European Communities. (2006). *Key figures on European business with a special feature section on SMEs*, Comissão Europeia, Bruxelas
- Eurostat. (2005). *Statistics in Focus, Industry, trade and services*, No. 36/2005, Comissão Europeia, Bruxelas
- Fisher, A. C. (1987). *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*, (Vol. 3, pp. 612-14).
- Heilbroner, R. L. & Thurow, L. C. (1987). *Economics Explained*. New York: Simon & Schuster
- Hennings, K. H. (1987). *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*, (Vol. 1, pp. 327-33).
- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas/Unidade de Estudos e

Planeamento. (2007). *Sobre as PME em Portugal*, IAPMEI, Lisboa

- Instituto Nacional de Estatística. (2002). *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000*, INE, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística. (1981, 1991, 2001). Censos, INE, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística. (2007). *Conta Satélite do Turismo de Portugal 2003-2004*, INE, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística. (1980 a 2005). *Anuário Estatístico de Portugal*, INE, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística. (2000 a 2004). *Estatísticas das Empresas*, INE, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística. (1990 a 2003). *Estatísticas do Turismo*, INE, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística. (1990 a 2003). *Gastos dos Estrangeiros não Residentes em Portugal*, INE, Lisboa
- Junior, R. L. & Stokey, N. (1987). *Money and interest in a cash-in-advance economy*. *Econometrica* 55 (3), pp. 491-513
- Levišauskaitė, K., Kaupelytė, D., Keršys, M. (2004). *The Role of Cooperative Financial Institutions in Development of Knowledge-Based Economy through Promotion of Innovative processes in SME's*, Lithuanian Department of Statistics
- Lipsey, R. G., Steiner, P. O., Purvis, D. D., Courant, P. N. (1990). *Economics*. New York: Harper & Row
- Loayza N. V. (1996). *The Economics of the Informal Sector: A Simple Model and Some Empirical Evidence From Latin America*, Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy 45, pp. 129-162
- Matovac, V., Kolakovic, M. (2003). *The significance of sme's innovative activities in strengthening croatia's competitive position*, pp. 227-229
- McEachern, W. A. (1991). *Economics: A Contemporary Introduction*. Cincinnati, OH: South-Western Publishing
- Montani, G. (1987). *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*, (Vol. 4, pp. 253-54).
- Murray, M. (1987). (1987). *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*, (Vol. 2, pp. 546-48).
- Nazareth, J.M. (2004). *Demografia – A Ciência da População*, Editorial Presença, Coleção Fundamentos, Lisboa.
- Nielsen, P. (2005). *Statistics Denmark*, at the Expert Meeting Towards better Structural Business and SME Statistics OECD - Organization for Economic Co-

operation and Development, Statistics Directorate

- Rivaud-Danset, D. (2002). *Innovation and New Technologies: Corporate Finance and Financial Constraints*. Recuperado a 15 de Agosto de 2007 do site Institute for New Technologies of the United Nations University: <http://www.insme.info/documenti/rivaud-danset.pdf>
- Rodrigues, T. (2001). *As grandes linhas de evolução da população portuguesa no século XX*, in Seminário Censos 2001, INE, pp.26-35
- Rodrigues, T. (2001). *Os factores de mudança no Portugal das regiões (séculos XIX a XX)*, in Revista População e Sociedade, 7, pp.173-193
- Stauffer, D., Hohnisch, M., Pittnauer S. (2006). *The coevolution of individual economic characteristics and socioeconomic networks*, pp.734-741, Elsevier B.V.
- Strazdas, R., Jakubavičius, A., Gečas, K. (2003). *Inovacijos: finansavimas, rizikos kapitalas*. Vilnius: Lietuvos inovacijų centras
- Summers, R. & Heston, A. (1991). *The Penn World Table (Mark 5): an expanded set of international comparisons, 1950-88*, Quarterly Journal of Economics, (Vol. CVI, 2)
- Summers, R. & Heston, A. (1993). *Update on Penn World Table*
- Timothy S. F. (1992). *Liquidity, loanable funds, and real activity*, Journal of Monetary Economics 29 (1), pp. 3-24

Anexos

Dados sobre as PME na Europa

| | Agricultura, Caça, Florestas e Pesca (Secções A e B) | Indústria (Secções C a E) | Construção (Secção f) | Distribuição, HORECA, Comunicações e Transportes | Sector Financeiro, Imobiliário, Aluguer, Outras Actividades (Secções J e K) | Administração Pública, Saúde, Educação, Outros Serviços (Secções L a P) |
|-----------|--|---------------------------|-----------------------|--|---|---|
| EU - 25 | 1,1 | 1,9 | 0,9 | 2,9 | 3,1 | 1,6 |
| Area Euro | 1,7 | 1,9 | 0,6 | 2,5 | 2,9 | 1,5 |
| BE | 1,3 | 1,5 | 1,7 | 1,6 | 3,2 | 1,4 |
| CZ | 4,3 | 3,9 | -4,2 | 3,4 | 3,1 | 0,4 |
| DK | 1,3 | 0,5 | 2,2 | 3,6 | 2,8 | 1,2 |
| DE | 1,9 | 1,8 | -3,4 | 2 | 2,5 | 1,1 |
| EE | -0,9 | 7,4 | 9,8 | 7,7 | 6,2 | 4,9 |
| EL | -1,2 | 2,7 | 4,5 | 5,3 | 3,2 | 3,6 |
| ES | 3,2 | 2,8 | 5,3 | 2,7 | 4,6 | 3,2 |
| FR | -1,4 | 2,1 | 2 | 2,1 | 2,5 | 1 |
| IE | | | | | | |
| IT | 1 | -0,2 | 2 | 1,7 | 1,9 | 1,3 |
| CY | 0,9 | 1,7 | 2,2 | 3,9 | 4,9 | 3,6 |
| LV | 2,3 | 5,7 | 10,7 | 9,8 | 8,1 | 3,1 |
| LT | 1,4 | 7,2 | 4,8 | 6,8 | 5,8 | 4,6 |
| LU | -3,8 | 3 | 3,1 | 5,5 | 5,1 | 3,8 |
| HU | 1,9 | 5,1 | 6 | 3,8 | 4 | 2,3 |
| MT | | | | | | |
| NL | 1 | 2,6 | 1 | 5,3 | 3 | 1,6 |
| AT | 0,6 | 3,4 | 1,6 | 2,3 | 2,7 | 0,8 |
| PL | 1,6 | 5,2 | 1,4 | 4,7 | 4,6 | 2,3 |
| PT | -1,9 | 2,2 | 0,4 | 2,5 | 3,5 | 2,1 |
| SI | -0,2 | 4,5 | 3,7 | 3,1 | 4,5 | 3,8 |
| SK | 4,8 | 4,6 | 4,5 | 3,7 | 2,3 | 2,9 |
| FI | 1,4 | 4,1 | 3 | 4,7 | 3,4 | 1,9 |
| SE | -0,1 | 4,9 | 1 | 3,4 | 2,7 | 1 |
| UK | 0,8 | 0,3 | 2,5 | 4,2 | 4,3 | 2,3 |
| BG | | | | | | |
| HR | -6,8 | 2,1 | 0,9 | -1,8 | -7 | -10,3 |
| RO | -1 | 0,9 | 4,8 | 8,5 | | |
| TR | 1,4 | 4,4 | 0,6 | 5,2 | 1,7 | 6,5 |
| IS | -0,5 | 3,4 | 7,1 | 6,4 | 6,4 | 3,6 |
| NO | 0,6 | 1,5 | 0,1 | 4,7 | 4,2 | 1,9 |
| CH | -3,5 | 0,9 | -0,4 | 1,4 | 2,4 | 1,4 |

Quadro Anexo 1 – Crescimento Médio Anual de valor acrescentado a preços de Mercado, 1995-2005

Fonte: Eurostat

| | 1 a 9 trabalhadores | 10 a 49 trabalhadores | 50 a 249 trabalhadores | Mais de 250 trabalhadores | Total |
|--------------|---------------------|-----------------------|------------------------|---------------------------|-------|
| EU média (1) | 23,2 | 25,7 | 29,4 | 38,0 | 35,4 |
| BE (2) | 27,0 | 34,2 | 42,9 | 58,5 | 45,3 |
| CZ | 7,6 | 7,0 | 7,9 | 9,4 | 8,4 |
| DK (2) | 36,3 | 36,5 | 41,0 | 43,0 | 40,1 |
| DE | 23,6 | 30,0 | 38,4 | 53,8 | 42,9 |
| EE (2) | 3,9 | 5,3 | 7,4 | 6,9 | 6,3 |
| EL | | | | | |
| ES | 21,9 | 22,7 | 27,0 | 38,4 | 26,6 |
| FR | 31,1 | 33,1 | 35,7 | 47,8 | 39,3 |
| IE (3) | 26,5 | 29,0 | 36,4 | 43,1 | 37,5 |
| IT | 19,9 | 25,7 | 34,1 | 40,4 | 29,8 |
| CY (4) | 18,7 | 15,1 | 18,5 | 22,2 | 18,2 |
| LV | 1,8 | 2,5 | 3,7 | 5,5 | 3,8 |
| LT | 2,1 | 2,8 | 4,1 | 5,7 | 4,3 |
| LU | | | | | |
| HU | 3,9 | 5,7 | 8,3 | 11,1 | 8,3 |
| MT | | | | | |
| NL (4) | 32,7 | 39,8 | 42,4 | 52,1 | 43,5 |
| AT (4) | 26,0 | 30,8 | 39,6 | 48,1 | 39,1 |
| PL | | | | | |
| PT (2) | 9,0 | 11,3 | 14,5 | 21,7 | 13,5 |
| SI (4) | 12,0 | 13,0 | 14,4 | 16,4 | 14,8 |
| SK | 4,5 | 5,2 | 5,6 | 7,0 | 6,3 |
| FI (2) | 32,1 | 34,3 | 36,6 | 43,1 | 38,7 |
| SE | | | | | |
| UK | 25,0 | 30,4 | 35,4 | 42,6 | 36,2 |

(1) Excluindo Bélgica, Dinamarca, Estónia, Grécia, Irlanda, Chipre, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Eslovénia, Finlândia e Suíça.

(2) Excluindo Secção C.

(3) Excluindo Secções C, E e F.

(4) Excluindo Secções C e E.

Fonte: Eurostat (SBS)

Quadro Anexo 2 – Média dos custos com pessoal (sector da construção e indústria) por número de trabalhadores e em milhares de euros, 2003.

Fonte: Eurostat

| | Comércio Motorizado | Venda a Retalho | Distribuição por Retalho | Hotelaria e Restauração | Transportes e Comunicação | Outras Actividades |
|-------|---------------------|-----------------|--------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------|
| EU-25 | 4,1 | 3,3 | 3,2 | 2,8 | | |
| BE | 3,2 | 8,3 | 2,2 | 3,8 | 5,3 | 11,6 |
| CZ | 6,1 | 6,9 | 3,4 | 2,9 | 5,8 | 4,6 |
| DK | | | 5,3 | | | |
| DE | | 1,0 | 0,7 | -1,9 | | |
| EE | 18,9 | 14,3 | 14,7 | 16,9 | 12,4 | 12,0 |
| EL | | | 7,5 | | | |
| ES | | | 5,7 | | | |
| FR | 4,4 | 2,5 | 4,1 | 3,2 | 4,6 | 5,7 |
| IE | 0,7 | 6,0 | | 0,6 | 5,3 | |
| IT | | 1,8 | 1,4 | | | |
| CY | 7,8 | 6,8 | 5,6 | 0,3 | 6,1 | 8,6 |
| LV | 27,8 | 19,8 | 16,2 | | 14,8 | 19,9 |
| LT | 17,2 | 15,6 | 9,0 | 16,1 | 13,5 | 20,7 |
| LU | 9,6 | 7,6 | 4,5 | 2,0 | 5,6 | 5,8 |
| HU | | | 10,5 | | | |
| MT | 29,4 | 3,1 | -0,3 | 3,5 | 0,4 | -4,6 |
| NL | | | 0,8 | 1,4 | | |
| AT | 0,9 | 2,1 | 1,4 | | | |
| PL | 5,5 | 7,7 | 4,6 | 4,4 | | 6,5 |
| PT | 0,1 | 1,2 | 2,4 | 0,5 | 3,7 | 0,8 |
| SI | 10,9 | 11,4 | 11,4 | 8,7 | | |
| SK | 12,0 | 1,7 | 6,8 | -1,6 | 9,3 | |
| FI | 6,7 | 3,9 | 4,8 | 2,8 | 4,6 | 6,3 |
| SE | 4,7 | 2,8 | 4,5 | 2,7 | 2,9 | 3,7 |
| UK | 4,4 | 4,3 | 3,7 | 5,4 | 5,3 | 6,5 |

(1) UE-25, dia de trabalho ajustado

Fonte: Eurostat (STS)

Quadro Anexo 3 – Crescimento médio anual do lucro, 2000-2005 (em %)

Fonte: Eurostat

Dados sobre o sector

| NUT II | Empresas | | Pessoal ao serviço | | Volume de negócios (Mil Euros) | |
|-----------------|------------|--------|--------------------|--------|--------------------------------|--------|
| | Quantidade | % | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Portugal | 61.064 | 100,0% | 187.936 | 100,0% | 6.408.149.973 | 100,0% |
| Continente | 59.003 | 96,6% | 179.914 | 95,7% | 6.124.476.562 | 95,6% |
| Norte | 18.088 | 29,6% | 48.088 | 25,6% | 1.586.500.268 | 24,8% |
| Centro | 13.396 | 21,9% | 30.857 | 16,4% | 1.163.012.979 | 18,1% |
| Lisboa | 17.268 | 28,3% | 73.608 | 39,2% | 2.481.338.802 | 38,7% |
| Alentejo | 5.215 | 8,5% | 11.995 | 6,4% | 381.373.358 | 6,0% |
| Algarve | 5.036 | 8,2% | 15.366 | 8,2% | 512.251.155 | 8,0% |
| Açores | 710 | 1,2% | 2.336 | 1,2% | 93.460.755 | 1,5% |
| Madeira | 1.351 | 2,2% | 5.686 | 3,0% | 190.212.656 | 3,0% |

Quadro Anexo 4 – Principais Indicadores da Restauração, 2004

Fonte: INE

| | Empresas | | | Pessoal ao Serviço | | | Volume de Negócios (10 ³ €) | | |
|----------|----------|--------|--------|--------------------|---------|---------|--|-----------|-----------|
| | 2002 | 2003 | 2004 | 2002 | 2003 | 2004 | 2002 | 2003 | 2004 |
| Portugal | 58.402 | 58.378 | 61.064 | 183.763 | 183.385 | 187.936 | 5.451.640 | 6.174.189 | 6.408.149 |
| Norte | 17.742 | 18.047 | 18.088 | 47.204 | 49.287 | 48.088 | 1.338.184 | 1.548.176 | 1.586.500 |
| Centro | 12.578 | 11.768 | 13.396 | 27.538 | 27.555 | 30.857 | 947.614 | 1.040.111 | 1.163.012 |
| Lisboa | 16.629 | 17.120 | 17.268 | 74.786 | 75.596 | 73.608 | 2.237.532 | 2.577.795 | 2.481.338 |
| Alentejo | 4.954 | 4.745 | 5.215 | 13.036 | 10.261 | 11.995 | 310.235 | 319.695 | 381.373 |
| Algarve | 4.614 | 4.719 | 5.036 | 14.466 | 13.205 | 15.366 | 400.014 | 412.822 | 512.251 |
| Açores | 676 | 715 | 710 | 2.039 | 2.763 | 2.336 | 76.758 | 107.780 | 93.460 |
| Madeira | 1.209 | 1.264 | 1.351 | 4.694 | 4.718 | 5.686 | 141.303 | 167.807 | 190.212 |

Quadro Anexo 5 – Evolução nos últimos 3 anos dos principais indicadores da Restauração

Fonte: INE

| | <i>Empresas</i> | | | <i>Pessoal ao Serviço</i> | | | <i>Volume de Negócios (10³ €)</i> | | |
|----------|-----------------|-------------|-------------|---------------------------|-------------|-------------|--|-------------|-------------|
| | 2002 | 2003 | 2004 | 2002 | 2003 | 2004 | 2002 | 2003 | 2004 |
| Norte | 30,4% | 30,9% | 29,6% | 25,7% | 26,9% | 25,6% | 24,5% | 25,1% | 24,8% |
| Centro | 21,5% | 20,2% | 21,9% | 15,0% | 15,0% | 16,4% | 17,4% | 16,8% | 18,1% |
| Lisboa | 28,5% | 29,3% | 28,3% | 40,7% | 41,2% | 39,2% | 41,0% | 41,8% | 38,7% |
| Alentejo | 8,5% | 8,1% | 8,5% | 7,1% | 5,6% | 6,4% | 5,7% | 5,2% | 6,0% |
| Algarve | 7,9% | 8,1% | 8,2% | 7,9% | 7,2% | 8,2% | 7,3% | 6,7% | 8,0% |
| Açores | 1,2% | 1,2% | 1,2% | 1,1% | 1,5% | 1,2% | 1,4% | 1,7% | 1,5% |
| Madeira | 2,1% | 2,2% | 2,2% | 2,6% | 2,6% | 3,0% | 2,6% | 2,7% | 3,0% |

Quadro Anexo 6 – Evolução percentual nos últimos 3 anos dos principais indicadores da Restauração

Fonte: INE/Produção Própria

| | <i>Empresas</i> | | | <i>Pessoal ao serviço</i> | | | <i>Volume de negócios (10³ €)</i> | | |
|----------|-------------------|--------------------|--------------|---------------------------|--------------------|--------------|--|--------------------|--------------|
| | Alojamento (1) | Restauração (2) | (2) / (1) | Alojamento (1) | Restauração (2) | (2) / (1) | Alojamento (1) | Restauração (2) | (2) / (1) |
| Portugal | 4.564 | 61.064 | 13,4 | 48.503 | 187.936 | 3,9 | 2.027.126 | 6.408.149 | 3,2 |
| R.A. | 364 | 2061 | 5,7 | 8.480 | 8022 | 0,9 | 351.285 | 283672 | 0,8 |
| Norte | 1.196 | 18.088 | 15,1 | 6.582 | 48.088 | 7,3 | 221.796 | 1.586.500 | 7,2 |
| Centro | 1.056 | 13.396 | 12,7 | 5.583 | 30.857 | 5,5 | 181.290 | 1.163.012 | 6,4 |
| Lisboa | 987 | 17.268 | 17,5 | 15.939 | 73.608 | 4,6 | 760.132 | 2.481.338 | 3,3 |
| Alentejo | 393 | 5.215 | 13,3 | 1.820 | 11.995 | 6,6 | 78.733 | 381.373 | 4,8 |
| Algarve | 568 | 5.036 | 8,9 | 10.099 | 15.366 | 1,5 | 433.890 | 512.251 | 1,2 |

Quadro Anexo 7 – Comparação entre Alojamento e Restauração

Fonte: INE

| | | 2002 | | 2003 | | 2004 | |
|----------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Total Nacional | Restauração | 58.402 | 100,0% | 58.378 | 100,0% | 61.064 | 100,0% |
| | Restaurantes | 23.167 | 39,7% | 23.376 | 40,0% | 24.476 | 40,08% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 34.761 | 59,5% | 34.483 | 59,1% | 36.096 | 59,11% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 474 | 0,8% | 519 | 0,9% | 492 | 0,81% |
| Norte | Restauração | 17.742 | 100,0% | 18.047 | 28,02% | 18.088 | 28,75% |
| | Restaurantes | 5.514 | 31,1% | 5.660 | 6,80% | 5.595 | 8,29% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 12.097 | 68,2% | 12.250 | 20,98% | 12.353 | 20,23% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 131 | 0,7% | 137 | 0,23% | 140 | 0,23% |
| Centro | Restauração | 12.578 | 100,0% | 11.768 | 28,49% | 13.396 | 27,20% |
| | Restaurantes | 4.381 | 34,8% | 3.971 | 15,13% | 5.064 | 13,56% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 8.144 | 64,7% | 7.735 | 13,25% | 8.262 | 13,53% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 53 | 0,4% | 62 | 0,11% | 70 | 0,11% |
| Lisboa | Restauração | 16.629 | 100,0% | 17.120 | 16,54% | 17.268 | 17,61% |
| | Restaurantes | 7.890 | 47,4% | 8.835 | 2,35% | 8.279 | 2,89% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 8.500 | 51,1% | 8.036 | 13,77% | 8.782 | 14,38% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 239 | 1,4% | 249 | 0,43% | 207 | 0,34% |
| Alentejo | Restauração | 4.954 | 100,0% | 4.745 | 10,31% | 5.215 | 10,34% |
| | Restaurantes | 1.650 | 33,3% | 1.373 | 4,54% | 1.763 | 4,69% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 3.286 | 66,3% | 3.340 | 5,72% | 3.422 | 5,60% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 18 | 0,4% | 32 | 0,05% | 30 | 0,05% |
| Algarve | Restauração | 4.614 | 100,0% | 4.719 | 4,05% | 5.036 | 4,00% |
| | Restaurantes | 2.875 | 62,3% | 2.648 | 0,50% | 2.863 | 0,44% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 1.723 | 37,3% | 2.052 | 3,52% | 2.151 | 3,52% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 16 | 0,3% | 19 | 0,03% | 22 | 0,04% |
| R.A. Açores | Restauração | 676 | 100,0% | 715 | 1,75% | 710 | 1,78% |
| | Restaurantes | 261 | 38,6% | 291 | 1,02% | 269 | 1,05% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 407 | 60,2% | 416 | 0,71% | 430 | 0,70% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 8 | 1,2% | 8 | 0,01% | 11 | 0,02% |

| | | | | | | | |
|-----------------|---|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | domicílio | | | | | | |
| R.A. Madeira | Restauração | 1.209 | 100,0% | 1.264 | 1,14% | 1.351 | 1,16% |
| | Restaurantes | 596 | 49,3% | 598 | 0,00% | 643 | 0,00% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 604 | 50,0% | 654 | 1,12% | 696 | 1,14% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 9 | 0,7% | 12 | 0,02% | 12 | 0,02% |

Quadro Anexo 8 – Distribuição por NUT II das empresas nos últimos 3 anos (dados disponíveis)

Fonte: INE

| | | 2002 | | 2003 | | 2004 | |
|----------------|---|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Total Nacional | Restauração | 183.763 | 100,0% | 183.385 | 100,0% | 187.936 | 100,0% |
| | Restaurantes | 96.076 | 52,3% | 97.420 | 53,12% | 98.313 | 52,31% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 72.159 | 39,3% | 71.286 | 38,87% | 74.817 | 39,81% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 15.528 | 8,5% | 14.679 | 8,00% | 14.806 | 7,88% |
| Norte | Restauração | 47.204 | 100,0% | 49.287 | 19,72% | 48.088 | 21,32% |
| | Restaurantes | 23.740 | 50,3% | 25.908 | 6,98% | 24.053 | 8,53% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 22.727 | 48,1% | 22.550 | 12,30% | 23.294 | 12,39% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 737 | 1,6% | 829 | 0,45% | 741 | 0,39% |
| Centro | Restauração | 27.538 | 100,0% | 27.555 | 30,05% | 30.857 | 27,31% |
| | Restaurantes | 13.663 | 49,6% | 12.792 | 22,00% | 16.034 | 19,43% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 13.700 | 49,7% | 14.479 | 7,90% | 14.557 | 7,75% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 175 | 0,6% | 284 | 0,15% | 266 | 0,14% |
| Lisboa | Restauração | 74.786 | 100,0% | 75.596 | 21,69% | 73.608 | 22,82% |
| | Restaurantes | 36.384 | 48,7% | 40.338 | 2,46% | 36.508 | 3,08% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 24.152 | 32,3% | 22.094 | 12,05% | 23.797 | 12,66% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 14.250 | 19,1% | 13.164 | 7,18% | 13.303 | 7,08% |
| Alentejo | Restauração | 13.036 | 100,0% | 10.261 | 8,11% | 11.995 | 9,20% |
| | Restaurantes | 7.317 | 56,1% | 4.513 | 4,98% | 5.795 | 5,91% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 5.578 | 42,8% | 5.605 | 3,06% | 6.056 | 3,22% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 141 | 1,1% | 143 | 0,08% | 144 | 0,08% |
| Algarve | Restauração | 14.466 | 100,0% | 13.205 | 3,16% | 15.366 | 2,86% |
| | Restaurantes | 10.777 | 74,5% | 9.131 | 0,93% | 11.099 | 0,59% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 3.660 | 25,3% | 4.037 | 2,20% | 4.210 | 2,24% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 29 | 0,2% | 37 | 0,02% | 57 | 0,03% |
| R.A. Açores | Restauração | 2.039 | 100,0% | 2.763 | 2,22% | 2.336 | 2,63% |
| | Restaurantes | 1.011 | 49,6% | 1.712 | 1,65% | 1.106 | 1,98% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 907 | 44,5% | 946 | 0,52% | 1.062 | 0,57% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 121 | 5,9% | 105 | 0,06% | 168 | 0,09% |

| | | | | | | | |
|-----------------|---|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | domicílio | | | | | | |
| R.A. Madeira | Restauração | 4.694 | 100,0% | 4.718 | 0,92% | 5.686 | 1,05% |
| | Restaurantes | 3.184 | 67,8% | 3.026 | 0,00% | 3.718 | 0,00% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 1.435 | 30,6% | 1.575 | 0,86% | 1.841 | 0,98% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 75 | 1,6% | 117 | 0,06% | 127 | 0,07% |

Quadro Anexo 9 – Distribuição por NUT II do pessoal ao serviço nos últimos 3 anos (dados disponíveis)

Fonte: INE

| | | Milhares de Euros | | | | | |
|----------------|---|-------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | | 2002 | | 2003 | | 2004 | |
| | | | | | | | |
| Total Nacional | Restauração | 5.451.640 | 100,0% | 6.174.189 | 100,0% | 6.408.149 | 100,0% |
| | Restaurantes | 2.740.874 | 50,3% | 3.240.438 | 52,48% | 3.289.046 | 51,33% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 2.217.452 | 40,7% | 2.435.767 | 39,45% | 2.572.499 | 40,14% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 493.314 | 9,0% | 497.983 | 8,07% | 546.603 | 8,53% |
| Norte | Restauração | 1.338.184 | 100,0% | 1.548.176 | 21,38% | 1.586.500 | 22,21% |
| | Restaurantes | 704.118 | 52,6% | 758.048 | 8,58% | 799.728 | 9,93% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 608.786 | 45,5% | 760.979 | 12,33% | 761.047 | 11,88% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 25.280 | 1,9% | 29.148 | 0,47% | 25.723 | 0,40% |
| Centro | Restauração | 947.614 | 100,0% | 1.040.111 | 30,97% | 1.163.012 | 26,85% |
| | Restaurantes | 444.321 | 46,9% | 529.795 | 22,70% | 636.558 | 18,64% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 497.006 | 52,4% | 499.655 | 8,09% | 516.368 | 8,06% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 6.287 | 0,7% | 10.659 | 0,17% | 10.086 | 0,16% |
| Lisboa | Restauração | 2.237.532 | 100,0% | 2.577.795 | 21,22% | 2.481.338 | 22,57% |
| | Restaurantes | 1.029.583 | 46,0% | 1.401.802 | 2,18% | 1.194.387 | 2,48% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 758.706 | 33,9% | 733.145 | 11,87% | 793.266 | 12,38% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 449.243 | 20,1% | 442.848 | 7,17% | 493.684 | 7,70% |
| Alentejo | Restauração | 310.235 | 100,0% | 319.695 | 7,04% | 381.373 | 8,73% |
| | Restaurantes | 151.323 | 48,8% | 134.376 | 4,04% | 159.077 | 5,26% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 155.466 | 50,1% | 180.680 | 2,93% | 218.624 | 3,41% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 3.446 | 1,1% | 4.637 | 0,08% | 3.671 | 0,06% |
| Algarve | Restauração | 400.014 | 100,0% | 412.822 | 3,69% | 512.251 | 3,41% |
| | Restaurantes | 288.749 | 72,2% | 249.238 | 1,04% | 337.207 | 0,68% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 110.813 | 27,7% | 163.022 | 2,64% | 173.764 | 2,71% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 452 | 0,1% | 561 | 0,01% | 1.278 | 0,02% |
| R.A. Açores | Restauração | 76.758 | 100,0% | 107.780 | 2,37% | 93.460 | 2,62% |
| | Restaurantes | 36.366 | 47,4% | 64.375 | 1,67% | 43.757 | 1,85% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 36.336 | 47,3% | 38.863 | 0,63% | 43.901 | 0,69% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 4.056 | 5,3% | 4.540 | 0,07% | 5.801 | 0,09% |
| R.A. Madeira | Restauração | 141.303 | 100,0% | 167.807 | 1,05% | 190.212 | 1,12% |
| | Restaurantes | 86.414 | 61,2% | 102.802 | 0,00% | 118.328 | 0,00% |
| | Estabelecimentos de Bebidas | 50.339 | 35,6% | 59.418 | 0,96% | 65.526 | 1,02% |
| | Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio | 4.550 | 3,2% | 5.586 | 0,09% | 6.357 | 0,10% |

Quadro Anexo 10 – Distribuição por NUT II do volume de negócios nos últimos 3 anos (dados disponíveis)

Fonte: INE

Unidade: Euros

| | <i>Produtividade</i> | | | <i>Vendas por trabalhador</i> | | | <i>Custo Médio por trabalhador</i> | | |
|----------------------------|----------------------|---------------|---------------|-------------------------------|---------------|---------------|------------------------------------|--------------|--------------|
| | 2002 | 2003 | 2004 | 2002 | 2003 | 2004 | 2002 | 2003 | 2004 |
| Restauração | 8.486 | 10.797 | 11.679 | 29.667 | 33.668 | 34.098 | 6.029 | 7.045 | 6.874 |
| Restaurantes | 8.491 | 9.201 | 10.065 | 28.528 | 33.263 | 33.455 | 6.121 | 7.211 | 7.145 |
| Estabelecimentos de | 7.618 | 7.741 | 8.006 | 30.730 | 34.169 | 34.384 | 4.950 | 5.870 | 5.593 |
| Cantinas e fornecimento de | 12.493 | 13.687 | 14.817 | 31.769 | 33.925 | 36.918 | 10.478 | 11.649 | 11.549 |

Quadro Anexo 11 – Evolução dos principais indicadores

Fonte: INE/Produção própria

Dados sobre os Gastos dos Turistas em Portugal

| | <i>Menos de 30 anos</i> | | <i>De 30 a 64 anos</i> | | <i>65 ou mais anos</i> | |
|--------------------|-------------------------|-------|------------------------|-------|------------------------|-------|
| | € | % | € | % | € | % |
| Total | 14.248 | 100,0 | 16.873 | 100,0 | 8.409 | 100,0 |
| Restauração | 1.851 | 13,0 | 1.611 | 9,5 | 606 | 7,2 |

Quadro Anexo 12 – Despesas dos agregados familiares, por faixa etária

Fonte: INE

| | <i>Trabalho por Conta de Outrem</i> | | <i>Trabalho por Conta Própria</i> | | <i>Pensões</i> | | <i>Assistência Social</i> | | <i>Outras Receitas</i> | |
|--------------------|-------------------------------------|-------|-----------------------------------|-------|----------------|-------|---------------------------|-------|------------------------|-------|
| | € | % | € | % | € | % | € | % | € | % |
| Total | 17.127 | 100,0 | 17.223 | 100,0 | 7.559 | 100,0 | 8.519 | 100,0 | 15.413 | 100,0 |
| Restauração | 1.726 | 10,1 | 1.752 | 10,2 | 459 | 6,1 | 504 | 5,9 | 1,373 | 8,9 |

Quadro Anexo 13 – Despesas dos agregados familiares, por tipologia de rendimento auferido

Fonte: INE

Dados demográficos

| <i>Freguesias</i> | <i>1991/2001</i> |
|---------------------------------|------------------|
| Nossa Senhora da Boa Fé | -0,44% |
| Nossa Senhora da Graça do Divor | 0,87% |
| Nossa Senhora de Machede | -0,84% |
| Nossa Senhora da Torega | -0,79% |
| Évora (Santo Antão) | -3,36% |
| São Bento do Mato | -0,75% |
| Évora (São Mamede) | -2,95% |
| São Manços | -1,16% |
| São Miguel de Machede | -0,74% |
| São Vicente do Pigeiro | -1,35% |
| Torre de Coelheiros | -1,58% |
| São Sebastião da Giesteira | -0,10% |
| Canaviais | 4,40% |
| Nossa Senhora de Guadalupe | -0,44% |
| Bacelo | 3,55% |
| Horta das Figueiras | 3,27% |
| Malagueira | 0,45% |
| Sé e São Pedro | -3,40% |
| Senhora da Saúde | -0,71% |
| Évora | 0,51% |

Quadro Anexo 14 – Ritmo de Crescimento Geométrico (%), Évora.
Fonte: INE, Censos 1991, 2001.

| <i>Grupos funcionais</i> | <i>1991</i> | <i>2001</i> |
|---------------------------------------|-------------|-------------|
| Percentagem de jovens | 19,1% | 14,9% |
| Percentagem de potencialmente activos | 65,6% | 66,7% |
| Percentagem de idosos | 15,3% | 18,4% |

Quadro Anexo 15 – Grupos Funcionais, Évora, 1991 e 2001
Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

| <i>Idades</i> | <i>1991</i> | | | <i>2001</i> | | |
|---------------|-------------|------|--------|-------------|------|--------|
| | H | M | RM*100 | H | M | RM*100 |
| 0-4 | 1342 | 1381 | 97,18 | 1448 | 1340 | 108,06 |
| 5-9 | 1712 | 1581 | 108,29 | 1356 | 1344 | 100,89 |
| 10-14 | 2178 | 2069 | 105,27 | 1453 | 1481 | 98,11 |
| 15-19 | 1980 | 1993 | 99,35 | 1863 | 1705 | 109,27 |
| 20-24 | 1842 | 1867 | 98,66 | 2214 | 2176 | 101,75 |
| 25-29 | 1801 | 1901 | 94,74 | 2015 | 2144 | 93,98 |
| 30-34 | 1832 | 1978 | 92,62 | 1946 | 2050 | 94,93 |
| 35-39 | 1845 | 1966 | 93,85 | 2007 | 2134 | 94,05 |
| 40-44 | 1673 | 1803 | 92,79 | 1927 | 2061 | 93,50 |
| 45-49 | 1379 | 1586 | 86,95 | 1910 | 2072 | 92,18 |
| 50-54 | 1476 | 1703 | 86,67 | 1675 | 1843 | 90,88 |
| 55-59 | 1580 | 1782 | 88,66 | 1347 | 1556 | 86,57 |
| 60-64 | 1505 | 1760 | 85,51 | 1354 | 1685 | 80,36 |
| 65-69 | 1343 | 1655 | 81,15 | 1419 | 1704 | 83,27 |
| 70-74 | 937 | 1167 | 80,29 | 1234 | 1599 | 77,17 |
| 75+ | 1269 | 1868 | 67,93 | 1844 | 2613 | 70,57 |

Quadro Anexo 16 – Relações de Masculinidade, Évora, 1991 e 2001.
 Fonte: INE, Censos 1991, 2001.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL

População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade segundo o distrito de residência

Dados provisórios de 2005

| Nacionalidade | Distritos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|---------------|-------------|-------------|-------------|------------|----------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|---------------|-------------|--------------|-------------|--------------|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | TOTAL | Aveiro | Beja | Braga | Bragança | Castelo Branco | Coimbra | Évora | Faro | Guarda | Leiria | Lisboa | Pontevedra | Porto | Santarém | Setúbal | Viana do Castelo | Vila Real | Viseu | Açores | Madeira |
| Total | 275906 | 9666 | 1547 | 4610 | 646 | 1104 | 8431 | 1392 | 38083 | 1177 | 3973 | 143210 | 1189 | 15514 | 2577 | 30403 | 2291 | 1038 | 2079 | 3015 | 3961 |
| Europa | 88560 | 2587 | 1221 | 1857 | 275 | 489 | 4576 | 831 | 24298 | 462 | 1772 | 31861 | 745 | 6452 | 1117 | 4216 | 1359 | 388 | 773 | 915 | 2366 |
| União Europeia | 77653 | 1963 | 1130 | 1516 | 245 | 377 | 4280 | 768 | 21794 | 437 | 1477 | 28241 | 607 | 5690 | 898 | 3274 | 1258 | 338 | 536 | 762 | 2062 |
| Alemanha | 13571 | 290 | 417 | 283 | 17 | 62 | 565 | 126 | 4311 | 98 | 224 | 4044 | 44 | 1175 | 116 | 736 | 88 | 21 | 80 | 340 | 534 |
| Austria | 730 | 29 | 12 | 19 | 3 | 7 | 49 | 14 | 144 | 3 | 10 | 265 | 5 | 57 | 10 | 21 | 3 | 2 | 5 | 23 | 49 |
| Bélgica | 2742 | 47 | 61 | 68 | 4 | 12 | 254 | 40 | 753 | 21 | 72 | 959 | 19 | 114 | 35 | 156 | 25 | 17 | 33 | 20 | 32 |
| Chipre | 4 | | | | | | | | 1 | | | 1 | | 1 | | | | | | | |
| Dinamarca | 997 | 55 | 44 | 5 | | | 43 | 4 | 255 | 6 | 14 | 345 | 4 | 128 | 2 | 31 | 8 | | | 5 | 48 |
| Eslovénia | 34 | 2 | 1 | | | | 3 | | 5 | | 1 | 10 | 1 | 4 | 2 | 2 | | | 1 | | 2 |
| Espanha | 16383 | 499 | 151 | 374 | 148 | 93 | 1107 | 192 | 879 | 129 | 226 | 8730 | 273 | 1487 | 214 | 758 | 666 | 135 | 123 | 62 | 137 |
| Estónia | 41 | 4 | | | | | 6 | | 3 | | 3 | 16 | | 2 | 1 | 2 | | | | 2 | 2 |
| Finlândia | 627 | 19 | 2 | 7 | | | 25 | 1 | 223 | 3 | 8 | 202 | | 71 | 1 | 15 | 7 | 1 | 1 | | 41 |
| França | 9602 | 519 | 55 | 387 | 39 | 84 | 448 | 68 | 1143 | 100 | 418 | 4067 | 36 | 806 | 162 | 485 | 239 | 109 | 121 | 149 | 167 |
| Grécia | 213 | 10 | | 8 | | 1 | 36 | 1 | 18 | | 2 | 95 | | 18 | 1 | 5 | 5 | | 2 | 2 | 9 |
| Hungria | 230 | 17 | 2 | 3 | | | 7 | 1 | 23 | | 8 | 92 | | 39 | 1 | 12 | 1 | 1 | 1 | | 22 |
| Irlanda | 680 | 11 | 3 | 6 | | | 17 | 1 | 301 | 1 | 8 | 255 | 5 | 19 | 15 | 17 | 2 | | | 4 | 15 |
| Itália | 4816 | 172 | 23 | 131 | 10 | 28 | 757 | 52 | 394 | 17 | 95 | 1975 | 49 | 367 | 101 | 298 | 38 | 21 | 67 | 60 | 161 |
| Letónia | 50 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 10 | | 3 | 17 | | 2 | | 6 | | | | | 6 |
| Lituânia | 81 | 17 | 2 | 3 | 1 | 1 | 14 | | 6 | | 3 | 14 | 1 | 13 | 1 | 1 | 2 | | | | 3 |
| Luxemburgo | 129 | 7 | 1 | 3 | 1 | | 9 | 3 | 22 | 1 | 9 | 43 | 2 | 10 | 1 | 1 | 2 | 1 | 11 | 1 | 1 |
| Malta | 9 | | | | | | | | | | | 4 | | 1 | | 2 | | | | | 2 |
| Países Baixos | 5640 | 71 | 163 | 58 | -1 | 38 | 328 | 142 | 2418 | 41 | 142 | 1284 | 80 | 230 | 131 | 260 | 49 | 13 | 46 | 33 | 114 |
| Polónia | 445 | 32 | | 16 | 4 | 10 | 30 | 1 | 34 | 6 | 7 | 179 | 1 | 59 | 8 | 23 | 6 | 2 | 4 | 3 | 20 |
| Reino Unido | 18966 | 139 | 181 | 123 | 16 | 34 | 489 | 25 | 10482 | 9 | 211 | 4856 | 83 | 1001 | 87 | 368 | 114 | 13 | 29 | 41 | 665 |
| República Checa | 119 | 6 | 1 | 4 | 2 | 2 | 26 | 4 | 15 | | 2 | 29 | 1 | 6 | 2 | 10 | | 1 | 3 | 1 | 4 |
| República Eslovaca | 48 | 3 | | 2 | | | 15 | 1 | 9 | 1 | | 9 | | 3 | 1 | 2 | | | | | 3 |
| Suécia | 1496 | 13 | 11 | 15 | | 4 | 51 | 91 | 345 | 1 | 11 | 750 | 3 | 77 | 5 | 63 | 3 | 1 | 9 | 16 | 27 |
| Outros da Europa | 10907 | 624 | 91 | 341 | 30 | 112 | 296 | 63 | 2504 | 25 | 295 | 3620 | 138 | 762 | 219 | 942 | 101 | 50 | 237 | 153 | 304 |
| Albânia | 39 | 3 | | 1 | 1 | | 2 | 1 | 1 | | 3 | 17 | | 2 | 2 | 1 | | 2 | 2 | 1 | |
| Andorra | 18 | -1 | | | 1 | | -1 | | | | | 13 | | 1 | | 4 | 1 | | | | |
| Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia | 27 | 1 | | 6 | | | 4 | | -2 | 1 | 2 | 7 | | 1 | | 3 | 1 | | 1 | 1 | 1 |
| Bielorrússia | 110 | 20 | | 3 | | | 6 | | 11 | | 5 | 30 | | 8 | 10 | 1 | 10 | 2 | | 1 | 3 |
| Bósnia-Herzegovina | 119 | 1 | | 3 | 2 | | 3 | | 1 | 2 | 7 | 74 | 6 | 4 | 2 | 10 | | | 1 | 1 | 2 |
| Bulgária | 830 | 49 | 3 | 13 | 1 | 5 | 18 | 2 | 97 | 1 | 8 | 229 | 3 | 229 | 15 | 56 | 9 | | 72 | 8 | 12 |
| Croácia | 136 | 8 | | 21 | | | 1 | | 17 | | 6 | 35 | | 26 | 2 | 10 | 1 | 2 | | | 7 |
| Ex-Checoslováquia | 69 | 8 | | 2 | | 2 | 1 | | | | 1 | 34 | | 2 | 16 | | | | | 1 | 2 |
| Ex-Jugoslávia | 149 | 2 | | 5 | 1 | | 2 | 1 | 23 | | 1 | 68 | | 30 | 3 | 6 | | -2 | 2 | 1 | 6 |
| Ex-URSS | 308 | 1 | | 12 | | 2 | 6 | | | | 4 | 226 | | 38 | 4 | 5 | 8 | | | 1 | 1 |
| Islândia | 61 | 7 | | | | | 2 | | 18 | | | 19 | 1 | 8 | 1 | 1 | | | | | 4 |
| Liechtenstein | 5 | | | | | | | | 4 | | | | | 1 | | | | | | | |
| Moldávia | 1374 | 75 | 18 | 21 | | 1 | 34 | 6 | 443 | 1 | 30 | 294 | 45 | 39 | 38 | 213 | 14 | 1 | 59 | 19 | 23 |
| Mónaco | 2 | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | | | | |

Quadro Anexo 17 – População estrangeira residente em Portugal

Fonte: SEF 2005

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL

População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade segundo o distrito de residência

Dados provisórios de 2005

| Nacionalidade | Distritos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|---------------|-------------|------------|------------|------------|----------------|-------------|------------|-------------|------------|------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------------|------------|------------------|------------|------------|--------|---------|
| | TOTAL | Aveiro | Beja | Braga | Bragança | Castelo Branco | Coimbra | Évora | Faro | Guarda | Leiria | Lisboa | Ponte de Lima | Ponte de Lima | Ponte de Lima | Ponte de Lima | Santarém | Setúbal | Viana do Castelo | Vila Real | Viseu | Açores | Madeira |
| Noruega | 721 | 16 | 5 | 9 | | 2 | 35 | 2 | 192 | 1 | 12 | 327 | 2 | 27 | 1 | 38 | 10 | | | | 4 | 4 | 34 |
| Roménia | 1556 | 52 | 5 | 74 | 12 | 17 | 35 | 13 | 346 | 1 | 24 | 633 | 18 | 23 | 39 | 188 | 12 | 10 | | 14 | 10 | 30 | |
| Rússia | 1335 | 129 | 1 | 40 | 3 | 16 | 46 | 11 | 225 | 1 | 25 | 491 | 2 | 91 | 19 | 158 | 18 | 7 | | 8 | 15 | 29 | |
| Sérvia e Montenegro (ex Rep. Fed. da | 183 | 18 | | 1 | 3 | | 6 | 2 | 31 | 1 | 4 | 62 | | 15 | | 3 | 1 | | 9 | 1 | | 26 | |
| Suíça | 1662 | 36 | 37 | 24 | 5 | 21 | 39 | 16 | 531 | 6 | 67 | 516 | 17 | 109 | 22 | 64 | 15 | 6 | 26 | 23 | 82 | | |
| Turquia | 133 | 4 | 1 | 12 | | | -1 | 4 | 16 | | 1 | 63 | | 16 | 1 | 9 | 1 | | | 2 | 4 | | |
| Ucrânia | 2070 | 195 | | 94 | 1 | 46 | 58 | 5 | 548 | 10 | 95 | 482 | 34 | 76 | 69 | 163 | | 8 | 14 | 45 | 63 | 43 | |
| Africa | 125934 | 1586 | 117 | 860 | 143 | 179 | 1786 | 263 | 8479 | 172 | 845 | 83774 | 174 | 3143 | 672 | 22112 | 197 | 175 | 291 | 603 | 363 | | |
| Angola | 27697 | 469 | 24 | 356 | 63 | 49 | 526 | 60 | 1067 | 69 | 231 | 18517 | 77 | 1032 | 220 | 4565 | 81 | 85 | 126 | 24 | 56 | | |
| Cabo Verde | 56433 | 248 | 37 | 145 | 32 | 84 | 479 | 108 | 3506 | 51 | 348 | 37538 | 46 | 983 | 218 | 11975 | 37 | 36 | 65 | 455 | 42 | | |
| Guiné-Bissau | 21258 | 520 | 18 | 121 | 14 | 1 | 377 | 28 | 2485 | 2 | 65 | 14802 | 10 | 359 | 71 | 2095 | 24 | 24 | 21 | 81 | 140 | | |
| Moçambique | 5074 | 53 | 10 | 75 | 6 | 10 | 125 | 31 | 131 | 6 | 55 | 3452 | 10 | 145 | 58 | 861 | 11 | 2 | 12 | 12 | 9 | | |
| São Tomé e Príncipe | 8274 | 107 | 5 | 37 | 4 | 9 | 132 | 23 | 112 | 5 | 12 | 5585 | 19 | 132 | 30 | 2011 | | 10 | 29 | 8 | 4 | | |
| Outros de África | 7198 | 189 | 23 | 126 | 24 | 26 | 147 | 13 | 1178 | 39 | 134 | 3880 | 12 | 492 | 75 | 605 | 44 | 18 | 38 | 23 | 112 | | |
| África do Sul | 2031 | 25 | 3 | 15 | 2 | 4 | 19 | | 600 | 10 | 20 | 1005 | 2 | 113 | 23 | 88 | 8 | 1 | 10 | 17 | 66 | | |
| Argélia | 148 | -5 | 2 | 5 | | 3 | 1 | 2 | 27 | | 5 | 52 | | 33 | 4 | 10 | 5 | 3 | | | | 1 | |
| Benim | 9 | 1 | | | | | | | 1 | | | 4 | | | | 3 | | | | | | | |
| Botswana | 10 | 2 | | 1 | | | | | 1 | | 1 | 4 | | 1 | | | | | | | | | |
| Burkina Faso | 3 | | | | | | | | | | | 2 | | | | 1 | | | | | | | |
| Burundi | 2 | | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | | |
| Camarões | 53 | 1 | | | 1 | | 1 | | 2 | | 2 | 18 | | 14 | | 12 | | | | 1 | | 1 | |
| Chade | 1 | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |
| Congo (República Democrática) | 388 | 26 | | 17 | 2 | 4 | 4 | | 6 | 10 | 8 | 241 | 1 | 23 | 1 | 35 | 1 | 6 | 3 | | | | |
| Congo (República) | 107 | 4 | | 12 | | 1 | | | 2 | 6 | | 55 | | 5 | | 19 | | | | 3 | | | |
| Costa do Marfim | 120 | 16 | | 1 | | 2 | 1 | | 13 | | 1 | 53 | | 5 | 1 | 27 | | | | | | | |
| Egipto | 128 | 5 | | 2 | | | 5 | | 13 | | 1 | 69 | | 16 | 1 | 9 | 3 | 2 | 1 | -1 | 2 | | |
| Etiópia | 18 | 2 | | | | | | | | | 1 | 9 | 3 | 1 | | 1 | | | | 1 | | | |
| Gabão | 7 | | | 1 | | | | | 1 | | | 4 | | | | | | | 1 | | | | |
| Gâmbia | 15 | | | | | | | | 2 | | | 10 | | | | 1 | 2 | | | | | | |
| Gana | 84 | 7 | | | | | | | 11 | 3 | 2 | 45 | | 8 | | 3 | | | | | 1 | | |
| Guiné | 870 | 22 | -1 | 38 | | 2 | 31 | 4 | 123 | 1 | 1 | 427 | 2 | 90 | 8 | 98 | 6 | 1 | 2 | | | 15 | |
| Guiné Equatorial | 27 | | | | | | | | 1 | | 1 | 12 | | | | 13 | | | | | | | |
| Jibouti | 1 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | |
| Lesoto | 4 | 2 | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 | | | | |
| Libéria | 39 | | | | | | | | 2 | | | 35 | | | | 2 | | | | | | | |
| Líbia | 51 | 1 | | 1 | | | | | | | | 42 | | 3 | | | | | | | | 4 | |
| Madagáscar | 14 | | | | | | | | 3 | | | 10 | | 1 | | | | | | | | | |
| Malawi | 23 | | | | | | | | | | | 21 | | | | | | | | | 1 | 1 | |
| Mali | 75 | 1 | | 3 | | | 2 | | 4 | 1 | | 38 | | 6 | 2 | 12 | 2 | 2 | | 1 | 1 | | |
| Marrocos | 926 | 59 | 15 | 10 | 6 | 5 | 22 | 4 | 222 | 7 | 79 | 287 | 2 | 67 | 21 | 81 | 13 | 2 | 10 | 3 | 11 | | |
| Maurícia | 12 | | | | | | | | 2 | | | 8 | | | | | | | | 2 | | | |
| Mauritânia | 38 | | | | | | 1 | | | | 1 | 31 | | 1 | | 3 | | | | | | 1 | |

Quadro Anexo 18 – População estrangeira residente em Portugal (cont.)

Fonte: SEF, 2005

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL

População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade segundo o distrito de residência

Dados provisórios de 2005

| Nacionalidade | Distritos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--------------|-------------|------------|-------------|------------|----------------|-------------|------------|-------------|------------|------------|--------------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|------------|------------|-------------|-------------|---|
| | TOTAL | Aveiro | Beja | Braga | Bragança | Castelo Branco | Coimbra | Évora | Faro | Guarda | Leiria | Lisboa | Portalegre | Porto | Santarém | Setúbal | Viana do Castelo | Vila Real | Viseu | Açores | Madeira | |
| Namíbia | 7 | | | | | | | | 3 | | | 3 | | | | 1 | | | | | | |
| Nigéria | 175 | 2 | 2 | 3 | | | 4 | | 16 | | 1 | 119 | | 7 | | 19 | | | | 1 | | 1 |
| Quênia | 295 | 1 | 1 | | 8 | | 11 | | 11 | | 2 | 234 | 2 | 1 | 1 | 21 | | | | | | 1 |
| República Centro-Africana | 4 | | | | | | | | 2 | | | 1 | | 1 | | | | | | | | |
| Ruanda | 30 | | | 2 | | | | | 1 | | 5 | 14 | | | | 1 | | | | | | |
| Seicheles e Dependências | 4 | | | | | | | | | | 1 | 2 | | | | | 1 | | | | | |
| Senegal | 819 | 9 | | 8 | 3 | 5 | 9 | 1 | 68 | | | 562 | | 72 | 5 | 70 | 2 | | | 1 | | 4 |
| Serra Leoa | 103 | | | | | | 1 | 1 | 5 | | | 91 | | 2 | | 3 | 2 | | | | | |
| Somália | 1 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | |
| Suazilândia | 16 | | | | | | | 1 | 1 | | | 7 | | 2 | | 5 | | | | | | |
| Sudão | 16 | | | 2 | | | | | 1 | | | 12 | | | | 1 | | | | | | |
| Tanzânia | 326 | | | | | | 26 | | 3 | | | 248 | | | 2 | 47 | | | | | | |
| Togo | 31 | | | | | | | | 3 | | | 26 | | | | 2 | | | | | | |
| Tunísia | 71 | 3 | | 6 | | | 3 | | 13 | 1 | | 24 | | 11 | 3 | 3 | 1 | | | 2 | | 1 |
| Uganda | 7 | | | | | | | | | | 1 | 5 | | | | 1 | | | | | | |
| Zâmbia | 10 | | | 1 | | | | | | | | 6 | | | | 1 | | | | | | 2 |
| Zimbábwe | 79 | 5 | 1 | | | | 1 | 1 | 14 | | | 41 | | | 2 | 10 | 1 | | | | | 1 |
| América do Norte | 10108 | 743 | 30 | 88 | 8 | 54 | 331 | 24 | 939 | 178 | 346 | 5152 | 20 | 266 | 135 | 259 | 140 | 20 | 123 | 1164 | 88 | |
| Canadá | 1834 | 142 | 5 | 15 | 6 | 15 | 114 | 2 | 336 | 3 | 139 | 523 | 1 | 39 | 35 | 74 | -8 | -4 | 16 | 379 | 2 | |
| EUA | 8003 | 595 | 19 | 66 | 2 | 34 | 209 | 21 | 594 | 173 | 191 | 4478 | 13 | 211 | 90 | 168 | 146 | 23 | 106 | 784 | 80 | |
| Outros da América do Norte | 271 | 6 | 6 | 7 | 5 | 8 | 1 | 9 | 2 | 16 | 151 | 1 | 2 | 6 | 16 | 10 | 17 | 2 | 1 | 1 | 6 | |
| Bermudas | 1 | | | | | | | | | | | 1 | 2 | | | | | | | | | 2 |
| México | 270 | 6 | 6 | 7 | | 5 | 8 | 1 | 9 | 2 | 16 | 150 | 4 | 16 | 10 | 17 | 2 | 1 | 1 | 5 | 4 | |
| América Central e do Sul | 37817 | 4396 | 149 | 1573 | 179 | 294 | 1455 | 203 | 2866 | 314 | 842 | 14442 | 195 | 4503 | 481 | 2706 | 497 | 419 | 813 | 265 | 1025 | |
| Brasil | 31546 | 2635 | 126 | 1430 | 161 | 258 | 1210 | 191 | 2202 | 266 | 735 | 12955 | 187 | 3990 | 413 | 2415 | 419 | 372 | 761 | 245 | 575 | |
| Venezuela | 3330 | 1606 | 5 | 65 | 2 | 8 | 172 | 3 | 308 | 17 | 16 | 341 | 1 | 246 | 17 | 74 | 23 | 7 | 22 | 7 | 390 | |
| Outros da América Central e do Sul | 2741 | 155 | 18 | 78 | 16 | 28 | 73 | 9 | 356 | 31 | 91 | 1146 | 7 | 267 | 51 | 217 | 55 | 40 | 30 | 13 | 60 | |
| Argentina | 582 | 14 | 5 | 5 | 2 | 12 | 13 | 2 | 121 | 21 | 41 | 226 | 2 | 39 | 9 | 31 | 9 | 3 | 8 | | 19 | |
| Barbados | 3 | | | 1 | | | | | 1 | | | | | | 1 | | | | | | | |
| Bolívia | 56 | 2 | 1 | | | | | 1 | 3 | | | 35 | | | 2 | 4 | | | | 2 | 4 | |
| Chile | 253 | 14 | 4 | 5 | 1 | 1 | 3 | | 25 | 3 | 5 | 136 | 1 | 19 | 7 | 24 | 2 | 1 | 1 | | 1 | |
| Colômbia | 483 | 36 | 2 | 22 | 2 | 6 | 15 | | 55 | 2 | 4 | 178 | 4 | 52 | 9 | 42 | 19 | 10 | 6 | 2 | 17 | |
| Costa Rica | 17 | 1 | -1 | | | | | | 2 | | | 13 | | | 2 | | | | | | | |
| Cuba | 488 | 26 | 2 | 25 | 3 | 1 | 25 | 1 | 60 | | 23 | 179 | | 59 | 8 | 46 | 8 | 7 | 2 | 9 | 4 | |
| Domínica | 2 | | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | |
| Equador | 240 | 15 | 3 | 10 | 3 | 1 | 2 | 2 | 50 | | 4 | 81 | | 35 | 5 | 10 | | 8 | 2 | | 9 | |
| Granada | 1 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | |
| Guatemala | 30 | | | | | | 2 | | | | | 17 | | 1 | 1 | 7 | 2 | | | | | |
| Guiana | 23 | | 1 | 1 | | | | 1 | | | | 4 | | | | 15 | | | | | | 1 |
| Haiti | 4 | | | | | | | | | | | 3 | | | | | | | | | | 1 |
| Honduras | 12 | 1 | | 1 | | 1 | | | 1 | 1 | | 2 | | | | 4 | 1 | | | | | |

Quadro Anexo 19 – População estrangeira residente em Portugal (cont.)

Fonte: SEF, 2005

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL

População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade segundo o distrito de residência

Dados provisórios de 2005

| Nacionalidade | TOTAL | Distritos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|--------------|------------|-----------|------------|-----------|----------------|------------|-----------|-------------|-----------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | | Aveiro | Beja | Braga | Bragança | Castelo Branco | Coimbra | Évora | Faro | Guarda | Leiria | Lisboa | Portalegre | Porto | Santarém | Setúbal | Viana do Castelo | Vila Real | Viseu | Açores | Madeira |
| Jamaica | 10 | 4 | | | | | | | 2 | | 2 | | 2 | | | | | | | | |
| Nicarágua | 7 | | | | | | | | 1 | | 5 | | -1 | 1 | 1 | | | | | | |
| Panamá | 15 | 3 | | 1 | | | | | | | 3 | 22 | | 1 | | | | | | | -19 |
| Paraguai | 33 | 1 | | 5 | 2 | | | | 1 | | 10 | | 8 | | 1 | 1 | | | | | 4 |
| Peru | 263 | 22 | | 1 | 1 | 4 | 8 | 1 | 13 | | 3 | 125 | | 35 | 4 | 19 | 1 | 5 | 8 | | 13 |
| República Dominicana | 69 | 6 | | | 2 | | | 1 | 2 | | 3 | 37 | | 3 | 3 | 2 | 5 | 1 | 2 | | 2 |
| Salvador | 17 | 5 | | 1 | | | | | 2 | | | 6 | | 3 | | | | | | | |
| Santa Lúcia | 2 | | | | | | | | | | | 1 | | | | 1 | | | | | |
| São Vicente | 1 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | |
| Suriname | 5 | | | | | 2 | | | | | 1 | 2 | | | | | | | | | |
| Trindade e Tobago | 20 | | | | | | 4 | | 6 | | | 5 | | 1 | | | | 1 | | | 3 |
| Uruguai | 105 | 5 | 1 | | | | | 2 | 10 | 4 | 2 | 57 | | 7 | 1 | 3 | 7 | 4 | 1 | | 1 |
| Asia | 12847 | 335 | 27 | 224 | 39 | 85 | 247 | 66 | 1285 | 49 | 153 | 7592 | 55 | 1117 | 162 | 1048 | 97 | 36 | 72 | 60 | 98 |
| Afganistão | 5 | | | | | | | | | | | 3 | | | 2 | | | | | | |
| Arábia Saudita | 23 | | | | | | | | 7 | | | 10 | | 1 | | 4 | 1 | | | | |
| Arménia | 24 | | | | | | | | | | | 16 | | | 2 | 1 | | | | | 5 |
| Azerbaijão | 3 | | | | | | | | | | | 3 | | | | | | | | | |
| Bangladesh | 617 | 10 | 1 | 28 | | 16 | 11 | | 36 | | | 275 | 8 | 82 | 2 | 112 | 9 | | 4 | 9 | 14 |
| Barém | 16 | | | | | | 1 | | | | | 5 | | 9 | | 1 | | | | | |
| Catar | 2 | | | | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | |
| Cazaquistão | 60 | 12 | | 3 | 1 | | 4 | 1 | 4 | 1 | 12 | 10 | | 3 | 2 | 6 | 1 | | | | |
| China | 5530 | 262 | 20 | 169 | 25 | 35 | 157 | 40 | 490 | 21 | 93 | 2799 | 29 | 713 | 98 | 411 | 46 | 30 | 38 | 22 | 32 |
| Coreia do Norte | 19 | | | | | | | | | | | 18 | | | | | | | | | 1 |
| Coreia do Sul | 220 | | | | | | 3 | | | | | 193 | | 20 | | | | | | 3 | 1 |
| Emiratos Árabes Unidos | 2 | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | | | | |
| Filipinas | 384 | 5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 4 | 48 | | 9 | 236 | 2 | 13 | 12 | 27 | 3 | | 9 | 5 | 5 |
| Geórgia | 29 | 1 | | 1 | | | | | 4 | | 1 | 17 | | 2 | | 1 | | | 2 | | |
| Hong-Kong | 297 | | | | 8 | | | | 286 | | | 1 | | -1 | | | | | | | 3 |
| Iémen | 2 | | | | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | |
| Índia | 1770 | 10 | 1 | 6 | 1 | 18 | 24 | 11 | 130 | 23 | 12 | 1274 | 4 | 82 | 16 | 129 | 5 | 2 | 12 | 6 | 4 |
| Indonésia | 23 | | | | | | | 1 | 1 | | | 15 | | 2 | 1 | 2 | 1 | | | | |
| Irão | 604 | 2 | | 2 | | 3 | 13 | 1 | 43 | | | 448 | 2 | 15 | 7 | 55 | 1 | | 1 | 9 | 2 |
| Iraque | 151 | 2 | | | 2 | | | | 7 | | | 92 | | 3 | 2 | 43 | | | | | |
| Israel | 127 | 2 | 1 | | | | | | 12 | | | 88 | 8 | 7 | | 8 | | | | | 1 |
| Japão | 864 | 15 | 1 | 8 | | | 12 | 1 | 15 | 1 | 6 | 633 | 2 | 79 | 11 | 58 | 17 | 2 | 2 | 1 | |
| Jordânia | 87 | 1 | | | | | | 3 | 33 | | 1 | 46 | | 2 | | 1 | | | | | |
| Kuwait | 18 | | | | | | | | 3 | | | 12 | | | | 1 | | | | | |
| Líbano | 189 | 1 | 1 | -1 | 1 | | 3 | | 39 | | 6 | 124 | | 4 | 1 | 9 | | | 1 | | |
| Macau | 3 | | | | | | | | | | | 3 | | | | | | | | | |
| Malásia | 46 | 1 | | | | | | | 13 | 2 | | 21 | | 5 | 1 | 3 | | | | | |
| Mongólia | 2 | | | | | | | | 1 | | | | | 1 | | | | | | | |
| Myanmar | 2 | | | | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | |

Quadro Anexo 20 – População estrangeira residente em Portugal (cont.)

Fonte: SEF, 2005

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL

População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade segundo o distrito de residência

Dados provisórios de 2005

| Nacionalidade | Distritos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------|------------|-----------|-----------|----------|----------|----------------|-----------|----------|------------|----------|----------|------------|------------|-----------|----------|-----------|------------------|-----------|------|----------|----------|
| | TOTAL | Aveiro | Beja | Braga | Bragança | Castelo Branco | Coimbra | Évora | Faro | Guarda | Leiria | Lisboa | Portalegre | Porto | Santarém | Setúbal | Viana do Castelo | Vila Real | Visu | Açores | Madeira |
| Nepal | 42 | | | 1 | | | | | 1 | | | 31 | | | | | 6 | | | | 1 |
| Paquistão | 1382 | 6 | | 3 | | 6 | 13 | 4 | 67 | | 9 | 1034 | | 2 | 4 | 163 | 3 | 2 | 1 | | 3 |
| Quirziquistão | 5 | | | | | 1 | 2 | | | | | 2 | | | | | | | | | |
| Singapura | 44 | | | 2 | | 2 | | | 3 | | | 25 | | 7 | 1 | 2 | 1 | | | 1 | |
| Síria | 84 | | | | | 1 | 2 | | 19 | | 1 | 49 | | 3 | | 3 | 2 | | | | 4 |
| Sri Lanka | 21 | | | | | | | | 3 | | | 13 | | 1 | | 1 | | | | | 3 |
| Tailândia | 104 | 5 | 1 | 1 | | 2 | | | 17 | 1 | 3 | 59 | | 9 | | 1 | 1 | | | 1 | 2 |
| Taiwan | 5 | | | | | | | | | | | 5 | | | | | | | | | |
| Taiquistão | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | |
| Território Palestino Ocupado | 12 | | | | | | | | | | | 9 | | 1 | | 2 | | | | | |
| Timor | 2 | | | | | | | | | | | 1 | | | 1 | | | | | | |
| Turcomenistão | 3 | | | | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | 1 |
| Usbequistão | 12 | | | | | | | | | | | 6 | | 4 | 1 | 1 | | | | | |
| Vietname | 11 | | | | | | | | 1 | | | 8 | | | | | | | | | 2 |
| Oceânia | 556 | 16 | 4 | 6 | | 3 | 30 | 5 | 178 | 1 | 6 | 221 | | 20 | 9 | 36 | | | | 4 | 4 |
| Austrália | 488 | 11 | 3 | 5 | | 3 | 26 | 5 | 171 | 1 | 6 | 179 | | 19 | 9 | 33 | | | | 3 | 3 |
| Nova Zelândia | 68 | 5 | 1 | 1 | | | 2 | | 7 | | | 42 | | 1 | | 3 | | | | 1 | 1 |
| Apátrida | 273 | 2 | | 2 | 2 | | 1 | | 36 | 1 | 8 | 169 | | 11 | 1 | 26 | 1 | | | 1 | 4 |
| Desconhecida | 11 | 1 | -1 | | | | 5 | | 2 | | 1 | -1 | | 2 | | | | | | 2 | |

Quadro Anexo 21 – População estrangeira residente em Portugal (cont.)

Fonte: SEF, 2005

Dados apurados no inquérito realizado aos estabelecimentos de Restauração e Bebidas em Évora

| Tipologia de Estabelecimento | Média N.º de lugares (Total) |
|------------------------------|------------------------------|
| Restaurante | 44,58823529 |
| Marisqueira | 58 |
| Pizzaria | 40 |
| Snack-bar | 45 |
| Casa de Pasto | 67,5 |
| Taberna | 40,5 |

Quadro Anexo 22 – Média de n.º de lugares por tipologia

| Soma | Dia de encerramento semanal |
|------|-----------------------------|
| 35 | N.S./N.R. |
| 8 | 2ª feira |
| 1 | 3ª feira |
| 4 | 4ª feira |
| 3 | 5ª feira |
| 11 | Domingo |
| 1 | FDS |

Quadro Anexo 23 – Dia de encerramento semanal

| Soma De Sistema específico de auto-controle | Soma De Sistema de higiene e segurança no | Soma De Sistema interno de auditoria da qualidade |
|---|---|---|
| 53 | 61 | 63 |

| Soma De Plano de manutenção dos | Soma De Sistema de segurança nas instalações | Soma De VERDORECA |
|---------------------------------|--|-------------------|
| 57 | 59 | 37 |

Quadro Anexo 24 – Sistemas de qualidade implementados

| Soma De Fiscalidade | Soma De Situação de Mercado | Soma De Excesso de Oferta | Soma De Concorrência ilegal | Soma De Falta de mão-de-obra qualificada |
|---------------------|-----------------------------|---------------------------|-----------------------------|--|
| 6 | 35 | 59 | 5 | 53 |

| Soma De Sistema Laboral | Soma De CMP | Soma De Nível de Preços | Soma De Falta de fiscalização |
|-------------------------|-------------|-------------------------|-------------------------------|
| 24 | 6 | 8 | 2 |

Quadro Anexo 25 – Factores que influenciam o negócio

| Soma De Políticas de Apoio | Soma De Legislação | Soma De Concorrência | Soma De Inovação | Soma De Formação |
|----------------------------|--------------------|----------------------|------------------|------------------|
| 5 | 51 | 29 | 3 | 63 |

| Soma De Sistemas de Informação Adequados | Soma De Valorização da Gastronomia como | Soma De Saneamento Financeiro | Soma De Promoção Insitucional | Soma De Facilitação da introdução de sistemas de |
|--|---|-------------------------------|-------------------------------|--|
| 1 | 46 | 1 | 11 | 5 |

Quadro Anexo 26 – Factores que influenciam o sector

| Tipologia de Estabelecimento | Aumento | Estagnação | Diminuição | NS/NR |
|------------------------------|---------|------------|------------|-------|
| Restaurante | 12 | 18 | 22 | 9 |
| Marisqueira | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Pizzaria | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Snack-bar | 0 | 4 | 2 | 0 |
| Casa de Pasto | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Taberna | 1 | 2 | 1 | 0 |

Quadro Anexo 27 – Perspectivas futuras

| Código | Clientes locais em recreio/lazer | Trabalhadores Locais | Visitantes Internos | Visitantes estrangeiros |
|---------------|---|-----------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| 1 | 20% | 40% | | 40% |
| 2 | 20% | 40% | 20% | 20% |
| 3 | 15% | 35% | 23% | 27% |
| 4 | 23% | 25% | 10% | 42% |
| 5 | 20% | 20% | 20% | 40% |
| 6 | | 33% | | 67% |
| 7 | | 25% | 45% | 30% |
| 8 | | 45% | 5% | 50% |
| 9 | 10% | 35% | | 55% |
| 10 | 50% | | 5% | 45% |
| 11 | | 35% | 20% | 45% |
| 12 | 20% | 20% | 10% | 50% |
| 13 | 20% | 35% | | 45% |
| 14 | 30% | | 20% | 50% |
| 15 | 20% | 35% | | 45% |
| 16 | 50% | 25% | | 25% |
| 17 | | 20% | 10% | 70% |
| 18 | 40% | 20% | | 40% |
| 19 | 65% | 15% | | 20% |
| 20 | 20% | 10% | 23% | 47% |
| 21 | 30% | 45% | | 25% |
| 22 | 20% | 40% | | 40% |
| 23 | 10% | 40% | 5% | 45% |
| 24 | 10% | | 35% | 55% |
| 25 | 30% | | 30% | 40% |
| 26 | | 80% | | 20% |
| 27 | 20% | 35% | | 45% |
| 28 | 30% | 10% | 10% | 50% |
| 29 | 25% | | 25% | 50% |
| 30 | | 55% | | 45% |
| 31 | 10% | 35% | 10% | 45% |
| 32 | | | 50% | 50% |
| 33 | 60% | 35% | | 5% |
| 34 | 20% | 30% | | 50% |
| 35 | 30% | 10% | 10% | 50% |
| 36 | 20% | 10% | 15% | 55% |
| 37 | 25% | | 25% | 50% |

| | | | | |
|----|-----|-----|-----|-----|
| 38 | 30% | | 30% | 40% |
| 39 | | 45% | | 55% |
| 40 | 15% | 30% | 15% | 40% |
| 41 | 15% | 15% | 30% | 40% |
| 42 | 10% | | 35% | 55% |
| 43 | 5% | 45% | 5% | 45% |
| 44 | | | 33% | 67% |
| 45 | 40% | | | 60% |
| 46 | 10% | 40% | | 50% |
| 47 | 4% | 10% | | 86% |
| 48 | 10% | 40% | | 50% |
| 49 | 40% | | 25% | 35% |
| 50 | 40% | | 2% | 58% |
| 51 | 15% | | 15% | 70% |
| 52 | 55% | 35% | | 10% |
| 53 | 15% | 30% | 15% | 40% |
| 54 | 55% | 25% | 15% | 5% |
| 55 | 25% | 25% | | 50% |
| 56 | 25% | | 18% | 57% |
| 57 | 15% | 30% | 15% | 40% |
| 58 | | | 35% | 65% |
| 59 | 15% | 30% | 15% | 40% |
| 60 | 40% | | 35% | 25% |
| 61 | 30% | 20% | | 50% |
| 62 | 10% | 40% | | 50% |
| 63 | | 23% | 60% | 17% |

Quadro Anexo 28 – Distribuição dos clientes

Inquérito

**REGISTO DOS ESTABELECIMENTOS
DE RESTAURAÇÃO E DE BEBIDAS
(Projecto-piloto para a NUT III – Évora)**

FICHA DE ESTABELECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do estabelecimento: _____

Endereço: _____

Localidade: _____

Código Postal: _____

Distrito: Évora

Concelho: Évora

Freguesia: _____

Telefone: _____

Fax: _____

E-mail: _____

Endereço na Internet: _____

Coordenadas de geo-referenciação:

| |
|--|
| |
| |
| |

Assinale com um **X**, as opções que melhor correspondem ao estabelecimento:

Estabelecimentos de Restauração:

| | | | | | |
|--|--|---|---|--|------------------------------------|
| Restaurante <input type="checkbox"/> | Marisqueira <input type="checkbox"/> | Pizzaria <input type="checkbox"/> | Self-Service <input type="checkbox"/> | Snack-bar <input type="checkbox"/> | |
| Casa de Pasto <input type="checkbox"/> | <i>Eat-driver</i> <input type="checkbox"/> | <i>Take-away</i> <input type="checkbox"/> | <i>Fast-Food</i> <input type="checkbox"/> | <i>Catering</i> <input type="checkbox"/> | Banquetes <input type="checkbox"/> |

Estabelecimento de Bebidas:

| | | | | | |
|--|------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| Cervejaria <input type="checkbox"/> | Café <input type="checkbox"/> | Pastelaria <input type="checkbox"/> | Bar <input type="checkbox"/> | Confeitaria <input type="checkbox"/> | Casa de Chá <input type="checkbox"/> |
| <i>Boutique</i> de pão quente <input type="checkbox"/> | Gelataria <input type="checkbox"/> | <i>Pub</i> <input type="checkbox"/> | Taberna <input type="checkbox"/> | | |

Estabelecimentos de Restauração ou Bebidas com salas ou espaços destinados a dança:

Discoteca Clube Nocturno Bóite Night-club Cabaret Dancing

(Nota: No caso dos **Estabelecimentos de Restauração e Bebidas Mistos** deve ocorrer simultaneamente a prestação de serviços de Restauração e de Bebidas, conforme os requisitos mencionados anteriormente).

| | |
|---|-------|
| Entidade proprietária: | _____ |
| Entidade exploradora: | _____ |
| Data de abertura do estabelecimento: | _____ |

2. FUNCIONAMENTO

| | |
|--|-------|
| Mês de encerramento para férias/descanso: | _____ |
| Dia de encerramento semanal: | _____ |

3. INSTALAÇÕES

(Preencha com um **X** as características das instalações do seu estabelecimento)

| | |
|--|--|
| Capacidade (n.º máximo de lugares que o estabelecimento tem, em conformidade com o documento legal de funcionamento da unidade) | N.º lugares (Total): _____ N.º lugares (mesas): _____ N.º lugares (Snack): _____ N.º lugares (esplanada): _____ |
| Instalações sanitárias | Com separação por sexos <input type="checkbox"/> Comum <input type="checkbox"/> |
| Instalações para pessoas portadoras de deficiências | Rampas <input type="checkbox"/> Instalações sanitárias <input type="checkbox"/> |

4. ENVOLVENTE

(Escolha com um **X** a opção que melhor caracteriza a envolvente da localização do seu estabelecimento)

| |
|--|
| Aldeia histórica <input type="checkbox"/> Centro histórico <input type="checkbox"/> Serra <input type="checkbox"/> Termas <input type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural <input type="checkbox"/> Barragem <input type="checkbox"/> Centro Comercial <input type="checkbox"/> Parque recreativo/lazer <input type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> |
| Quais? _____ |

5. RECURSOS HUMANOS

Caracterização

(Para cada um dos trabalhadores que neste momento estão ao serviço, atribua um número de referência em substituição do nome (1,2,3,...) e preencha os campos deste quadro com os elementos que caracterizam esse trabalhador. Se necessário acrescente linhas ou fotocopie esta página)

Outros

Tendo presente o ambiente actual, seleccione cinco factores a que atribui maior importância para a obtenção de um maior dinamismo no sector:

| | | | |
|--------------------|--------------------------|--|--------------------------|
| Políticas de Apoio | <input type="checkbox"/> | Inexistência de Barreiras à Entrada | <input type="checkbox"/> |
| Legislação | <input type="checkbox"/> | Sistemas de Informação adequados sobre o Mercado | <input type="checkbox"/> |
| Concorrência | <input type="checkbox"/> | Valorização da Gastronomia como Património Cultural | <input type="checkbox"/> |
| Inovação | <input type="checkbox"/> | Saneamento financeiro | <input type="checkbox"/> |
| Formação | <input type="checkbox"/> | Promoção Institucional | <input type="checkbox"/> |
| Fiscalidade | <input type="checkbox"/> | Facilitação da Introdução de Sistemas de Segurança Alimentar | <input type="checkbox"/> |
| Outros | <input type="checkbox"/> | | |

Quais as perspectivas, em termos de volume de negócios da sua empresa no ano corrente, tendo por base o ano anterior?

| | | | |
|------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|
| Aumento | <input type="checkbox"/> | Estagnação | <input type="checkbox"/> |
| Diminuição | <input type="checkbox"/> | Não pode responder | <input type="checkbox"/> |

7. Clientes

Estimativa da distribuição dos clientes:

| | Percentagem |
|--|-------------|
| Clientes locais em recreio/lazer | ____% |
| Trabalhadores locais | ____% |
| Visitantes internos (portugueses residentes fora do concelho de Évora) | ____% |
| Visitantes estrangeiros (residentes fora de Portugal) | ____% |
| | 100% |

8. Comentários/Sugestões

Deixe a sua sugestão e/ou comentários nas próximas linhas

| | | | |
|--|--|--------------|--|
| | | <i>Data:</i> | |
|--|--|--------------|--|